REVISTA

DO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO

DO RIO GRANDE DO SUL

◆

COMISSÃO DE REDAÇÃO:

ADROALDO MESQUITA DA COSTA
OTHELO ROSA
EMILIO FERNANDES DE SOUZA DOCCA
EDUARDO DUARTE

◆

PÔRTO ALEGRE — BRASIL

61071 - Oficinas Gráficas da Livraria do Globo — Pôrto Alegre

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Sede: PÔRTO ALEGRE

DIRETORIA DO INSTITUTO

Presidente honorario:
Desembargador Florencio C. de Abreu e Silva
Presidente:
Dr. Leonardo Macedonia.
Vice-Presidente:
Prof. Othelo Rosa.
Secretário Perpetuo:
Dr. Eduardo Duarte.
Orador:
Dr. Adroaldo Mesquita da Costa.
Tesoureiro:
Prof. Afonso Guerreiro Lima.
Bibliotecário:
Prof. Valter Spalding.

COMISSÕES PERMANENTES.

Fundos e Orçamentos:

Dr. Adroaldo Mesquita da Costa.
Dr. Leonardo Macedonia.
Cel. E. F. de Souza Doca.
Dr. Alfredo Clemente Pinto.

HISTÓRIA:

Prof. Othelo Rosa.
Dr. Darcy Azambuja.
Prof. Jorge Bahlis.
Cel. Aurelio Porto.

REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

I TRIMESTRE

ANO XVI

Comissão de Redação:

ADROALDO MESQUITA DA COSTA
OTHELO ROSA
EMILIO FERNANDES DE SOUZA DOCCA
EDUARDO DUARTE

1936

OFICINAS GRÁFICAS DA LIVRARIA DO GLOBO
BARCELLOS, BERTASO & CIA. — PÔRTO ALEGRE
— FILIAIS: SANTA MARIA E PELOTAS —

PÔRTO ALEGRE
1936

A tragédia do Pirapó

A descoberta de "Assunção do Ijuí" lugar do martírio do beato padre João del Castillo, S. J.

Quando em novembro de 1928, todo o Rio-Grande comemorava festivamente a passagem do 3.º centenário da gloriosa morte dos três dianteiros da civilização gaúcha, solenidade em que, como era de justiça, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio-Grande-do-Sul tomou parte saliente, um articulista, oculto sob o anonimato, denegria farisaicamente a memória dêsses paladinos, escandalizando-se que homens da envergadura científica dos que compunham então a nossa primeira agremiação histórica do Estado, se houvessem rebaixado a ponto de prestarem homenagem a indivíduos de nenhum mérito histórico ou patriótico. E terminava o anónimo escrevinhador do panfleto com o alarmante vaticínio de que os jesuítas, mais dia menos dia, haveriam de empreender a procura do lugar onde foram trucidados êsses padres, e, hábeis enganadores dos ingênuos, haveriam de descobrir fatalmente essas paragens, a-fim-de explorá-las como pontos de romaria da crendice popular.

O autor do presente artigo, sem ter tido necessidade de lançar mão de ardil ou engano de espécie alguma, mas exclusivamente baseado em monumentos históricos e na tradição regional, conseguiu efetivamente localizar "Caaró", ou antes "Caró", segundo a escrita de Montoya —, em janeiro de 1933, ponto em que os guaranís assassinaram, em

15 de novembro de 1628, aos padres Roque González de Santa Cruz e Afonso Rodríguez.

A exposição dos documentos, ilustrada com mapas, foi publicada pela Revista do Instituto Hist. e Geogr. do Rio-G.-do-Sul, Ano XIII, II Semestre, pág. 201 e ss., e pela Revista Romana "Archivum Historicum Societatis Jesu", II, 1933, pág. 223-230, onde as provas estão abertas ao exame imparcial de amigos e adversários. Nem faltaram referências excessivamente elogiosas, vindas de dentro e de fora do país, que não regatearam seus aplausos pela argumentação serena e segura alí apresentada. E, até esta data, afora a segunda prova, aliás certa, referente à interpretação da palavra guaraní Caaró (erva amarga), em vez da tradução dada por Montoya a Caró como "Casa de vespas" (casa de avispas) (1), de acôrdo com a opinião já anteriormente sustentada por Aurélio Pôrto contra o sábio paleontólogo do Museu Nacional J. Agostinho Padberg-Drenkpol —, os demais argumentos todos ainda estão de pé, irrefragáveis.

Pois bem, na segunda página do mencionado artigo escrevíamos em 1933: "O lugar em que foi martirizado o p. Castillo —, arrastado por paus e por pedras ¾ de légua, até expirar —, provàvelmente nunca será descoberto, pois que hoje nem sequer sabemos mais, com segurança, se a redução de Assunção, em que começaram os padecimentos dêsse mártir, demorava à margem direita ou esquerda do Ijuí".

Neste lapso de tempo, porém, correu o processo de beatificação dêsses três campeões da fé, o qual rematou com a sua elevação às honras dos altares, em 28 de janeiro de 1934. Como por essa ocasião fôssem dados à luz todos os documentos referentes às suas personalidades, vários pontos duvidosos puderam ser definitivamente esclarecidos. Um dêles foi o do lugar em que morreu o mártir João del Castillo.

---

(1) Conquista Espiritual, Bilbau 1892, cap. LVII, p. 227.

As provas

1. A primeira dúvida a resolver foi a de sabermos em que margem do Ijuí se achava "Assunção do Ijuí", terra em que morava o feiticeiro Nheçú, para a qual se trasladaram os padres Roque e Castillo no dia 14 de agôsto de 1628.

Dí-lo claramente o padre Pedro Romero, numa carta dirigida em 1629 ao governador do Paraguai, Hernandárias, escrevendo desde a redução da Candelária, sita entre a margem esquerda do rio Ijuí e a direita do Piratiní, não longe da atual cidadezinha missioneira de S.-Luiz-Gonzaga. Diz o seguinte: ..."Com o qual se ajuntaram do **outro lado do rio Ijuí** 400 índios, num sítio muito lindo (en un muy lindo puesto), três léguas da redução (de S.-Nicolau) do Piratiní e outras três desta redução da Candelária. Aquí, com satisfação do maldito (feiticeiro) Nheçú e dos que estavam com êle, entraram o santo padre Roque e o santo padre João del Castillo". ([2])

Com êste precioso dado chegámos a saber que o lugar que procurávamos ficava na **margem direita do Ijuí.**

2. Esta sentença acha-se brilhantemente corroborada por um longo processo havido entre as reduções de S.-Xavier e Conceição, situadas ambas no atual território de Misiones, Argentina, acêrca da posse de umas terras que ficavam em frente de S.-Xavier, na margem esquerda do Uruguai e **lado direito do rio Ijuí.** A êsse processo, copiado recentemente na Biblioteca Nacional do Rio (Cod. mss. I. 29. 3, 43) pelo incansável historiador Aurélio Pôrto, ainda nos referiremos mais explicitamente.

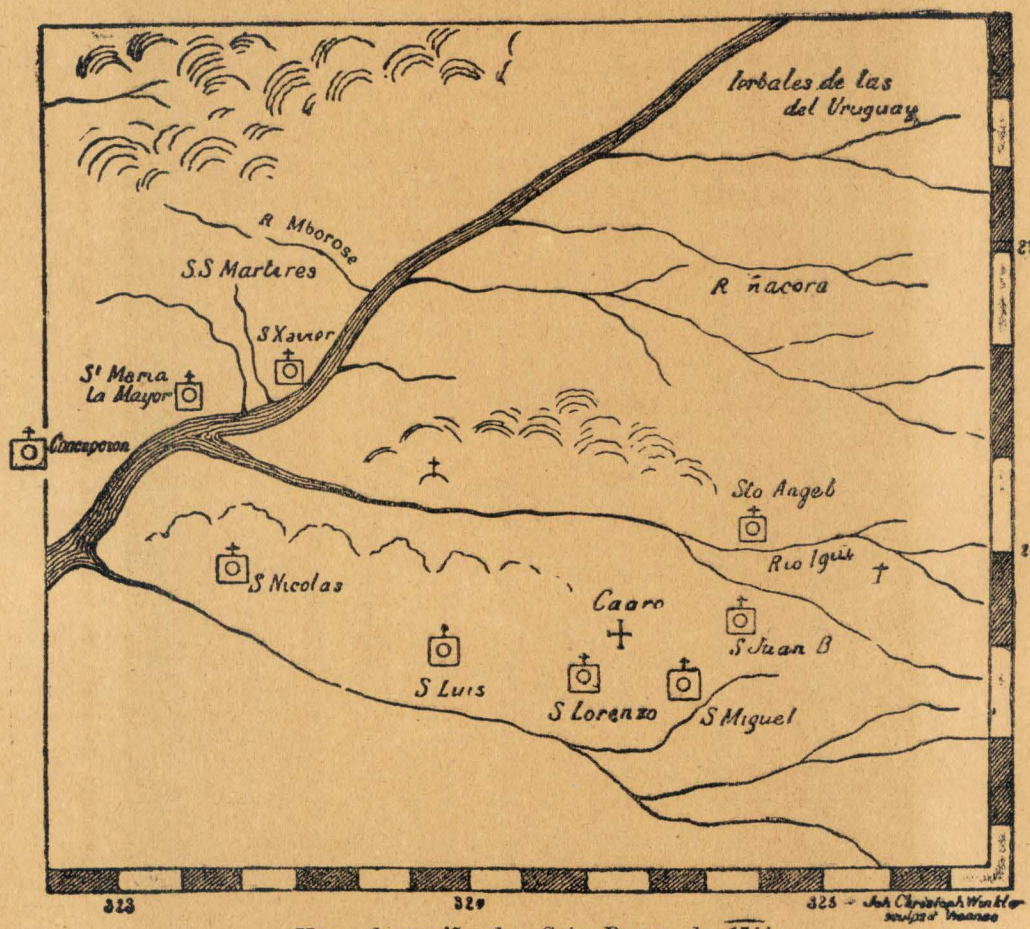
3. Passemos a examinar alguns mapas, começando pelos mais modernos.

O mais recente é o que ilustra a página 9 do 1.º volume da monumental obra do P. Paulo Hernández, intitulada "Organización Social de las Doctrinas Guaraníes de la Compañía de Jesús", Barcelona 1913, onde vemos à margem direita do

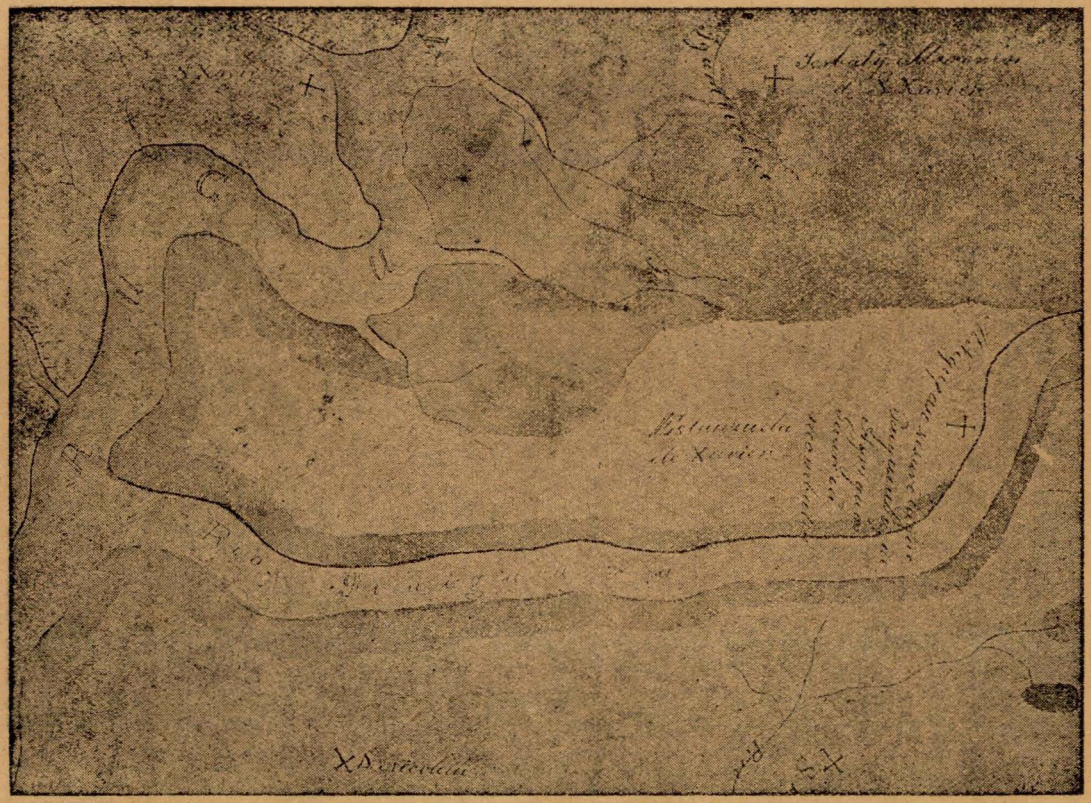
---

([2]) Apud Blanco, História Documentada, Buenos-Aires 1929, p. 468.

MISSIONES S. J. a 1744



Mapa da região dos Sete Povos, de 1744.



Fragmento do mapa do padre José de Tolu, do fim do século 17.

Ijuí a palavra "Asunción del Iyui", ao lado de uma cruz vermelha, interpretada nas "Referências" como "paraje en que fué martirizado el P. Juan del Castillo S. J."

Infelizmente, Hernández, autor aliás seguríssimo, que revolveu montanhas de documentos, não nos explica as razões de êle colocar o lugar que estudamos justamente naquele ponto.

Outro mapa, antigo, é o que encontramos em Teschauer, ([3]) com o título de **Missiones S. J. a 1744,** e a nota marginal: "Joh. Christoph. Winkler sculpist Viennae". Traz à margem direita do baixo Ijuí, formando um triângulo com S.-Nicolau e S.-Xavier, uma meia lua encimada por uma cruz, sinal evidente de capela ou lugar sagrado.

O terceiro mapa, o mais precioso de todos, — do qual damos aquí um fragmento — que nos forneceu o amigo Aurélio Pôrto, nos aproxima cada vez mais da verdade. Essa carta, que não passa de um rústico croquis da lavra do padre José de Tolu, que foi cura de S.-Xavier, data dos fins do século 17, como consta do processo acima mencionado, e devia de acompanhar o pleito entre S.-Xavier e Conceição. A mapoteca do Museu de Júlio de Castilhos, em Pôrto-Alegre, possue uma cópia dessa primeira carta, indiscutìvelmente feita por um português ou brasileiro que mistura a cada passo a grafia espanhola com a lusitana. Mede 58 × 40,5 cm. e se encontra registada sob os sinais: Gav.-G; Classe-X; Ordem-28; Ordem Geral-551.

Nesse mapa, pois —, cujo centro ocupa o rio "Yiuiguazu" (Ijuí grande), para distinguí-lo do Yiuimiri —, vemos junto a uma grande curva dêsse rio uma cruz, ao pé da qual se encontram as seguintes palavras guaranis, algo adulteradas pelo copista:

M Negupaso Nesuretũgue/Paiyuiahague/Ayrigua/Guãrirã/neombatud.

Os três últimos termos ainda não sabemos o que possam

([3]) Vida e Obras do Padre Roque González de S. Cruz, 3.ª edição, pág. 89, descrito à página 119.

significar. Mas os três primeiros são de um valor decisivo. Vejamos:

M (se não fôr êrro de cópia), ignoramos o seu significado.

Talvez Monte (espanhol) = mato; ou a partícula guaraní Mamõ = lugar onde (Padberg- Drenkpol).

Negupaso (ou ante Ñezupaso), compõe-se de Ñezu = nome do cacique, e paso = passo, vau; isto é Passo ou Vau do Nheçú.

Nesuretũgue (ou melhor, Ñezurẽtãgué), composto de Ñezú + Rẽtã = terra ou região + gué (qué ou cué) partícula que indica pretérito = que foi. Logo: "Terra que foi de Nheçú".

Paiyuiahague é combinação de Paí = padre, sacerdote; yuia, é errata, em vez de yucá = matar, assassinar; hague, ou melhor hagué, é partícula que forma o pretérito da voz passiva do verbo precedente. Portanto, Paíyucahagué = padre foi morto, ou assassinado.

Não prova a interpretação dos nomes neste tôsco mapa que **um padre foi morto em terras que outrora pertenceram a Nheçú, junto a um passo do rio Ijuí?**

A 4.ª carta é o afamado **"Primeiro Mappa do Paraguay, construido pelos Jesuitas d'essa Provincia, offerecido ao R. P. Vicente Carrafa, então Geral da Companhia de Jesus (1646-49), e publicado no altas de Blaeu,** — o qual é o primeiro dos 29 mapas com que o imortal Barão do Rio Branco provou ao Presidente Cleveland dos Estados Unidos que o Território das Missões era nosso.

Nesta carta, pois, encontramos na parte sul da faixa de terra que se estreita entre a margem direita do baixo Ijuí e a margem esquerda do Uruguai: **Assumpaon,** palavra em que o desenhista juntou o **c** com o **i,** resultando daí Assumpaon em vez de **Assumpcion.**

O 5.º mapa, o mais antigo de todos, desconhecido ao próprio Rio Branco, encontramo-lo facsimilado junto à página CXXVIII de "Documentos para la Historia Argentina",

tômo XIX, Iglesia, Buenos-Aires, 1927. Representa a antiga Província jesuítica do Paraguai, cujo original foi doado há poucos anos pelo general argentino José Inácio Garmendia ao Colégio del Salvador, de Buenos-Aires.

O sábio padre Carlos Leonhardt, S. J., quando publicava em 1927 o mencionado tômo XIX, pensava dever atribuir êsse mapa ao jesuíta flamengo Nicolau Henard. Mas, em carta de 2 de março de 1936, ao infrascrito, o padre Leonhards, além de oferecer uma fotografia dêsse mapa e a generosa licença de reproduzí-lo em nossa Revista, confessa que, após estudos mais minuciosos das cartas dos padres gerais da Companhia de Jesús, existentes nos arquivos da Ordem, encontrou uma missiva do padre geral Múcio Vitteleschi de 30 de novembro de 1634, na qual agradece ao **padre Luis Ernot** a remessa do **mapa geográfico do Paraguai**, recebido em **1632.**

De modo que o autor não é Nicolau Henard, e sim Luis Ernot, que terminou o mapa não em 1640, e sim antes de 1632. E' um documento valiosíssimo que ora se publica pela primeira vez em nossa pátria, o qual supera em idade todos os demais no que se refere a esta parte do Continente, trazendo dados importantes sôbre o antigo Rio-Grande.

Serviu indiscutìvelmente de modêlo ao cartógrafo que confeccionou o de Garrafa, de 1646, que é copiado em grande parte servilmente. Tendo sido desenhado cêrca de 3 anos depois da morte de Castillo, não lhe podia faltar o lugar do martírio dêsse padre, quer dizer, na margem direita do baixo Ijuí, onde se lê outra vez **Assumpaon** em vez de **Assumpcion.** E como traz, bem nítida, entre os rios Ijuí e Piratiní a Redução de **Mártyres** (de Caaró), vale por uma preciosa confirmação da exatidão das nossas pesquisas na localização do lugar do martírio de Roque González e Afonso Rodríguez, em janeiro de 1933.

O padre Luis Ernot, flamengo, veio ao Paraguai em 1628 e morreu em 1667, com 69 anos de idade, segundo Leonhardt.

O martírio

Para melhor compreensão do que segue, vejamos, de relance, o glorioso fim do beato padre João del Castillo, tal qual no-lo relatam as testemunhas da tragédia de 17 de novembro de 1628.

Não bem haviam consumado os assassinos dos padres Roque González e Afonso Rodríguez a sua obra nefasta em Caaró, na manhã de quarta-feira, dia 15 de novembro de 1628, dois dêles partiram apressados em demanda do baixo Ijuí, afim de levarem a seu mandante Nheçú a notícia de as suas ordens terem sido cumpridas à risca. Residia o famigerado feiticeiro com sua gente em 35 barracões sôbre o dorso de uma vistosa coxilha, à margem direita do Ijuí, ou sejam 11 km. (via aérea) abaixo do célebre Salto do Pirapó —, onde hoje se encontra poderosa usina hidráulica —, e uns 50 km. (linha reta) distante de Caaró.

Nheçú, ao ouvir essa nova, teve um arrebatamento de júbilo: vestido dos seus trajos de plumas, saíu do mato com suas concubinas, dansando como um possesso. Foi isso ao cair da tarde de quinta-feira, dia 16 de novembro.

Como êle houvesse resolvido exterminar de raiz a obra dos missionários de todo o Rio-Grande, deu ordem aos seus assalariados a prosseguirem na emprêsa inglória de dar cabo desde já do padre Castillo, que morava logo alí perto, no meio dêles.

As fontes não nos indicam o motivo de os índios subornados por Nheçú terem adiado a execução daquela ordem até à meia tarde do dia seguinte. Suspeitamos que talvez já estivesse iminente a noite e os que haviam vindo de Caaró se sentissem exhaustos pela longa marcha forçada, ou, — o que mais provável se nos afigura —, queriam aguardar a volta dos demais companheiros que no dia 16 ainda se achavam em Caaró, onde ouviram o coração do padre Roque falar-lhes e repreendê-los. Certo é que só na sexta-feira de tarde, 17 de novembro, pelas 15 horas, é que resolveram levar ao matadouro a inocente vítima.

Estava o bem-aventurado, sem a mínima suspeita do

que se tramava contra êle, rezando o seu breviário, ou segundo outros, distribuindo cunhas, anzóis e alfinetes a uns índios que se haviam apresentado para a catequese, quando, de repente, lhe invadem estrepitosamente a humilde choupana. O padre, cuidando que vinham pedir anzóis, ou outros presentes, dispôs-se para satisfazer-lhes a vontade, acrescentando que lhes dava tudo que possuia.

Nisso, porém, um dêles lhe lança os braços pelas costas, segurando-o fortemente, ao passo que outros lhe davam muitas bofetadas. Ao princípio fez fôrça para se livrar dos agressores e gritou por auxílio. Foi inútil.

Quando, porém, lhe disseram que já haviam dado cabo dos padres de Caaró, que iam matar os de S.-Nicolau, e, agora, vinham matar também a êle, o manso cordeiro não pôs mais nenhuma resistência. Até lhes pediu que, uma vez que o desejavam matar, o levassem para S.-Nicolau, distante três para quatro léguas, afim de morrer alí com os seus irmãos de hábito.

Não lhes pareceu má essa proposta. E assim, enquanto um lhe dava um talho no rosto com uma faca, outros o derrubavam ao chão, amarrando-lhe duramente as mãos com cipós. Feito isso, dispararam com êle, arrastando-o por paus e por pedras, coxilha abaixo, através de um ou dois arroios, até cêrca de três quartos de légua de distância.

Nessa via dolorosa, soltando-se o cipó de uma das mãos, o invito mártir pediu que lha atassem de novo. Queria beber livre e concientemente o cálice, que o Senhor lhe oferecia, até às fézes. Sua alma aflita soltou muitos suspiros e orações. As únicas palavras que os selvagens puderam compreender foram: "A Jesús!" e "Seja por amor de Deus".

Tão copioso foi o sangue que a denodada vítima perdeu, que, dias após, ainda apareciam as manchas nas pedras e nos tocos, contra os quais batera quando a arrastavam pelo chão.

Por fim, cançados já pela corrida, fizeram alto à margem do Ijuí, deixando ao padre com o rosto submerso num lodaçal para que os tigres o comessem durante a noite.

Diz o padre Romero, na sua citada carta a Hernandárias:

"Se não estava já morto, acabaram de matá-lo com uma maça de pedra, e outros lhe moeram os ossos com pedras, e, atados os braços em forma de cruz a uma árvore, lhe atiraram muita lenha por cima e o queimaram de modo que, mais tarde, apenas se achou membro do seu corpo que não estivesse muito moído pelas pedradas, ou queimado pelo fogo".

As pesquisas "in loco".

De posse de todos êsses dados e munido de um excelente croquis fornecido pela Coronel Melo, da Carta-Geral, de Pôrto-Alegre, dirigí-me para aquela região em janeiro de 1935. Partindo de Cêrro-Azul, no domingo dia 20 de janeiro, um velho amigo me conduziu em auto 32 km., em direção ocidental, até à nova colônia S.-Roque (ou antes Sede de Roque Gonzáles), onde quis estabelecer meu quartel e ponto de irradiação.

Como estivesse só e desconhecesse a terra, fiz propaganda, entre aquêles bons colonos, do motivo da minha vinda, conseguindo desde logo 7 homens que se prontificaram a acompanhar-me. Nos dias subseqüentes chegamos até 40 homens.

Abalámos em direção ao rio Uruguai.

Sabendo que "Assunção do Ijui" ficava a 3 léguas de S.-Nicolau (hoje ainda, mas fracamente, povoada), outras 3 de Candelária (hoje ainda não bem localizada) e 4 de S.-Xavier (sita sôbre o barranco direito do Uruguai, com cêrca de 3.000 almas), minhas pesquisas deviam, forçosamente, jogar dentro de um circuito de poucos quilômetros quadrados.

Seja dito de passagem que a légua de que se tratava aquí, era provàvelmente a légua marítima, com seus 5.555,55 metros (isto é 20 para um grau de latitude), ou então a antiga légua de Castela, de 5.572,7 metros. ([4]) Como vêm, a diferença entre as duas medidas era desprezível, e, portanto, pouco fazia ao caso que tivesse sido uma ou outra.

Além disso, as distâncias indicadas pelas diversas testemunhas oculares do martírio do padre Castillo, variavam

([4]) Segundo Padberg-Drenkpol, numa carta ao autor.

entre meia légua e cerca de uma légua pela qual diziam fôra arrastada a vítima. Tratava-se portanto de 3.000 até 3.500 metros.

A incógnita a ser resolvida era achar pois um trajeto do mencionado tamanho, que, partindo de uma linda coxilha ao lado direito do Ijuí, cruzasse um ou dois arroios, através de péssimo caminho, em direção do vau do Ijuí, para chegar a S.-Nicolau.

Pois bem. Graças à carta do Cel. Melo, logo no primeiro dia já pude abandonar todos os pontos que me haviam sido indicados como merecedores da minha atenção: faltava-lhes alguma nota indispensável para entrar em discussão.

No segundo dia, sempre à mão do mapa de Melo, com sua escala métrica bem delineada, cruzando matos, campos e banhados, a-pé e a-cavalo, subindo pontos elevados para examinar o horizonte, sob o sol causticante de janeiro, atingimos uma formosa coxilha, com magnífico panorama para todos os lados, medindo mais de meio km. de diâmetro, sendo plana no alto e caindo suavemente para todas as direções, e cercada com diversos olhos d'água.

Seria êste o "muy lindo puesto" de que fala Romero? Importava tirá-lo a limpo. A distância até S.-Nicolau não era má; a da antiga Candelária ignorávamos; a de S.-Xavier combinava mais ou menos. E a curva do rio Ijuí, que aparece no mapa do padre Tolu, também alí a encontrámos.

O que muito me prendeu a esta lomba, foi justamente a vizinhança do "Vau Velho", ou Passo do Nheçú, único em toda aquela banda, ainda hoje usado quando o rio tem pouca água. Era pois manifesta a direcção tomada pelos assassinos: partiram da coxilha para arrastar o mártir até S.-Nicolau através daquele vau, que, em meados de novembro, provàvelmente dava passo aos silvícolas.

Restava saber se, na direcção do vau, havia um ou dois arroios, com péssimos caminhos, dos quais falam as testemunhas.

Também isto foi por nós descoberto. Descendo da coxilha, designada na carta de Mário Rabelo por um cruz, em direcção ocidental, topámos um caminho cheio de pedras, e,

Reprodução do mapa do padre Luiz Ernot, desenhado no ano de 1631 ou 1632.

Mario Rabello desenhou. Junho de 1935.

1 cm = 1 Km ou 12 cm = 16.000 passos

1Km 0 1Km 3Km 6Km 9Km 12Km

1000 passos 0 2000 4000 6000 8000 10000 12000 14000 16000 passos

1ª Divisão de Levantamento do SERVIÇO GEOGRAPHICO DO EXERCITO

Carta organizada pelo padre Luiz Gonzaga Jaeger e executada em 1935 por Mário Rabello, desenhista da Carta-Geral, de Pôrto-Alegre.

a poucas centenas de metros, estávamos à margem do arroio Gramado, que dá um único vau, a mil metros acima da sua barra no Ijuí, passo cheio de rochedos e pedras.

Continuámos a marcha, uns ladeando o Gramado, outros mais terra adentro através de uma sanga, que, em tempo de chuva, torna-se regato, e, porisso, foi talvez considerada por uma testemunha como segundo regato, que o mártir teve de cruzar.

Tendo nós chegado até a furiosa corredeira da "Aspa de Vaca", isto é cêrca de 2.000 m. abaixo do vau do Gramado, fizemos alto, na convicção de já havermos vencido aproximadamente os três mil para três mil e quinhentos metros.

Examinando a topografia, verificámos, com surpresa, que justamente naquele ponto desembocava no rio uma sanga barrenta, em cujo lôdo muito bem puderam os assassinos ter deixado submerso o rosto do mártir, como se disse acima. Também nos causou surpresa que, em ponto falto de pedras, ainda encontrássemos umas poucas pedras, do tamanho de repolho, que talvez fôssem os instrumentos com que moeram os ossos do padre Castillo. Por fim, reparámos que o mato, bastante espêsso, oferecia alí, à margem da sanga, a poucos metros do Ijuí, uma clareira de uns 10 m. de diâmetro, sendo que todas as árvores mais velhas que a rodeavam estavam marcadas com sinais já bastante apagados pela ação dos anos, prova evidente de que alguém queria fixar aquêle ponto a-fim-de segurá-lo para a posteridade.

Na firme convicção de que tanto a distância desde a coxilha, como os dados históricos concorriam admiràvelmente naquele sítio, mandei erguer uma tôsca cruz, para meus continuadores saberem onde, segundo os meus cálculos, terminara seus dias meu prezado e glorioso irmão em Cristo, o beato padre João del Castillo. E' o lugar designado na Carta da 1.ª Zona Civilizada pelos Antigos Missionários Jesuítas, que aquí reproduzimos, junto à corredeira da Aspa de Vaca.

Desde essa cruz até ao centro da coxilha são mais ou menos três mil metros.

E' de lastimar que nenhuma testemunha nos revelasse em que ponto preciso daquela lomba esteve a moradia do padre, palmo sagrado de terra, em que o mártir iniciou a sua derradeira tortura. Possìvelmente foi numa borda do planalto, visto que ao tempo de o missionário vir estabelecer-se entre a gente de Nheçú, êste caudilho já lá morava em 35 galpões, que muito bem podiam ter ocupado toda aquela planície. Entretanto, para mais nos aproximarmos da verdade, fiz erguer segunda cruz no meio da coxilha, assignalada por uma cruzinha no mesmo mapa de Mário Rabelo. Isso fizemos depois do meio dia de 24 de janeiro de 1935.

Vendo novamente o fragmento do mapa do padre Tolu, reparamos que o lugar designado por uma cruz, ficava junto a uma grande volta do Ijuí. Pois a carta de Mário Rabelo, desenhada sob a vigilância do Coronel Soares, segundo recentíssimas fotografias aéreas da aviação militar, corrobora magnìficamente êsse dado, onde o rio descreve de fato uma vasta curva.

Uma preciosa confirmação.

Como já advertimos acima, Aurélio Pôrto desenterrou da Coleção de Angelis, na Biblioteca Nacional do Rio, os originais das Atas de um acirrado processo havido pelo fim do 17.º século, entre as reduções de S.-Xaxier e Conceição, ambas na banda ocidental do rio Uruguai. Tratava-se do usufruto e da posse das terras situadas entre as margens direita do baixo Ijuí e esquerda do Uruguai.

Nesse pleito, pois, no qual fizeram depoïmentos escritos nada menos de 23 missionários da Companhia de Jesús, que haviam labutado naquela zona durante o segundo quartel do século 17, encontramos referências valiosíssimas ao ponto que ora estamos estudando.

1. O padre Cristóvão de Altamirano, no seu depoïmento de 2 de novembro de 1697, declara: "Não recordo o nome próprio (do lugar) em que mataram ao padre João del Castillo, porque já são mais de 66 anos que isto sucedeu; só me

lembro que foi em direção ao Pirapó (hacia el Pirapó)". Logo a seguir se torna a dizer que a paragem se chamava Pirapó, "terra e povoado do cacique Nheçú e de seus vassalos, cinco léguas de S.-Xavier, da outra banda do povo (de S.-Xavier), entre o Uruguai e o Ijuí-guaçú".

Devo confessar que essas cinco léguas mencionadas, á razão de 5.555,55 metros, me causaram uma enorme desilusão, porque de S.-Xavier até o lugar marcado por mim são bastante menos de cinco léguas, em linha reta.

2. Mas prossigamos. Em 10 de junho de 1698, escrevia o padre Salvador Roxas, que foi cura de S.-Francisco-Xavier: "... E o certo é que, não distando, como vossa reverência me escreve, mais de **quatro léguas** (o grifo é nosso) dêsse povo (de S.-Xavier até a terra de Nheçú), a natureza das coisas pede que se aplique (o erval de que se tratava) a êsse povo e não a outro algum".

3. O padre José de Tolu, que foi muitos anos cura de S.-Xavier, nos ministra, no seu relatório de 13 de julho de 1698, êstes preciosos dados: "As terras da outra banda do Uruguai, onde havia um canavial que plantou o p. André Gallego e levou avante o p. Alonso Delgado e eu, até o rio Ijuí-guaçú foram terras e povoação do cacique Nheçú, e se chama Ñeçuretangué. O cacique matou ao venerável padre João del Castillo, e muitos dos seus vassalos passaram para S.-Xavier. Porisso o padre Ricardo, com licença dos superiores, aplicou essas terras a S.-Xavier, sem que nenhum povo ou pessoa contradissesse".

E acrescenta nosso informante que o padre André Gallego, com José Amenda, passou para a outra banda do rio a boiada, pondo-a para engordar detrás do canavial, mas que as vacas se alçaram entrando pelos matos a dentro; que mais tarde, por volta de 1683, com licença do padre provincial, êle, padre Tolu, havia passado novamente para o lado do atual Rio-Grande outras quatro mil vacas, vindo a ocupar a estância de Ñeçuretangué, e que a chácara que tinha mandado fazer do mesmo lado do rio se chamava Tupãci coga.

Dois outros missionários ainda informam que por alí os índios buscavam mel, cera e bons figos, e madeiras, princi-

palmente cedros, para as reduções de S.-Luiz, S.-Nicolau, S.-Thomé e sobretudo tábuas para cobrir o pavimento da igreja de S.-Nicolau e para o fabrico das suas canoas.

4.º Porfim, o padre Paulo Restiva torna a repetir que o assassino dos padres foi Nheçú, o qual morava no Pirapó, como era sabido de todos, entre o rio Uruguai e o Ijuí-guaçú.

Objeções.

O padre Pedro Romero, na sua já citada carta de 1629, isto é no ano depois da morte do padre Castillo, afirma expressamente que "Assunção do Ijuí ficava a **três léguas** de S.-Nicolau". Ora, sendo a distância, que medeia entre êsses dois pontos, de 21 km. aéreos, isto é quasi 4 léguas de .. 5.555,55 m., através de estrada tortuosa teríamos bastante mais ainda. À vista desta dificuldade, suspeita A. Pôrto que a S.-Nicolau de 1628, fundada pelo padre Roque, e à qual se refere o padre Romero, ficava mais próxima do rio Ijuí do que a de 1687, que é a que alude o mapa de Mário Rabelo, cujas ruínas ainda hoje em parte subsistem.

Essa suspeita não está de acôrdo com o que ensina Teschauer, que afirma que os índios que voltaram em 1687, tornaram a ocupar a mesma redução que haviam abandonado meio século antes, à vista do perigo mameluco. ([5])

Vou aventar outra explicação. Como se trata de uma diferença de uns 7 quilômetros, isto é, entre 17 e 25 aproximadamente, o padre Romero, quando escrevia a Hernandárias, estava mal informado pelos índios, que como todos sabemos, teem péssima noção de distâncias, sendo que êle próprio, desde a morte do padre Castillo até a data da carta, ainda não havia estado pessoalmente no Pirapó, em Assunção do Ijuí, o que aliás teria manifestado ao Governador do Paraguai.

As cinco léguas que indica o padre Altamirano como

([5]) História do Rio-Grande-do-Sul dos dous primeiros séculos, vol. II, pág. 4 e 5.

existentes entre S.-Xavier e o Ñeçuretangué, sòmente saem havendo um caminho muitíssimo tortuoso. As quatro léguas, porém, indicadas pelo padre Roxas, não causam dificuldade, mòrmente seguindo-se a atual estrada que conduz do Cêrro-Pelado ao Cêrro-Azul.

Além disso, as condições topográficas, descritas pelas testemunhas oculares, em ponto nenhum se realizam tão perfeitamente como no que indicámos junto à margem direita do baixo Ijuí, um pouco acima da corredeira da Aspa de Vaca, lá onde a coordenada do mapa da Carta-Geral de Pôrto-Alegre marca 55°06′45″ de long. de Greenwich e 28°03′11″ de lat. Sul.

Outras objeções não nas conhecemos.

De modo que, segundo cremos, a estrada que foi tingida com o heróico sangue de nosso beato padre João del Castillo, está definitivamente localizada junto ao riacho Gramado.

Padre Luiz Gonzaga Jaeger, S. J.
Ginásio Estadual Anchieta, Pôrto-Alegre.

Invasões de Ceballos e Vertiz

Pelo 1.º ten. H. O. Wiederspahn

Por carta régia de 29 de agôsto de 1760, foi nomeado o brigadeiro Inácio Elói de Madureira para suceder no comando do Rio-Grande ao tenente-coronel Pascoal de Azevedo. A carta de 9 de setembro do mesmo ano desligava o Rio-Grande do govêrno militar de Santa-Catarina, formando aquele um novo, subordinado também ao capitão-general do Rio-de-Janeiro.

Desde a anulação do Tratado de Madrí, apresentou-se a todos a iminência da renovação das lutas com o castelhano. A penetração dos paulistas, açorianos e novos rio-grandenses já havia alcançado a ponta de Castillos Grande, limite meridional reconhecido pelo tratado tornado sem efeito em Pardo. As estâncias, com a rendosa indústria pastoril surgiam por toda parte como frutos da audácia e do esfôrço pessoal e único dos bravos povoadores da terra.

Desde o célebre pacto de Família, celebrado em Versailles em 15 de agôsto de 1761, as nuvens rubras da guerra iminente preocupavam todos os ânimos europeus.

Desde os tratados de aliança anglo-portuguesa de 1642 e 1654, sòmente onerosos para Portugal, procurava êste um apôio forte contra as hostilidades hispânicas. Pelo de Methwen, em 1703, conseguira a Gran-Bretanha em Portugal a sua colônia mercantil por excelência, pois suas manufaturas viviam principalmente do concurso do comprador lusitano e de seu ouro. Eram súbditos britânicos os senhores do comércio importador e de muitas das profissões liberais. Da

Inglaterra tudo se importava: ferramentas, vestuários e o próprio pão, ao mesmo tempo que as ordens lisboetas proïbiam sob severas penas toda e qualquer manifestação industrial no Brasil.

Embora êste concorresse abundantíssimo com o seu ouro e pedrarias, o numerário escasseava em Portugal. Era sabido que "as moedas com a efígie de D. João V eram na Inglaterra mais vulgares que as do rei Jorge" (Lúcio d'Azevedo) e que "um mês apos a chegada da frota do Brasil, dela não existe uma única moeda de ouro em Portugal" (Pombal, 1759).

Com Pombal foi mantida esta política a todo custo, a-pesar-de todas delapidações e contrabandos ingleses do ouro chegado do Brasil à metrópole, a-pesar-de todas as tentativas francesas em obter idênticas vantagens que as do inconcebível tratado de 1703. Bem reconhecia Pombal que as manufaturas da França eram então melhores, de mais gôsto e bem mais baratas que as da Albion. Mas sòmente se serviu disto para vencer, pela ameaça de boicotagem comercial, aos incidentes provocados pela proïbição da evasão do ouro com oficiais e funcionários britânicos.

Contudo permaneceu Portugal debaixo das dobras do pavilhão britânico, que mais uma vez iria protegê-lo na contenda bourbônica iniciada em janeiro de 1762. Com um exército desorganizado, desmoralizado, pobre, sem estímulo, Pombal viu os primeiros desastres no Tras-os-Montes. Foi então que a Inglaterra enviou o conde de Lippe com seus auxiliares reorganizar as fôrças lusitanas.

Ante a gravidade da situação nas fronteiras rio-grandenses, recebeu Elói de Madureira o auxílio do coronel Tomaz Luiz Osório, em 1762, que chegara do Rio-Pardo com perto de 300 homens, na maioria milicianos e recrutas, para levantar o forte de Santa-Teresa, por ordem de Gomes Freire de Andrade, conde de Bobadela, que receberia também o título de vice-rei do Brasil. Esta obra deveria barrar o caminho de Maldonado e com a de São-Miguel, construída por Silva Pais, cobrir a sede de São-Pedro-do-Sul e a barra de um ataque terrestre.

À frente de cerca de 6.000 homens, o governador de Buenos-Aires, vice-almirante D. Pedro Ceballos Cortez y Calderón iniciara as hostilidades no Prata cercando e dominando a Colônia do Sacramento, a-pesar-dos esforços de uma frota inglesa no estuário.

Em seguida marchou sôbre o forte de Santa-Teresa, que pouco resistiu, a-pesar-de sua guarnição de 300 homens. Êstes debandaram em pânico ante o atacante que aprisionou ao coronel Osório. São-Miguel foi evacuado no mesmo dia (1 de abril de 1763).

Levando de roldão os remanecentes das guarnições dos dois fortes, lanceando-os e acutilando-os impiedosamente, os 500 cavalarianos do capitão D. José Molina, vanguarda de Ceballos, ocupavam Rio-Grande em 24 do mesmo mês, exatamente, no momento que os últimos habitantes fugitivos se afastavam em embarcações para São-José-do-Norte. Bombardeou-os ainda. Onze dias depois entrava o comandante em chefe castelhano como triunfador.

No maior terror pânico da população, todos se transportaram para a margem Norte da barra. O governador Madureira transferiu-se com a administração local para Viamão, onde o govêrno deveria permanecer até a expulsão dos castelhanos.

A notícia da queda da Colônia abalara Gomes Freire tão profundamente, que veiu a falecer em 1.º de janeiro de 1763. Substituiu-o uma junta governativa provisória até a posse de D. Antônio Álvares da Cunha, sendo em seguida transferida a sede do vice-reino do Brasil para o Rio-de-Janeiro.

Foi a junta que determinou ao tenente-coronel Luiz Manuel da Silva Pais, substituísse ao brigadeiro Madureira no govêrno do Rio-Grande, o que se deu em 10 de junho do mesmo ano. Quanto ao brigadeiro, foi mandado retirar para Santa-Catarina por doente.

O tratado de París, de 10 de fevereiro de 1763, devolveu Colônia a Portugal, mas Ceballos manteve a conquista de Rio-Grande e mais posições fortificadas da margem Norte do canal, onde hoje se encontra São-José-do-Norte.

Os colonizadores de Laguna e Rio-Grande tiveram então suas propriedades limitadas pela Lagoa dos Patos e pelas chamadas fronteiras do Rio-Pardo. Perdiam pois todo lucro rendoso que o abundante gado lhes auferia naqueles vastos campos, em poder do castelhano. A raia vinha de São-José-do-Norte, pela Lagoa dos Patos, Guaíba e Jacuí até o atual povoado do Marcelino-Ramos, no rio Uruguai.

Entretanto a paz entre a Espanha e Inglaterra, e naturalmente também com Portugal, tutelado desta, era apenas aparente. No Rio-Grande também forte era o ambiente de hostilidade contra os conquistadores de 1763. Assim era nomeado governador o coronel José Custódio de Sá e Faria em 24 de janeiro de 1764 e empossado em 16 de junho do mesmo ano. Salientara-se ao lado de Gomes Freire, na Guerra das Reduções, e breve se associava à justa indignação dos continentinos que almejavam desalojar os espanhóis do único pôrto da Capitania d'El Rei.

Desde dezembro de 1764 Pombal encomendara grande cópia de material bélico de todos os calibres, embora sem tratar de uma distribuïção técnica do material de artilharia. Contratou muitos oficiais estrangeiros, graças tudo aos subsídios ingleses de 1762. Voltou o famoso conde de Lippe a comandar o exército português e a instruí-lo. Solicitou o apôio das armas britânicas para obrigar Espanha a evacuar Rio-Grande. Só o temor de uma penetração francesa no Amazonas, afastou Portugal de celebrar um acôrdo comercial com Versailles. Naquela época criou-se toda série de embaraços à celebre Madame Godin para reünir-se pelo rio-mar ao seu marido. Da mesma forma era Bougainville muito mal acolhido pela administração do vice-rei no Rio, apos uma recepção simuladamente amigável, em junho de 1727. Via pois Pombal perigos de guerra e ataque espanhol por toda parte, a ponto de merecer toda mofa de lord Granville no Parlamento inglês.

Por fim compenetrou-se o ministro de D. José I que sòmente poderia contar com suas próprias fôrças. Procurou uma aproximação com D. Carlos III e seu ministro napolitano Squillace, cujos decretos reformadores dos costumes na-

dionais haviam fermentado surda oposição em todas as classes. Em fins de março de 1766 irrompia em Madrí a "revolta dos sombreros" que obrigou Carlos III a fugir da capital e depois a substituir Squillace pelo espanhol Aranda.

Pombal não deixou escapar a ocasião e ofertou todos os meios e tropas para sufocar o movimento. Ganhou assim a paz pela confiança obtida no paço Madrilenho. No entanto deu aso á sua cueldade inata manifestando-se contrário à anistia decretada depois por Carlos III.

Em seu ódio à Companhia de Jesús, aproveitou-se da participação indireta do marquês de Enseñada no conluio de março para obter do rei espanhol a expulsão dos jesuítas, os quais pintou como inimigos da sua coroa e aliados dos ingleses, que queriam com êles sublevar o Prata.

Entretanto iniciara Sá e Faria os preparativos para desalojar os invasores, aproveitando-se dos rumores da sublevação da guarnição castelhana de Rio-Grande. Construiu o forte de São-Caetano, em São-José-do-Norte, que serviria de ponto de apôio ao ataque. O capitão de auxiliares Manuel de Souza (avô) seguiu com perto de 400 homens para fazer guerrilhas na campanha em poder dos espanhóis e reünir-se com os atacantes.

Em 28 de maio de 1767, sob o comando de José Marcelino de Figueiredo, apos a chegada das fôrças que o comandante da Rio-Pardo, coronel de Dragões José Casemiro Roncolli, na madrugada foi tentado o ataque que fracassou na Macega com elevadas perdas. Três dias depois caïam, contudo, nas mãos de Marcelino os fortes que o invasor ainda mantinha na margem Norte do Canal.

Pombal repreendeu a atitude do governador Sá e Faria e o demitiu, bem assim como ao vice-rei conde da Cunha, que foi substituído por Antônio Rolim de Moura Tavares, conde de Azambuja, no mesmo ano.

Sá e Faria, por aviso de 30 de março de 1768 foi mandado preso para Portugal. No entanto regressou em 1775, como brigadeiro, ainda de São-Paulo, apos se ter justificado, sendo empregado nas fortificações do Sul.

De acôrdo com a política assumida por Pombal, foram restituídos aos castelhanos os fortes ocupados em maio de 1767, tratando aquele de obter uma aliança defensiva para garantia das possessões americanas. Obsecado pelo que chamava "perigo jesuítico", o ministro lusitano virou-se contra os britânicos que prosseguiam em sua campanha aos monopólios das Companhias do Grão-Pará e dos Vinhos.

Quanto sofreram então os filhos do Rio-Grande ante o que lhes parecia desleixo criminoso do govêrno real! O castelhano, assim, dia a dia lhes parecia se tornar mais arrogante, chegando a impedir até a livre navegação da Lagoa e no canal.

No entanto o governador de Buenos-Aires D. Francisco de Paula Bucareli y Ursua, cumprindo as ordens reservadas recebidas, com a máxima cautela determinara a reünião de todos os jesuítas das Missões em São-Tomé e sua ida para a capital platina, onde chegaram em agôsto de 1768. As missões passaram a constituir um govêrno leigo com sede em Candelária e com vice-governadores militares nos departamentos de São-Miguel, nossas atuais Missões de Japejú, de Apóstolos, de Candelária, de Itapua, de Santa-Rosa e de São-Estanislau.

Procurou Pombal articular uma ação conjunta de Portugal, Espanha e França contra a Santa-Sé afim de forçar ao papa Clemente XIII a supressão da Companhia de Jesús. Mas as potências se decidiram agir pela persuasão até que o incidente de Parma provocou uma intervenção armada franco-napolitana no Avinhão e Benevente, em princípios de 1768. Só em 21 de julho de 1777 o novo pontífice suprimiu a ordem, como medida política, pela bula "Dominus ac Redemptor noster". Só 41 anos depois era ela restaurada, a pedido de Paulo I da Rússia e Fernando IV de Napoles, por Pio VII, na bula "Sollicitudo omnium ecclesiarum".

Voltou então Portugal a gravitar novamente na esfera britânica, a-pesar-de todas as arrogantes e vexatórias atitudes dos comandantes dos navios da Inglaterra que tocavam portos lusitanos. Após o incidente do navio da Companhia das Índias "Argyle", embargado pelo vice-rei no Rio-

de-Janeiro, foram renovadas as anteriores relações comerciais. No entanto ficara Portugal só apos a reconciliação hispano-inglesa.

Em 23 de abril de 1769 tomava posse do cargo de governador, no arraial do Viamão, o coronel José Marcelino de Figueiredo, nomeado em 9 de março do mesmo ano. Na mesma data assumia também o comando do Regimento de Dragões.

Era seu nome verdadeiro Manuel Jorge Gomes de Sepulveda. Tendo morto na Europa um seu camarada, oficial inglês, num duelo, foi mandado aproveitar em qualquer corpo no Brasil com o pôsto de capitão. Ao assumir o govêrno do Rio-Grande, como acima consta, já era coronel do Regimento de Dragões.

Naquele tempo a capitania vivia numa verdadeira paz armada, ante uma guerra latente com os castelhanos. Chamado o coronel Marcelino de Figueiredo pelo vice-rei marquês do Lavradio, exerceu, de 26 de outubro de 1771 a 5 de abril de 1773, o govêrno interino o tenente-coronel Antônio da Veiga de Andrade.

A-pesar-da paz reinante na Europa, as hostilidades recomeçaram com o novo governador castelhano general D. Juan José de Vertiz y Salcedo que determinou uma concentração de cerca de 6.000 homens, dos quais apenas 800 de linha e os demais milicianos e índios da região de Corrientes. Reünidas as guarnições de Buenos-Aires, Montevidéu e Maldonado, encetou sua marcha sôbre Rio-Pardo, em 22 de outubro de 1773. Ordenou ao capitão castelhano D. Antônio Gomes concentrar nas Missões o Destacamento de Milícias Correntinas e mais 300 índios, ao todo perto de 600 homens. Êstes deveriam marchar com a máxima cautela até as margens do arroio Tabatinguaí, onde se reüniriam ao grosso.

Em novembro levantava Vertiz um forte em Santa Tecla como apôio à sua ofensiva e tomou a direção do Jacuí.

Nesta situação, o coronel Marcelino de Figueiredo se transportou para Rio-Pardo onde começou a rganizar a re-

sistência. Mobilizou as milícias criando três companhias ou esquadrões de Cavalaria Ligeira, Auxiliares e Ordenanças. Tratou de garantir sua liberdade de ação numa atividade perfeitamente correspondida pela onda de resistência que varreu o território continentino contra a nova invasão do inimigo tradicional.

Para garantir integralmente sua liberdade de ação o coronel Marcelino lançou seus postos avançados sôbre os passos do rio Camaquã, cobrindo-os neste e nos passos de Santa-Barbara e Piquirí e organizou sua linha de resistência no Jacuí e Guaíba. Rio-Pardo servia de ponto de apôio ante a invasão de Vertiz. Estas medidas foram transmitidas ao Vicerei no Rio em carta datada de 30 de dezembro de 1773.

Em sua ofensiva, o castelhano breve entrava em contato com os postos avançados portugueses. No Piquirí o pôsto do capitão de ordenanças Miguel Pedroso Leite com 30 homens em 5 de janeiro de 1774 é recalcado pela vanguarda inimiga, cujo grosso nunca deixou daí em diante de ser molestado pelos pequenos destacamentos montados da capitania. Tomava Vertiz então contato com os prtugueses de aquém Jacuí e Pedroso Leite se recolheu ao pôsto do Tabatinguaí.

Partindo da Encruzilhada, o capitão da cavalaria ligeira Rafael Pinto Bandeira, natural do Rio-Pardo, filho do valente oficial dos Dragões Francisco Pinto Bandeira e falecido naquela praça em 15 de junho de 1771, e o tenente de Dragões Francisco Álvares de Oliveira com 120 homens atacaram de surpresa o acampamento do capitão D. Antônio Gomes em 3 de janeiro, junto ao arroio Santa-Bárbara, afluente do Vacacaí.

O destacamento inimigo foi completamente destroçado, sendo aprisionado seu comandante, oficiais e praças, ao todo 119 homens. Com a grande apreensão de gado e cavalhada a fortuna sorria mais ainda às fôrças vencedoras. A-pesar-das irregularidades cometidas por Pinto Bandeira quanto à repartição das presas, entre o erário público e as praças, todos lesados, foi êle promovido a major da Cavalaria Ligeira.

A-pesar-do heroísmo do pôsto de Tabatinguaí em 14 de janeiro, que conseguiu retardar a progressão da vanguarda de Vertiz, êste conseguiu aproximar-se do Rio-Pardo, acampando cerca de meia légua da praça. Nesta Marcelino tudo empreendia em sua defesa.

De seu acampamento, o castelhano chegou a intimar soberba e solenemente ao comandante do Rio-Pardo para abandonar o país que queria reocupar para o rei de Espanha. Breve recebia notícia do desastre do Destacamento Gomes em Santa-Bárbara.

Foi então que Vertiz, temendo um envolvimento e superestimando a coluna vencedora em Santa-Bárbara, lançou uma proclamação dizendo "achar-se completa a diligência de visitar o território pertencente a el-rei, seu amo", levantou acampamento e encetou sua marcha retrograda.

Não poude ser perseguido com os poucos e ainda não bem organizados elementos de que dispunha e principalmente pela falta de oficiais capazes. Pelo tenente-coronel de Dragões Francisco Barreto Pereira Pinto, comandante da fronteira do Rio-Pardo, foi Pinto Bandeira encarregado de arrebanhar a cavalhada deixada pelo inimigo em sua retirada precipitada. Houve também desta vez os descaminhos que tanto enriqueceram os povoadores daquela época e que são, com outras irregularidades, as páginas escuras na honorabilidade de Pinto Bandeira.

"Entretanto o govêrno de Lisboa mandava tropas de refôrço, e para o comando superior o tenente-general Henrique Böhm, um dos mais hábeis e distintos oficiais vindos com o conde de Lippe. Guerreando na América, os dois governos queriam manter na Europa as aparências da paz. Parte das nossas tropas embarcaram clandestinamente no Algarve; em Espanha procederiam de modo idêntico.

"De Pernambuco mandou Pombal transportar um batalhão de negros e outros de mulatos, confirmando que a catadura dessa gente infundiria terror nos castelhanos. Induzira-o a tal o haverem-lhe referido que, na guerra de Boêmia, as tropas francesas, à vista dos **panduros**, com seus trajos extravagantes, experimentaram grande susto. Com ês-

te infantil resurso, próprio das civilizações inferiores, o ministro cuidava suprir as deficiências da organização militar. E' certo que, em abril, já o total das fôrças enviadas da metrópole, com as que passaram das capitanias vizinhas, excedia no Prata o efetivo dos castelhanos. Mas a falta de conhesão dêsses elementos desaparelhados, a ausência de espírito militar, a incapacidade e o desânimo pronto dos oficiais, tiravam ao conjunto a eficácia, que de outra forma se poderia esperar.

"A organização do adversário não era superior, como já em 1762 se tinha verificado. Vertiz pedia socorros que de Madrí por sistema lhe regateavam". (Lúcio d'Azevedo).

Sem esquecer o ouro das capitanias do centro, única preocupação dos administradores portugueses, e provável ameaça às minas pelo avanço hispânico, era enviado o coronel Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara com reforços para as guarnições sulinas.

Enquanto aparentemente se procurava nas côrtes resolver as pendências amigàvelmente em Madrí entre o ministro Grimaldi e o embaixador português, em 5 de agôsto de 1774 ordens eram dadas à Vertiz para recuperar todos os territórios ocupados pelos portugueses até a ilha de Santa-Catarina.

Nesta ilha aportava o comandante-em-chefe do Exército do Sul português, o tenente-general alemão João Henrique von Böhm. Como técnico de fortificações viera o engenheiro militar suéco marechal de campo Jacques Funck. Desembarcavam pouco depois em Laguna e seguiam por terra até São-José-do-Norte, onde estabeleceram seu Quartel-General. Assumiu Böhm imediatamente o comando de todas as fôrças no Rio-Grande-do-Sul, constituídas das guarnições locais, regimentos de Portugal, de Santa-Catarina, São-Paulo, Rio e Baía.

Decidiu Böhm deixar no Rio-Pardo, na fronteira, o exército secundário, obra exclusiva do desvêlo de Marcelino, afim de percorrer toda a campanha e tirar ao inimigo seus meios de subsistência e gado que de lá êste tão fartamente obtinha. Para agir nesta frente secundária de operações de acôrdo com

o comando-em-chefe, dentro da missão recebida, foi designado o já brigadeiro José Casimiro Roncalli, que lá seria secundado pelo já famoso caudilhesca e polìticamente influente major Rafael Pinto Bandeira. Coube ao governador coronel José Marcelino de Figueiredo, a parte administrativa, inspeção e zelar pela manutenção da tropa, no que se portou à altura de seus cargos.

Em princípios de 1775 chegava von Böhm ao seu Quartel-General, onde conseguira reünir, para o Exército-do-Sul, 6.717 homens de todas as armas. Cinco embarcações portuguesas também se encontravam aí protegidas pelo forte de São-José. O ano foi assim gasto em preparativos para as operações do assalto à praça do Rio-Grande.

Em face do perigo, o coronel D. Miguel Tejadas, comandante da praça espanhola, comunicou a Vertiz o que ocorria do outro lado do canal. Levantou cerca de 6 fortes para a defesa de Rio-Grande. Em março de 1775 recebia Tejadas um refôrço de 6 navios de guerra sob o comando do capitão de fragata D. Francisco Xavier de Morais, que ao entrar na barra, perdeu uma corveta num banco de areia. Esta esquadra apoiou seus flancos nos fortes castelhanos de Santa-Bárbara e Trindade.

Na campanha as guerrilhas prosseguiam. Muito rendosas eram os arrebanhamentos de gado que a muitos veio então enriquecer, como já mencionamos. A audácia dos milicianos lançava os reconhecimentos até as terras da Banda-Oriental, conhecida por campos de Montevidéu.

Em outubro de 1755 recebia o major Rafael Pinto Bandeira a missão de surpreender e destruir o acampamento fortificado de São-Martinho-do-Monte-Grande. Tendo como sub-comandante o tenente de Dragões João da Costa Severino, saiu de Encruzilhada com seus 214 homens da Cavalaria Ligeira, transpôs o passo do Jacuí e em 29 do mesmo mês cumpria galhardamente sua missão. O pôsto castelhano foi atacado e destruído, ficando seu comandante, oficial de Dragões castelhanos, e outros aprisionados. O gado apreendido alcançou o elevado número de 4.404 cabeças, entre vacum e eqüino.

Em 19 de fevereiro de 1776, forçava o almirante Mack Doull, irlandês a serviço de Portugal, com 14 navios a barra do Rio-Grande. No dia seguinte atacava os navios espanhóis que, auxiliados pelas baterias dos fortes, suportaram firmes durante 3 horas ao ataque português. Êste fracassou pois Mack Doull teve de retroceder, perdendo dois vasos de guerra e cerca de 40 homens.

Esta vitória animou sobremodo Tejadas que mandou levantar o forte do Triunfo, entre o de Santa-Barbara e Trindade. Recebeu também novos reforços de Buenos-Aires e Montevidéu, donde marchava Vertiz com fortes elementos em apôio da praça ameaçada.

Para compensar o insucesso naval, teve Böhm importante vitória na frente secundária, devida exclusivamente às diretivas impostas pela ativo Marcelino, promovido a brigadeiro de cavalaria por aviso de 14 de junho de 1774.

Por ordem datada de 16 de fevereiro de 1776 recebia o major Rafael Pinto Bandeira a missão de apossar-se e destruir o ponto de apôio castelhano do forte de Santa-Tecla, construído em 1763 por Vertiz. Seria segundo comandante da emprêsa o capitão de Dragões Carlos José da Costa, emquanto não recebesse aquele o refôrço de outro major. Ao mesmo tempo recebia a recomendação expressa de tratar com toda humanidade aos prisioneiros que fôssem feitos, e evitar indisciplinas no arrebanhar de gados e apreensão de presas, que por todos deveriam ser repartidas, respeitado o quinto devido à fazenda real.

Prova o valor e cuidado do brigadeiro José Marcelino de Figueiredo, sabedor da que "a guerra é a arte de conservar a liberdade de ação" (Xenofonte), o ter determinado na mesma ordem escrita, feita em Rio-Pardo, de que de se assenhorar da campanha, deveria Pinto Bandeiro cobrir-se contra uma possível surpresa nas direções balizadas pelas estradas de Rio-Grande, Missões e Montevidéu de forma a não perder as ligações com os pequenos postos encarregados da vigilância e também de reconhecimentos.

Também marcava o local de evacuação dos prisioneiros na região do Camaquã, onde também organizar-se-ia o pôsto

de substistência do destacamento de Pinto Bandeira. Êste recebeu, em quatro carrêtas o remuniciamento e abastecimento para um mês. No entanto ficaram em Rio-Pardo ainda reforços pessoais e materiais à disposição das fôrças expedicionarias.

Outrossim reiterou mais de uma vez o serviço de segurança tanto em marcha como durante os estacionamentos. Caso não fôsse possível o assalto de Santa Tecla, esta seria sitiada de forma a se render pela sêde e fome. Deveria também tentar captar as simpatias e boas graças dos indígenas para atraí-los ao domínio do soberano português.

Partiu o major Pinto Bandeira com seus homens e mais tarde recebia novas instruções, duas pequenas peças com 120 tiros e mais mantimentos no passo do Camaquã onde organizar-se-ia também a cobertura da linha de operações. Novas instruções recebia também Pinto Bandeira para garantir seu sucesso.

Em 27 de fevereiro chegava o destacamento defronte do forte de Santa-Tecla onde fracassou o golpe de mão tentado por Pinto Bandeira. Conseguiu contudo apossar-se de alguns rebanhos de gado, que sempre pareceu ter sido o único objetivo principal do comandante da Cavalaria Ligeira e de alguns seus companheiros, sócios do chamado "contrato de carnes".

O Destacamento Pinto Bandeira viera de Encruzilhada com certo número de auxiliares e no Piquirí recebia o refôrço dos Dragões do major Patrício José Correia da Câmara, atingindo assim o número de 619 homens ao alcançar as imediações do forte de Santa-Tecla.

Nenhuma medida tomara o chefe sitiante quanto à repressão de todos os meios de subsistência e de água, pois suas linhas ficaram bem longe dos muros de Santa-Tecla. Sempre os castelhanos conseguiam sair livremente a percorrer o curral exterior sem ser importunados.

Tentou assim o comandante castelhano uma sortida com sua cavalaria e Patrício ordenou que os dois esquadrões dos capitães Carlos José da Costa e Francisco Alves de Oliveira envolvessem os cavalarianos inimigos. Foi a chegada

inesperada do major Pinto Bandeira, que não se achava presente então, que impediu a manobra de Patrício, só permitindo o rechassar passivo da sortida.

Rafael Pinto Bandeira, simples guerrilheiro e aventureiro e nunca militar de fato, sentiu-se impotente ao ter que sitiar Santa-Tecla. Acostumado às ações rápidas e sumamente rendosas não podia conceber uma ação sistemática e persistente na missão. Cometeu ainda mais o êrro de mandar voltar para Rio-Pardo as carrêtas deixando muito atrás os víveres de que tão abundantemente dispunha pela previdência inconteste do brigadeiro Marcelino.

Ante as novas e reiteradas ordens de von Böhm, transmitidas pelo governador, reüniu um conselho de todos seus oficiais, que foram unânimes em tentar o assalto e escalada do forte. Êste foi designado para a noite de 12 de março. Por falta de comando fracassou, mesmo antes de iniciado: Rafael Pinto Bandeira não fôra encontrado junto às fôrças dispostas para o ataque. Sem a necessária reserva, iniciou-se um fogo cerrado sôbre os castelhanos que assim eram avisados. As pequenas peças breve se desmantelaram apos tantos disparos inùtilmente dados. Haviam tomado posição a uma distância além da de alcance eficaz. Enfim, o guerrilheiro famoso fracassou por desleixo e ignorância diante de Santa-Tecla.

Desanimado, Pinto Bandeira desde então só pensava em retirar e levantar o sítio, no que encontrava apôio nos companheiros da Cavalaria Ligeira, tropa irregular. Graças contudo à firmeza do major Patrício José da Câmara e do capitão João da Costa Severino e conselhos reanimadores de Marcelino é que deixou de levantar acampamento. Por fim entrou em entendimento com o capitão Ayala, comandante de Santa-Tecla, e o tenente de engenharia castelhana Lecoq. Assinou aquele uma capitulação em 26 de março de 1776, dando passagem livre aos 250 soldados espanhóis, 12 mulheres e 6 escravos.

Arrazado depois o forte, retirou-se Pinto Bandeira para o Camaquã sem esquecer de trazer 3.424 reses, mulas e cavalos, cujos descaminhos iriam ser causa de dissabor ao gran-

de guerrilheiro, unido ao fato de se ter conduzido com pouco vigor durante o sítio de Santa Tecla. Graças às informações feitas sem o inteiro conhecimento de causa, no mesmo ano era coronel.

Não é de estranhar a atitude do major Rafael Pinto Bandeira na ação de Santa Tecla, que tão injustamente lhe veio dar renome na História. Fruto de sua época e da cultura quasi nula de seus pares, onde não era considerado crime o roubo dos ricos rebanhos de gado que enchiam as terras desde o Jacuí até Montevidéu, entretanto não achamos justificativa no sobrepor êste comércio rendoso ao próprio cumprimento dos deveres militares que o comando lhe impunha. Quanto aquele, bastava que fôssem satisfeitos os reconhecimentos dos reais quintos à Junta da Fazenda, departamento encarregado das cobranças dos impostos, e respeitados os direitos de partilha entre os oficiais e praças que pessoalmente houvessem sido apreendedores.

Diante duma maior responsabilidade, o guerrilheiro sentiu-se impotente com sua ignorância militar, embora contasse com toda a bravura e audácia pessoais, inerentes aos povoadores e primeiros filhos da terra. "A realidade do campo de batalha é que nele não se estuda: simplesmente se faz o que se pode para aplicar o que se sabe. Portanto, para aí poder alguma coisa, necessário é saber muito, e bem". (Foch).

E' de lamentar, mas é ditame imodelável da verdade, que na tomada de Santa-Tecla, Pinto Bandeira se portou com tibieza e não cumpriu integralmente as ordens recebidas, tratando com o inimigo, a quem deu livre passagem. Basta folhear e ler com cuidado o número 23 da "Revista do Museu e Arquivo Público do Rio-Grande-do-Sul", volume de 1930, dedicado ao Conselho de Guerra a que foi submetido o coronel Rafael Pinto Bandeira em 1780.

Entrementes Böhm ultimava os preparativos para desembarque e assalto dos fortes inimigos. Êstes contavam em Rio-Grande com cerca de 2.000 homens, comandados pelos coronéis Tejadas e José Molinas e Tenente-coronel D. Francisco Betzbzé Ducas.

Mas "prosseguindo na sua disposição de regular daí por diante sem armas os negócios do rio da Prata, em novembro de 1775, Grimaldi mandou ao governador de Buenos-Aires que suspendesse as hostilidades. Da nossa parte se deveriam dar iguais ordens para o Brasil; mas por desleixo, impedimento ou propósito, não se expediram logo, e o vice-rei marquês do Lavradio sòmente no dia 1.º de abril teve conhecimento delas". (Lúcio d'Azvedo).

Na noite de 31 de março, grandes e ruïdosos festejos comemoravam em São-José-do-Norte o aniversário da Raínha, enquanto Böhm organizava e embarcava as colunas de ataque à praça fronteira.

Na madrugada de 1.º de abril de 1776, a coluna de 2.000 homens de Veiga Cabral caíu de surpresa sôbre os fortes de Santa-Bárbara e Trindade. Naquele morreu valentemente o comandante castelhano abraçado à sua Bandeira. Breve os dois fortes eram capturados, graças à surpresa com que os castelhanos desprevenidos e fiados no armistício das côrtes, se viram acometidos. Ao mesmo tempo Mack Doull atacava a esquadra contrária que foi expulsa da barra.

Os demais fortes continuaram a resistir até a tarde quando foi evacuado o forte de Triunfo. Ao anoitecer Ducas abandonava Pontal, iniciando, em boa ordem, a retirada da guarnição para o forte de Santa-Teresa. Cerca das 21 horas voava pelos ares o forte de Pontal, momentos antes evacuado pela tenente-coronel espanhol.

Quanto ao restante da guarnição, retirou toda para o Sul às 10 horas do dia seguinte. Incontinente Rio-Grande foi ocupado pelo tenente-general Böhm, cujo ajudante de ordens, o tenente Manuel Marques de Sousa (avô) se distinguira no assalto de Triunfo em todo resto da ação. Foi promovido porisso a capitão de Dragões. Santa-Bárbara fôra tomada pelo major Soares Coimbra e Trindade pelo também major Carneiro de Figueiredo.

Na esquadra brilhara o capitão de mar e guerra Hardcastle, contribuindo para que sòmente 3 navios castelhanos conseguissem saír à barra, pois 3 foram postos a pique a 2 incendiados.

Prosseguindo sua ofensiva vitoriosa, Böhm breve alcançava, com os elementos continentinos, as linhas do Chuí e Castillos-Grande. Ao mesmo tempo, por determinação do general-em-chefe, Pinto Bandeira percorria toda a campanha, destacando o capitão Jerônimo Xavier de Azambuja sôbre o rio Taquarí (Estado-Oriental) e sargento Bernardo Antunes até as proximidades de Maldonado. Abundante gado foi então conduzido para Encruzilhada, para onde se recolhia em junho a Cavalaria Ligeira, deixando contudo seus postos avançados nos passos do Camaquã, por determinação de Marcelino.

"Para Vertiz, fiado na trégua, pelas ordens que recebera, fôra o ataque de surpresa. Indignado, pedia reforços, para rehaver o perdido, e castigar a perfídia dos que, a despeito das convenções, o agrediram. Foi quando o marquês de Lavradio, recebendo o aviso de Lisboa, mandou suspender as operações de guerra. Grimaldi, êsse increpava de má fé os portugueses, e Pombal desforçava-se irrogando-lhe o injúria suprema de o tratar de jesuíta — "instrumentos escolhidos pelos restos da Sociedade, para tirar vingança de Portugal e de Espanha", como dizia ao embaixador francês".

"Enquanto, pelas vias diplomáticas, o gabinete de Madrí exigia satisfação, ia aprestando tropas que em agôsto ou setembro deviam partir para vingar a afronta recebida. E a Inglaterra o que fazia? Surda aos pedidos de auxílio, insistia nas reclamações". (Lúcio d'Azevedo). E' que Pombal mandara fechar os portos ao comércio da América-do-Norte, mas permitira a prisão de um navio de guerra britânico em Bissau. Sem dar resposta aos pedidos de Londres, esquivara-se á desconfiança pombalina de prestar auxílios à "Expedição Cook".

Em vão tentava o ministro de D. José I conflagrar a Europa em seu proveito. O Inglaterra não podia atendê-lo em hipótese alguma, pois lutava com os soldados americanos de Jorge Washington. Só conseguira Pombal atrair mais um perigo ao comércio marítimo português, pois os corsários dos americanos rebelados grandes danos produziram ao mesmo.

Assim também começava a declinar o prestígio todo poderoso de Sabastião de Carvalho. Em setembro de 1776 recebia êste a opinião do ministério, de que D. José I não poderia mais viver muito e que "neste suposto tudo se transformara na côrte". (Carta confidencial de Luiz Pinto de Sousa a Pombal). Embora com o poder agonizante, Pombal lutava pelo auxílio britânico. Com a ascenção de Pitt, chefe do partido whigs, e o apôio decidido do lord Manchester tudo marchava bem. Infelizmente, em 24 de fevereiro de 1777 falecia D. José I.

Pombal havia sido um dos maiores obstáculos ao casamento do infante D. Pedro, irmão de D. José I, com a filha dêste D. Maria, a-pesar-de todo anelo da nobreza, dos zelos de patriotismo e simpatias do povo. E' que existia emulações antigas entre D. José e D. Pedro, pois êste fôra sempre preferido por D. João V e Pombal sempre bajulava o rei para poder agir com maior desenvoltura no país.

O massacre dos Távoras e de seus três criados plebeus, por vingança do D. José, amante de D. Teresa de Távora, e de Pombal à tentativa de desforra daqueles em Ajuda, teve por escopo ferir os jesuítas, amigos das vítimas, e a nobreza que cerrara fileira em tôrno de D. Pedro. A pretesto de coparticipação no atentado de Ajuda, Pombal enriquecera os erários com o sequestro dos bens da Companhia de Jesús em Portugal e no Brasil, onde a Fazenda de Santa-Cruz, no Rio, passou para o Estado.

Enquanto a cultura sã dos jesuítas encontrava guarida nas côrtes progressistas de Frederico, o Grande e Catarina da Rússia, em Portugal excluíra-se o risco de qualquer reação violenta contra a autoridade. Pombal reprimira com sangue e inconciência a assuada popular de 1756 do Pôrto contra as sinecuras da Companhia de Vinhos do Alto-Douro, enforcando 21 homens e 5 mulheres e degredando 211 pessoas de ambos os sexos, prendendo os nobres que ousavam fazer a mínima referência deshonrosa à sua pessoa e castigava toda desaprovação à sua vontade estulta e atrasada. Chegou a condenar o livro em que Velasco defendera a aclamação de D. João IV pela nobreza, clero e povo

quando da restauração de 1640, vista com reservas e antipatias pelos inimigos das nacionalidades.

Para glorificar sua arrogância e orgulho forjava a culpabilidade do infeliz genovês João Batista Pole num suposto atentado contra o todo poderoso ministro. Pole teve punição de regicida, sem julgamento nem defesa. Já durante a agonia do rei, determinou em 23 de janeiro de 1776, castigar alguns refratários ao serviço militar com o incêndio selvagem, deshumano e infame de Trafaria, onde seus sicários queimaram miseràvelmente as cabanas de pobres e laboriosos pescadores, onde "os desgraçados que fogem às chamas espavoridos e cegos" (R. Ortigão) eram espetados numa cinta de baionetas.

A obra pombalina na reorganização de Mafra só tinha como objetivo criar a independência econômica e industrial de sua terra, numa tentativa errônea para barrar o escoamento do ouro brasileiro, salpicado com o sangue e os sofrimentos dos nossos garimpeiros.

Por ocasião da inauguração da estátua eqüestre de D. José I, o ministro espalhava aos 4 ventos a ótima situação financeira dos cofres públicos.

Mas a realidade era bem outra, pois reinava em Portugal a miséria, a desroganização administrativa e a fome. Os processos pombalinos só enriqueceram os proprietários das companhias de monopólios judaicos, com que o ministro sempre esteve em conluio. Além das Companhias do Grão-Pará e do Alto-Douro, fundara em 1759 a de Pernambuco e Paraíba, em 1773 a Companhia Geral das reais pescas do Algarve, "fontes de opulência para alguns poucos, favorecidos, todas elas foram para o povo maldição". "Despejados em proveito dos monopólios os pequenos capitalistas, violentados os trabalhadores, empobrecido o comércio, por toda a parte no país, metrópole ou colônias reboavam as queixas". (Lúcio d'Azevedo).

O tráfico com o Brasil diminuira e a penúria do erário refletia-se no comércio e vida particular, carateterizando-se a falta de pontualidade nos pagamentos aos soldados, às oficinas do estado e mesmo aos serviçais do paço real. Em

1763 ninguém recebia soldos, ordenados, pensão ou juros. Em 1772 já há dois anos os funcionários do paço viviam de esmolas.

Gastava-se o ouro do Brasil sem critério com intermediários comerciais e em despesas inúteis com músicos, teatros, corridas de toros, etc. A Reedificação de Lisboa, apos o terremoto de 1755, pesara na balança. Por conta do chamado "subsídio literário", criado em 1756 por 10 anos apenas, foi arrecadado e remetido, entre 1758 e 1779, para a reconstrução cerca de 1.030:705$000 ouro (Xavier da Veiga) das minas do Brasil.

"Foi o Brasil um caudal inexhaurível. Havia dízimos, entradas, quintos, capitações, derramas arbitrárias dos vicereis. Havia as frotas abarrotadas de ouro. As que vieram do Rio e da Baía em 1764 trouxeram para os cofres do estado 15 milhões e ½ de cruzados, 220 arrobas de ouro em pó e folhetos, 437 arrobas de ouro em barra, 48 arrobas de ouro lavrado, 8.871 marcos de prata, 42.803 peças de 6.400, 3.036 oitavas e 5 quilatos de diamantes, etc. Mas nesta espoliação não há que censurar. O marquês de Pombal apressava o desmembramento das colônias com o costumado estrabismo de todas as suas previsões. Extenuando as fôrças e cerceando as riquezas brasileiras, cuidou que mantinha a dependência pela pobreza e pelo aviltamento moral do colono. Os seus processos eram os mais comezinhos e congêneres da sua velha e estreita arte de governar. Nem os rumores da América inglesa lhe deram rebate à estólida imprudência". (Camilo Castelo Branco).

Para o Brasil foi Pombal entrave para o nosso desenvolvimento, muito embora certos historiadores alardêem seus benefícios. E' porisso que "precisamos de verdadeira reeducação histórica" (Gustavo Barroso) pelo trabalho conciencioso e pela verdade dos que se dedicam ao estudo da História.

Prosseguiu na política de proteção a certos interêsses anti-nacionais de vedar toda e qualquer estrada para evitar o contrabando do ouro. As ordens régias de 12 de outubro de 1758 coroaram aquele "inteligente e maravilhoso siste-

ma de colonização" pombalina e em 18 de novembro de 1773 mandava trancar os rios Doce e Cuieté ao tráfego. Em 30 de junho de 1766 o ministro mandara destruir todas as oficinas de ourives existentes em Minas, proïbiu que se instalassem na capitania tais artífices. Estas ordens abrangiam Minas, Baía, Rio-de-Janeiro, ao qual pertencia o Rio-Grande, e Pernambuco. Até 1798 era vedado o serviço de correios no Brasil! Pombal chegou até a proïbir, em ofício de 19 de Julho de 1775, que se desse galinha aos doentes de hospital real do Rio-de-Janeiro!

Tentou contudo Pombal difundir a instrução, mas ùnicamente para combater a influência jesuítica. Queria provar que esta era a causa da decadência intelectual portuguesa. Fechou as aulas dos jesuítas e as classes pobres ficaram em muitos lugares sem ensino. Em 1761 só havia aulas reais em 4 cidades da metrópole e uma em Recife. Os raros professores eram perseguidos e privados de ensinarem caso usassem os compendios jesuíticos.

A reforma da Universidade de Coimbra só produziu uma turma de discípulos e logo decaiu no descaso administrativo. O Colégio dos Nobres a muito custo formou 30 fidalgos como único emprêgo honesto dos chamados "subsídios literários".

Era evidente que assim não se difundia a instrução pública, causa de pavor da arbitrariedade dos mandões em toda parte do mundo. Em Portugal e suas colônias procurava-se apreender e vedar tudo quanto pudesse afervorar "o espírito da dúvida, do exame, da independência e da liberdade". Verdade é que a heresia religiosa havia lançado mão da imprensa!

De probidade e desinterêsse inexistentes, cercando-se de amigos prediletos, escolhidos entre frades inimigos dos jesuítas, fidalgos sem brio e magistrados corruptos ou ignorantes, premiando e incentivando a delação, foi Pombal a máquina da decadência moral e da alarmante crise de caráter que se alastrou no reino de Portugal até a fuga de D. João VI e a invasão de Junot. Quanto às finanças só agora é que o ministro Salazer, do govêrno do general Carmona, vem desenvolvendo uma ação salutar pelo reerguimento lusitano!

Com a retirada do conde de Lippe, uma vez passado o perigo de uma invasão hispânica em Portugal, o exército voltou à desorganização material e moral de antes. Também a marinha de guerra sofrera o descaso de Pombal e nunca ultrapassou o número máximo de 20 navios em serviço.

Assim deixara o marquês o estado de sua pátria, quando em 12 de novembro de 1776, D. José se vira prostado ao leito. O prestígio fitício e sòmente mantido pelo terror decaiu desde então a olhos vistos. Aos poucos as prisões se abriam e Pombal sentiu a evidência da reação que se esboçava. A raínha D. Maria Vitória assumiu dias depois a regência, pois o rei só transmitia seus pensamentos pela escrita e numa delas pedia a liberdade de todos os prisioneiros políticos.

O último ato político de Pombal fora o massacre repelente de Trafaria e desde 1.º de fevereiro de 1777 todos os decretos reais vinham com a rubrica de Aires de Sá.

Em 6 de fevereiro o marquês pedia demissão, a qual em 1.º de março, isto é, cinco dias apos a morte do rei, repetiu; foi concedida em 4 sem o mínimo agradecimento. Retirou-se o marquês para sua quinta em Pombal, donde não foi mais permitido se retirar.

A nova soberana, D. Maria I, mesmo antes da morte de seu pai, durante os dias da agonia dêste, contraïra matrimônio com D. Pedro. Compreende-se todo ódio dêstes contra Pombal, no que contavam com todas as vítimas que arrastara aos calabouços.

Seguiu-se um processo pelos seus atos de violência e apropriação indébitas, depredações do erário, etc. Em agôsto de 1781, D. Maria declarara Pombal "réu e merecedor de um exemplar castigo", mas êste, já no fim de sua atribulada vida, falecia no ano seguinte em 8 de agôsto.

Ainda em vida, verificara Pombal de que a organização militar portuguesa enfermava "sempre dos mesmos males de abandono e incapacidade, herança dos reinados anteriores que anulava as virtudes militares da nação" (Lúcio d'Azevedo).

E' que para vingar os desastres sofridos no Rio-Grande,

muito embora continuasse a paz entre as duas metrópoles, o monarca espanhol nomeara o celebre Ceballos vice-rei do rio da Prata afim de rehaver as posições perdidas e avançar até a linha de Tordezillas e a ilha de Santa-Catarina.

No mesmo mês em que D. José caía no leito, em novembro de 1776, zarpava de Cadiz a esquadra e os transportes da expedição de Ceballos rumo a seu primeiro objetivo, a ilha acima citada.

Comandava a posição visada o mestre de campo Antônio Carlos Furtado de Mendonça o qual conseguira reünir nos diversos corpos da guarnição cerca de 1.059 homens e apenas 3 navios de guerra. Desta praça saïra no ano de 1776 a esquadra de Mack Duall.

Mas estes 1.059 homens estavam, como toda a tropa dos últimos tempos do govêrno pombalino, falhas de seus soldos, os quatro fortes sem recursos de mantimentos, munição e mesmo de artilharia. Em vão pedia Furtado de Mendonça o armamento indispensável à organização eficiente de seus homens mobilizados. A situação agravou-se ainda mais com as desavenças entre o chefe militar e o governador civil da ilha, mesmo ante a ameaça de Ceballos, há muito sabida em Santa-Catarina. Da mesma forma achava-se também a defesa de Laguna. Tudo era desleixo e descaso por parte da alta administração.

Com uma esquadra de 12 navios de guerra e mais de 100 transportes, ancorou pois o vice-rei D. Pedro de Ceballos Cortezy Calderón, em 20 de fevereiro de 1777, em Canavieiras. Dispunha de perto de 9.000 homens de desembarque.

A-pesar-de suas 29 peças, o forte de São-José não poude impedir o desembarque, em 22, de 6 regimentos castelhanos e 12 peças do atacante. Os navios portugueses nada pouderam fazer contra a superioridade numérica.

Em conselho das autoridades e dos oficiais superiores, decidiu-se em 24 "evacuar a ilha, julgando-se preferível ir pelo caminho do continente reforçar o exército do Rio-Grande". (Tôrres Homem).

Assim, no mesmo dia do falecimento de D. José I, os espanhóis de Ceballos ocupavam a ilha de Santa-Catarina, cuja

numerosa guarnição teve que capitular, uma vez que sua retirada para o Rio-Grande fôra cortada pelo vencedor.

"A-pesar-de previsto o ataque, de reünidas todas as fôrças disponíveis, o proceder das nossas tropas foi deplorável. De nada serviram os batalhões de gente de côr, que, no conceito de Pombal, a exemplo dos **panduros**, deviam infundir no inimigo terror insuperável. A capitulação foi vergonhosa, e de tal modo incompreensível, que o ministro teve depois que se defender de a haver êle próprio ordenado". (Lúcio d'Azevedo). No entanto foi Furtado de Mendonça, mais tarde, condenado à degradação militar.

O vencedor apossou-se também de Laguna. Seu avanço ao Rio-Grande, pelo Mambituba, foi sustado ante a resoluta e indômita ação do capitão Cipriano Cardozo de Barros Leme, da Companhia de Cavalaria Ligeira de Rio-Pardo, que, destacado por Böhm para reconhecer os movimentos invasores em Santa-Catarina, "organizou na Laguna resoluta resistência e sustou definitivamente o avanço do inimigo" e "conquistou para sempre lugar de destaque na história catarinense".

Mas Ceballos combinou, de Santa-Catarina, seu plano de ação conjunta com Vertiz contra Böhm no Rio-Grande. Vertiz deveria entrar por Santa-Teresa com 4.000 homens, enquanto Ceballos desembarcaria com os seus na enseada de Castillos-Grande.

Fortes ventos impeliram contudo a esquadra castelhana até Maldonado, donde resolveu Ceballos se encaminhar para Montevidéu. Com 54 navios e cerca de 5.000 homens foi atacar a praça da Colônia, defendida precàriamente pelos 900 homens do coronel Francisco José da Rocha. Pouco depois "caía a Colônia do Sacramento em poder das fôrças de Buenos-Aires. A disputa de tantos anos ficava assim definitivamente ultimada; as bravatas do ministro, sem efeito; a inutilidade da aliança inglesa evidenciada". (Lúcio d'Azevedo). Pois nenhum navio, nehum soldado britânico fôra mandado em auxílio do tutelado.

Célere remeteu Ceballos reforços para Vertiz em Santa-Teresa. Estava ultimada já a concentração castelhana sôbre

a fronteira, o que também se dava então com o Exército Sul de Böhm. Iam ser reiniciadas as operações quando chegou a nova do tratado de São Ildefonso, firmado pelas metrópoles em 1.º de outubro de 1777.

Com êste tratado a nova linha divisória começava no Taím, vinha pelo rio Piratiní até as cabeceiras do rio Negro e daí seguia pela serra do Tape até a embocadura do Peperí-Guassú. Daí por diante os limites correspondiam mais ou menos aos de 1750. Os castelhanos evacuaram Santa-Catarina, mas mantinham a posse da Colônia, uma vez que já dispunham de Seriano, Montevidéu, Maldonado, San-Carlos ou Maldonado-Chico, Paisandú e Talita.

Desde então Ceballos iniciou grande atividade em povoar a Banda-Oriental com famílias castelhanas afim de tornar, assim, efetiva sua posse naquelas paragens.

Apos estas lutas titânicas em que jorrou o sangue dos homens que haviam expulso a invasão espanhola é que se pode dizer que começou a ser forjada a alma rio-grandense. Mas a-pesar-de todos os louros colhidos pelos habitantes da capitania, auxiliados pelo então injustamente julgado brigadeiro José Marcelino de Figueiredo, lançando o invasor para além do Piratiní, todos sentiam o descaso e relaxamento provenientes do descalabro financeiro de uma côrte dominada pelo comércio britânico e de um vice-rei que esquecia aqueles filhos do Sul pelo ouro rendoso extorquido bàrbaramente aos paulistas e mineiros no centro, de acôrdo com a marranização do erário.

As fracas guarnições não recebiam nem sôldo, nem roupa. Os comandos se viam obrigados a mandar seus homens trabalhar para proverem o sustento próprio e vestuários. A disciplina afrouxava cada vez mais e desde então a conciência do próprio valor começou a se sobrepor à do govêrno português da capitania do Rio-de-Janeiro, que só dêles se lembrava quando necessitava de seu tributo de sangue.

No entanto, a-pesar-das recomendações prementes de Böhm a Pinto Bandeira para recolher suas partidas e entrar as hostilidades aos subditos espanhóis, êste lançou seu acampamento além do rio Piratiní, perto de Herval, prosse-

guindo sua tropa, com o beneplácito do coronel, nas correrias pelos campos castelhanos represando sempre mais gado, indústria rendosíssima que enriquecera o caudilho e seus associados do célebre "contrato de carnes".

Conseguiu-se contudo atrair os minuanos a aceitarem o govêrno português, pois sofriam muito com os governadores espanhóis das Missões, desde que Carlos III expulsara os jesuítas. Pinto Bandeira deveria tratá-los com toda prudência e evitar o mínimo atrito que fôsse com aqueles indígenas.

Durante os tormentosos dias que passaram, o prestimoso, honesto, digno, leal e franco brigadeiro Marcelino tudo fizera pela sua capitania. Emprestara todos os seus recursos e bens particulares, num desinterêsse invejável, para satisfazer aos pagamentos de soldos da tropa de linha e miliciana. Todo o estado de descalabro da Junta da Fazenda também decorria do excessivo número de funcionários com grandes vencimentos e o elevado sôldo que recebiam os componentes da Legião de São-Paulo que passara a receber pelo Rio-Grande, que também custeara todas as despesas das guerras recentes em seu território.

Em junho de 1778 era Marcelino obrigado a declarar que não lhe era possível realizar a demarcação dos limites de São-Ildefonso, cuja tarefa deveria ser iniciada pelas comissões mixtas, pela falta absoluta de recursos e técnicos. Transcitiu também o desgôsto geral pela falta de pagamentos das requisições e fornecimentos feitos durante a última campanha e que êle próprio vivia de empréstimos feitos de amigos. Comunicava a situação ruïnosa do exército na capitania, com a disciplina inteiramente descuidada, graças à penúria e também aos oficiais improvisados das milícias. Constava-lhe também que os castelhanos estavam reedificando o forte de Santa-Tecla e haviam guarnecido Santa-Teresa.

Nos seus esforços para regularizar a situação econômica do Rio-Grande, Marcelino aos poucos ia ficando ao par dos sucessos passados e que o obrigaram a mudar inteiramente o juízo que fazia do caráter de seu até então admirado coro-

nel Rafael Pinto Bandeira. E' que êste se fizera culpado, como já relatamos, de inúmeros desvios dos quintos das presas de guerra, devidas à Junta da Fazenda, inúmeras espoliações de quotas de soldados que haviam tomado parte nas "razzias" de gados, de apropriações indébitas de dinheiros, de leilões de presas da fazenda real e, acima de tudo, sua ação fraca e irresoluta, contrária a todas as ordens e instruções que lhe mandara de Rio-Pardo para a tomada do forte de Santa-Tecla. Êle, o verdadeiro conquistador do forte, a-pesar-de longe da ação, não dera crédito às informações de então do major Patrício José Correia da Câmara e capitão João da Costa Severino, mas aos poucos toda luz se fazia, quando recebera todas as partes que se referiam àquela ação. As reclamações sôbre desvios de presas de guerra chegaram às suas mãos. Assim o governador se viu obrigado a mandar abrir devassas a respeito.

Iniciadas em 1773, foram terminar no Conselho de Guerra solicitado no Rio pelo coronel Pinto Bandeira, que para lá fôra remetido preso por Marcelino, à ordem do vice-rei, Seus bens foram interditados pelo governador até solução do caso.

Mas não estava mais à testa do vice-reino o marquês de Lavradio, D. Luiz de Almeida Portugal Soares Alarcão d'Eça Melo Silva Mascarenhas, um dos maiores administradores do Rio, e que realizara grandes obras de drenagem e higiene e auxiliara da maneira mais eficaz e progressista ao governador do Rio-Grande-do-Sul, quando em 1780 os autos foram entregues à mais alta autoridade do Brasil, e sim D. Luiz de Vasconcelos e Sousa, que, numa época do mais chão servilismo, não pôde suportar a franqueza rude, mas clara, leal e verdadeira do brigadeiro José Marcelino de Figueiredo. Julgava-o de início um insolente e assim foi que declarou proïbir "expressamente ao Conselho o tomar conhecimento desta matéria, declarando-lhe que nele se não devia tocar, nem levemente no modo, com que se conduziu o referido coronel na ocasião da tomada de Santa-Tecla" porque "não se lembrou o dito governador, de que caíu no maior absurdo, e cometia um manifesto atentado pondo em

questão o merecimento do dito coronel naquela mesma ação, pela qual Sua Majestade o distinguiu tanto, louvou e premiou, como consta pelo Aviso da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino de 31 de julho de 1776, promovendo o dito Rafael Pinto Bandeira de sargento-mor, que era então, ao pôsto de coronel, que hoje ocupa", assim "se não pode admitir prova em contrário". Bela mentalidade tacanha e cortezã! E' a razão do "magister dixit!"

O vice-rei mandou então em 14 de abril de 1780 pôr Pinto Bandeira em liberdade e reintegrá-do em seu pôsto e bens, regressando êste depois a Rio-Pardo.

Já em 1779 pedira contudo Marcelino demissão pelo motivo de promoções feitas a revelia de sua autoridade e informação. Basta dizer que chegaram a ser galardoados indivíduos desertores e cumprindo penas por crimes cometidos. O desgôsto financeiro da tropa e da capitania tomara vulto no próprio governador, que como já foi relatado, gastara até suas parcas economias no sustento dos soldados e não recebia seus vencimentos há muitos meses.

Sentia-se Marcelino embaraçado em sua administração, tanto nos prêmios dados a pessoas menos dignas e até delinqüentes como na efetivação das Companhias Ligeiras que constituíam o Regimento de Pinto Bandeira, antecessor dos atuais Corpos Provisórios ou Auxiliares do Rio-Grande-do-Sul. Entretanto não deixara de elogiar por distinção e honradez os capitães Manuel Marques de Sousa e Carlos José da Costa.

Durante a prisão de Rafael Pinto Bandeira, alguns oficiais seus parentes e amigos andaram a propalar uma possível rebelião contra quem tantas injustiças foram feitas até hoje por mais de um escritor e historiador baseados numa tradição erronea.

Deve-se a Marcelino a transferência, em 1773, da sede do govêrno de Viamão para o então Pôrto-dos-Casais ao qual deu o nome de Pôrto-Alegre. Neste empreendimento teve o governador de usar da máxima energia e mesmo da violência para, em junho, compelir aos vereadores e demais autoridades transferirem suas moradias para Santa-Madre-

de-Deus-do-Pôrto-dos-Casais, cujo orago de São-Francisco fôra mandado em janeiro.

Incrementou o governador também o povoamento e cultura da terra, iniciada em 1742 com o plantio do trigo. Desde 1764 os açorianos haviam também dado início à mesma cultura em Taquarí. Entretanto foi a menina dos olhos de Marcelino a Aldeia-dos-Anjos, na atual Gravataí, onde em 1779 conseguira reünir cerca de 2.563 guaranís Esta vila, onde o futuro vigário Frei Joaquim de Santa Úrsula havia sido mestre de gramática e mestre escolar de ler e escrever até fevereiro de 1777, isto é, um dos pioneiros da instrução pública no Continente del Rei, começou a decaír ràpidamente ante o descaso do vice-rei D. Luiz de Vasconcelos, após a demissão de Marcelino. Na mesma vila nascia em 13 de julho de 1781, D. Feliciano José Rodrigues Prates, futuro 1.º bispo do Rio-Grande-do-Sul.

Além desta, fundara também Marcelino diversos núcleos ou reduções de indígenas foragidos das antigas Missões, onde os dirigentes castelhanos se destacaram pela rápina e perseguição dos guaranís. Entre outras temos o aldeiamento do Botucaraí, no atual município de Santa-Cruz.

Coube ao mesmo governador dar os primeiros passos na disseminação da instrução popular, única senda que conduz à liberdade, conseqüência direta da justiça e do conhecimento dos direitos individuais. Em Rio-Grande iniciara Manuel Ximenes Xaxier um estabelecimento de ensino elementar que em 1778 se transferiu para Pôrto-Alegre. Neste mesmo ano o espírito retrógrado dos vereadores da câmara, que se vira obrigada a se mudar para a nova sede, fez com que não obtivesse o governador a verba pedida para os aluguéis da casa onde devia funcionar a aula de Xavier. Reascendeu-se pois o conflito entre os recalcitantes de Viamão e Marcelino, o qual teve que usar de violência para obrigá-los a se estabelecerem no antigo Pôrto-dos-Casais. Seguiam-se as aulas instituídas por Tomaz Luiz Osório, José de Silva Braga e Manuel da Silva Castro, todas particulares.

Do ponto de vista militar é que aparece destacado o go-

vernador brigadeira José Marcelino de Figueiredo. Suas ordens a Pinto Bandeira demonstram um chefe que tudo provê e prevê. Tem a perfeita noção da segurança que na Campanha da Itália iria em 1796 fazer brilhar Bonaparte. Como êste, já sabia que é o fator moral o elemento preponderante na luta. Se Bento Manuel, Rivera e Canabarro agissem sempre com a mesma preocupação de segurança, nunca teriam sofrido as surpresas que assinalam sua vida guerreira!

A antipatia de Luiz de Vasconcelos fez com que em 8 de janeiro de 1780 desse ordem a Marcelino para entregar o govêrno da capitania interinamente a um oficial, o que cumpriu em 31 de maio do mesmo ano, dando posse ao brigadeiro Sebastião Xavier da Veiga Cabral, um dos heróis da reconquista de Rio-Grande.

Em 1782 obtinha o demissionário um ano de licença com sôldo para ir a Portugal e no ano seguinte era nomeado governador de Bragança, sua terra natal, já com o seu verdadeiro nome Manuel Jorge Gomes de Sepulveda.

O novo governador soube fazer justiça ao seu antecessor, escrevendo ao vice-rei Vasconcelos "que a maior parte dos templos, e edifícios mais principais, todas as embarcações, e assim mesmo as estradas mais notáveis, tudo são obras que meu antecessor mandou fazer em seu tempo". E um interessante manuscrito dos princípios do século XIX, declara, ao se referir à fundação do Pôrto-dos-Casais, que Marcelino era "varão de singular aptidão para criar, e estabelecer tudo o que se acha de grande, de cômodo, e de útil na Capitania". O Rio-Grande lhe deve muitíssimo, quanto à defesa do seu território e, sobretudo, no que diz respeito à evolução e solidificação da sua organização social-econômica. Nós o admiramos pela bravura moral de sua franqueza numa época de servilismo mesquinho e subserviente.

Tentou também combater o caudilhismo rio-grandense na pessoa de Pinto Bandeira, êsse caudilhismo que sempre existiu e existe ainda nas terras sulinas, muito embora certos autores procurem dissimulá-lo "cobrindo o sol com a peneira" de argumentos irrisórios e sem fundamento ante os fatos concretos.

Naquele ano de 1780 orçava a população da capitania em 17.923 almas, fora os elementos dispersos ou foragidos. No mesmo ano D. Luiz de Vasconcelos concordava com a proposta apresentada para transferir a sede do govêrno de Viamão para Pôrto-Alegre, que já dispunha de bem 1.500 habitantes.

Nos 23 anos de paz que seguiram, a capitania progrediu bastante. "A cultura do trigo levantou-se ao apogeu, a criação de gado nas possessões anteriormente conquistadas, desenvolveu-se ràpidamente; fundaram-se as primeiras charqueadas". Quanto a estas, que constituía indústria mui rendosa, são atribuïdas a José Pinto Martins, que se diz vindo do Ceará entre 1777 e 1780 e que introduziu no vale do Piratiní a chamada "carne do sertão" ou "charque de vento".

Haviam sido plantados cerca de 6.090 alqueires de trigo em 1780 e no ano seguinte a colheta alcançava a soma de 53.897 alqueires. A pecuária naquele ano estava computada em 179.405 bovinos, 113.644 cavalares, 6.528 muares, 4.002 asininos e 3.218 lanígeros.

Como a primeira comissão de demarcação de limites, de acôrdo com o tratado de São-Ildefonso, chefiada por Francisco de Barros Morais Araújo Teixeira Homem, fracassara e Marcelino, pelos motivos já expostos, declarou não poder substituí-lo, o vice-rei designou Veiga Cabral, em fevereiro de 1781, primeiro comissário das demarcações da parte meridional da América. Em 1.º de maio era confirmada sua nomeação para o govêrno do Rio-Grande, conservando seu pôsto no comando do Regimento de Bragança.

A-pesar-da absolvição de Pinto Bandeira, continuavam a chegar aos ouvidos de Luiz de Vasconcelos queixas contra violências e extorsões praticadas por aquele nas zonas de sua influência e de seus associados. Assim, em 8 de novembro de 1783, o vice-rei ordenara a Veiga Cabral tirar informações sôbre a procedência daquelas acerbas queixas, ao que o governador respondeu, em 19 de janeiro do ano seguinte, que não ousara realizar devassa alguma, por temer

que os interrogados, não guardando segrêdo, iriam provocar a enorme influência e popularidade de Pinto Bandeira. Em enérgica réplica, datada de 5 de março, declarou a autoridade máxima da colônia não concordar com as evasivas apresentadas e não ter a menor dúvida quanto à veracidade das queixas, dos contrabandos do coronel e das extorções de gados por êle feitas aos habitantes que não lhe eram associados. Só em 8 de junho Veiga Cabral deu os informes pedidos.

No entanto seguira o governador em 25 de janeiro de 1784 para dar princípio aos trabalhos de demarcações, de acôrdo com as instruções recebidas, entregando o govêrno interino ao coronel Rafael Pinto Bandeira, para tal indicado pelo próprio vice-rei, embora êste declarasse a Veiga Cabral recear que o coronel fôsse prosseguir como sócio de alguns fortes contrabandistas, entre os quais o célebre castelhano D. Pedrito, e auxiliá-los na luta contra outros que lhes faziam concorrência.

As reclamações de violências e arbitrariedades levaram o próprio vice-rei a se dirigir enèrgicamente ao governador interino desaprovando sua atitude contra o pequeno comerciante Marcos José de Leivas, estabelecido perto da Lagoa Mirim, pois Pinto Bandeira estava agindo claramente como "praticam potentados do sertão", em atos para destruir concorrência incômoda de comerciantes.

Na mesma época as guardas castelhanas apreendiam um grande contrabando de couros e duas canoas que agiam na Lagoa Mirim e no rio São-Gonçalo, em poder de serviçais de Pinto Bandeira. O vice-rei de Buenos-Aires, D. Nicolas del Campo queixara-se disso ao do Rio-de-Janeiro.

Determinou Luiz de Vasconcelos que Pinto Bandeira fôsse ao Rio sob o "pretêsto de me ser necessário ter com êle uma secretíssima conferência sôbre diversos negócios daquele Continente", entre os quais as propostas do cacique minuano em maio de 1785. Ao mesmo tempo avisava Veiga Cabral, em 31 de outubro de 1786, de que decidiu "permitir-lhe (Pinto Bandeira) vir como desejava a esta cidade,

para onde pode partir logo que alí chegar o dito seu sucessor", o coronel Joaquim José Ribeiro da Costa, no comando da fronteira do Rio-Grande e govêrno interino, o que se deu em março do ano seguinte.

Aproveitou Pinto Bandeira da ocasião para tratar de uma sua proposta, feita em outubro de 1784, sôbre as conveniências da mudança da feitoria de Cangussú para as margens do rio dos Sinos, no chamado faxinal do Courita. Ordenada esta por fim em 1789, no mesmo ano Ribeiro da Costa avisava a instalação da chamada Real Feitorial do Linho-Canhamo, cujo plantio já fôra iniciada na capitania. Esta feitoria seria o berço da operosa colonização teutônica no Rio-Grande-do-Sul.

No entanto chegam ao Rio, naquele mesmo ano de 1787, acerbas queixas de Manuel José de Alencastro contra as arbitrariedades já aludidas por Luiz de Vasconcelos.

Em novembro obtinha Pinto Bandeira permissão para ir a Portugal, onde conseguiu as boas graças dos governantes tejanos da côrte de D. Maria I e desta os bordados de brigadeiro em 1790.

Já em 1787 a população bovina se elevava a 651.619 bovinos, 186.470 cavalares, 9.371 muares, 1.926 asininos e .. 32.945 lanígeros. Na mesma época eram produzidso 106.794 alqueires de trigo, o que determinou ordens do vice-rei para que o Rio-Grande tratasse de exportar grandes quantidades daquele cereal para o Rio-de-Janeiro, passando as autoridades a comprar as safras.

Quanto aos veículos existentes então na capitania temos as estatísticas de 1781 acusando 116 carrêtas e 338 carros e, em 1787, cerca de 157 carrêtas e 613 carros.

No mesmo ano de 1790 regressava Pinto Bandeira à capitania, onde reassumia o govêrno interino e o comando da fronteira do Rio-Grande. A promoção real sobrepunha-se aos conceitos de Luiz de Vasconcelos sôbre os chamados "escandalosíssimos proprietários", entre os quais figurava aquele com suas vastíssimas posses, que sem dúvida o haviam tornado "o homem mais opulento" do Rio-Grande de então.

Apuramos as seguintes propriedades: na região do Capivarí uma fazenda de 2:1 léguas, povoada desde 1768, com 1.000 reses e 2.150 cavalos (em 1784); outra na margem direita do passo d'Armada (Camaquã); depois a famosa fazenda do Pavão, na margem do S.-Gonçalo, de 12 lég.²; outra sôbre o Gravataí, perto do passo dêle, de 3:1 léguas, com 126 bovinos, 1.180 cavalares, 40 mulas e 55 asininos (em 1784); a estância das Pombas, em Rio-Pardo, com duas léguas quadradas, sobrado e muitas benfeitorias; uma chácara fora do portão desta vila de Pôrto-Alegre, cercada, com casa e arvoredos; um terreno no pôrto dos ferreiros em Pôrto-Alegre, um terreno com cem palmos à Calçada do Ouvidor e de duas moradas de casas cobertas de telha, situadas à referida Calçada, hoje rua General Câmara. ...Possuía mais de vinte e três mil reses de marca (fora o gado alçado), cerca de quatro mil animais cavalares, mil bois mansos, milhares de ovelhas, etc." (Alcides Cruz).

No mesmo ano fôra, contudo, Luiz de Vasconcelos substituído no vice-reino pelo conde de Rezende, D. José Luiz de Castro, que governaria até 1801.

Desta segunda fase do govêrno interino de Pinto Bandeira temos conhecimento de diversos relatórios em que obtemos valiosos dados estatísticos, desde 1790 a 1793.

O movimento do pôrto de Rio-Grande crescera muito, saindo barra 87 navios em 1790 e 130 seis anos depois. Entretanto muitos barcos se entregavam ao contrabando com sérios prejuízos ao erário público.

Já era bastante avultada a exportação da capitania em 1790, com 73.044 alqueires de trigo, 3.715 arrobas de farinha de trigo, 209.418 arratéis de charque, 11.064 arratéis de sebo, 111.064 couros em cabelo, 2.894 queijos, 11.640 pesos fortes. Em 1794 crescera para 85.854 alqueires de trigo, 1.117 arrobas de farinha de trigo, 404.745 arratéis de charque, 18.947 arratéis de sebo, 127.042 couros em cabelo, 4.394 queijos, 6.926 pesos fortes, 294 arratéis de linho-canhamo, 1.352 arratéis de carne em barrís, além de caixotes de velas, sabão, cevada, cabelos, lã, couros, peles de tigre, barrís de mantei-

ga, biscoutos, graxa de vaca, etc. A crise nordestina do Brasil de 1892 dera grande impulso.

Contudo, foi em meio de grande desordem administrativa que Veiga Cabral reassumiu o governo após a demarcação de limites, onde cada comissão procurava superar à rival em obstáculos opostos à boa marcha dos trabalhos. Quanto ao brigadeiro Rafael Pinto Bandeira, que se estabelecera em Rio-Grande, faleceu em 9 de janeiro de 1795, com cerca de 57 anos de idade.

Salvo na capital, Pôrto-Alegre, não havia justiça, pois todos os orgãos administrativos e judiciários se curvavam à vontade sem limites dos governadores e chefetes locais. Em favor dos válidos e potentados o arbítrio realizava a distribuïção das terras e sesmarias, tirando estas de velhos e antigos posseiros.

Aos 21 anos de govêrno de Veigo Cabral, principalmente os da interinidade de Pinto Bandeira, desorganizaram o Rio-Grande, aumentando os desgostos e a índole nativista contra os portugueses reinóis e a voracidade dos elementos encapuçados subordinados às finanças internacionais judaicas, estabelecidas no coração da Inglaterra.

A admissão quasi fanática no valor e na bravura fazia com que os filhos e habitantes da terra endeusassem todo chefe, todo caudilho de renome, que assim poderia ter influência decisiva no ânimo daquele povo.

Com as lutas, o contato freqüente com os castelhanos, forçosamente iria influir bastante nos costumes dos campineiros do Rio-Grande, cujos laços com o Prata augmentavam pelas relações de família, oriundas dos matrimônios com damas castelhanas, o convívio com espanhóis desertores e contrabandistas de cá e lá. E assim sua "psichê" sofreu e sofre ainda a influência espanhola nos arroubos das "castelhanadas" e "gaúchadas" que emolduram os atos heróicos do passado e do presente do Rio-Grande, muito embora Othelo Rosa procurasse alhures contestá-lo a Humberto de Campos. A "psichê" das classes camponesas lusas dos primeiros dias da nova capitania era tímida e falha des-

te arroubo e orgulho ativo caraterìsticamente rio-grandenses. Constituem estes a mais bela contribuïção hispânica à vanguardeira do Brasil, e que teve como aliada à alma charrua com o seu sentimento de liberdade tenaz!

Chegou Veiga Cabral a declarar que "sofrem êles, umas vezes com mais e outras com menos paciência, os prejudicialíssimos efeitos da ignorância, malícia, parcialidade dos juízes ou julgadores leigos". Pediu então insistentemente um ouvidor para o Rio-Grande que estava ainda sob a jurisdição do de Destêrro, embora nos últimos anos do século XVIII tivesse aquele avolumado bastante seu povoamento. Desde então a capitania começara a figurar como uma das mais promissoras do Brasil, continuando contudo subordinada à do Rio-de-Janeiro.

Num ofício datado de 31 de outubro de 1799, determinava o ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho ao brigadeiro Sebastião Xavier de Veiga Cabral da Câmara prestar uma série de informações sôbre a situação do Rio-Grande, de cuja autonomia administrativa já se cogitava.

Com a chegada dos irlandeses especialistas João Whechy, Diogo Whechy, Pedro O'Donnel e Florencio M. Carthy em 1797, e mandados vir por José Rodrigues Pereira de Almeida, proprietário de uma grande charqueada em Pôrto-Alegre, com curtume, etc,. maior impulso tomou a indústria introduzida 17 anos antes pelo cearense José Pinto Martins.

Grande número de criadores cultivavam também as suas terras. A lavoura tivera seu incremento, graças aos casais açorianos. Já nos referimos sôbre sua produção. No entanto breve começava a decair, pois o govêrno comprava as safras e não as pagava.

"A conseqüência dêstes continuados calotes oficiais foi largarem todos uma indústria que não rendia para o sustento. Isso é, os econômicamente fortes dedicavam-se exclusivamente à criação de gado e os fracos associaram-se-lhes como agregados, formando assim numeroso proletariado rural que por sua vez constituíu uma das bases do caudilhismo". (Aurélio Pôrto).

Sem uma regulamentação do poder, a estância tornou-se assim o veículo da volta ao sistema patriarcal sem limites, nem peias. Contudo a vida militar subordinara a massa à vontade do govêrno e aos seus desmandos administrativos, como lá no Mato-Grosso se sujeitara à tirania e cobiça prevaricadora de D. Rodrigo César de Menezes e seus emissários.

A distância e a ameaça perene dos interêsses em choque na raia, a-pesar-da "aliança defensiva entre os Muito Altos, e Poderosos Senhores D. Maria Raínha de Portugal, e D. Carlos III de Espanha" no tratado de São-Ildefonso, afastaram São-Pedro-do-Rio-Grande, dos sucessos que em Minas, culminaram com o fracasso na chamada Inconfidência Mineira. Como conseqüência isolada nos relata Clemenciano Barnasque que Lino da Silveira Xavier, primo de Tiradentes, temeroso de sua sorte, fugara de sua terra para o interior, chegando assim a Laguna. Daí se transladara para Destêrro e daí para São-Sepé, onde se estabeleceu com o nome de Lino da Silva Brum.

Do ponte de vista econômico há ainda a mencionar o restabelecimento, em 1795, do serviço de praticagem da barra e que fôra interrompido com a invasão de Ceballos, em 1763. Três anos depois embarcava para os estaleiros lusitanos da Europa o primeiro carregamento de madeiras. Em maio era criado o serviço de correio, mas a câmara de Pôrto-Alegre só tratou dêle apos a ordem real de 9 de novembro, iniciando pois em maio de 1799 êste serviço tão negado antes da execução de Tiradentes.

Temendo alguma hostilidade dos navios da República francesa, o conde de Rezende procurou organizar a defesa da barra, enviando em 1797 2 bergantins artilhados e provisões para seu início.

Foi no derradeiro ano do século que se teve notícia dos primeiros reais vestígios de ouro na capitania. Um escravo do tenente Antônio Pinto Fontoura, retirando areia do passo do Solso, achara pepitas daquele tão cobiçado metal. Em 30 de abril, Fontoura comunicou, em conferência secre-

ta, o achado a Veiga Cabral, na presença do corregedor da comarca Lourenço José Vieira.

Também naquela época, no alvorecer do Rio-Grande-do-Sul, nascia na atual vila de Triunfo, em 23 de setembro de 1788, Bento Gonçalves da Silva. Seu pai Joaquim Gonçalves da Silva se estabeleceu depois no atual município de São-João-de-Camaquã na "Fazenda do Paraíso". Foi em terras por êle doadas que se ergue a capela de São-João-Velho, que seria a célula máter daquele município.

Anos depois, em 1796, perto da cidade de Taquarí, no dia 22 de agôsto, nascia também Daví José Martins, que depois chamar-se-ia Daví Canabarro, filho do alferes José Martins Coelho.

Rio, Out. 1935.

Cabos telegraficos submarino e subfluviais no Rio-Grande-do-Sul

Êste trabalho é um capítulo da obra — "O Telégrafo Nacional no Rio-Grande-do-Sul — Fundação e desenvolvimento" —, que escrevi entre os anos de 1922-1927, e que extraviou-se por ocasião da minha mudança de Pôrto-Alegre para o Rio-de-Janeiro. O presente capítulo e mais dois outros, que serão depois publicados, foram, por acaso, encontrados em um dos caixotes da bagagem.

O Rio-Grande-do-Sul possuía, até há poucos anos, cinco cabos telegráficos: um, submarino, na Barra do Rio-Grande, e quatro, subfluviais, respectivamente nos rios: S. Gonçalo — entre Pelotas e Rio-Grande —; Guaíba — entre Pôrto-Alegre e Pedras-Brancas —; Jacuí — entre Triunfo e S. Jerônimo, e Uruguai — entre Uruguaiana e Libres (Paso de los Libres, província de Corrientes, República Argentina).

Dois dêles deixaram ùltimamente de funcionar, por motivo de fechamento das estações a que serviam: o submarino da Barra do Rio-Grande e o subfluvial entre o Triunfo e S. Jerônimo. Mesmo assim, incluïrei aquí a história de ambos, de acôrdo com o espírito desta obra e porque tal história contém dados úteis e interessantes.

CABO SUBMARINO NA BARRA DO RIO-GRANDE

Já vimos em capítulo anterior, ao tratar do ramal da Barra do Rio-Grande, que o cabo telegráfico submarino que comunicava essa povoação com a cidade do mesmo nome, através do canal que liga a Lagoa dos Patos ao Oceano Atlântico, fôra encomendado pelo Govêrno da Província para o seu Telégrafo e cedido pelo mesmo ao Govêrno Imperial para aquele ramal, então reputado de muita importância.

Era talvez o primeiro cabo telegráfico chegado ao Rio-Grande-do-Sul e destinava-se ao circuito de Pôrto-Alegre à então vila de Uruguaiana, devendo atravessar o vasto estuário do Guaíba, segundo o projeto do inspetor engenheiro Eduardo Laranja e Oliveira.

Foi lançado em dezembro de 1868, ao tempo da inauguração da referida estação da Barra, como telegráfica, sendo então suprimido, conforme consta da **Fala** de 1872, o telégrafo ótico ou de sinais, que funcionava na citada povoação.

Dessa época em diante, durante muitos anos, até o advento do regime republicano, foram decerto bem poucas as alterações por êle sofridas, não sòmente porque era então diminuto o número de embarcações de grande calado que demandavam o pôrto marítimo da Província, como porque ainda não tinham sido iniciadas as grandes obras da célebre barra. Nem dessas alterações (se acaso se deram), encontrei qualquer vestígio nos arquivos por mim rebuscados.

O último relatório do eminente Barão de Capanema (único diretor que teve o Telégrafo Nacional durante o Império) refere que êsse cabo tinha 1.200 metros de extensão e era de um único condutor.

No **relatório bimensal correspondente aos meses de setembro e outubro de 1900,** tratando dos defeitos ocorridos nas linhas do Distrito, informa, pelo Engenheiro-chefe, o Dr. Bento Plácido Peixoto do Amarante, Engenheiro-ajudante: "Em outubro o defeito mais importante que houve foi a interrupção do cabo que liga Rio-Grande a Barra, o qual em 20 daquele mês negou serviço, conforme em tempo comuniquei.

"Como disse então, o cabo precisa ser substituído, e para êste trabalho o distrito tem pessoal competente, que em épocas anteriores fez idêntico serviço comigo e com o Dr. Fialho".

E em novembro seguinte era substituído êsse cabo defeituoso, como consta do seguinte ofício: "Rio-Grande, 27 de novembro de 1900. N.º a. Sr. Dr. Diretor Geral dos Telégrafos. Confirmo meu aviso de 26 do corrente mês, nos seguintes termos: "Cabo lançado hoje, sem acidente. Comunicação Rio-Grande restabelecida a 1,35 pm.

"Tendo vindo de Pôrto-Alegre a 22, como vos participei, afim de providenciar pessoalmente e de pronto no sentido de que nada faltasse ao feitor Franklin Guimarães para o desempenho e bom êxito da comissão de que veio encarregado, e tomadas as providências necessárias, efetuou-se o lançamento do novo cabo em condições muito favoráveis, de barra mansa, dia calmo e pouca correnteza, do que resultou sobrar uma parte do cabo vindo, cujo comprimento, aliás, não era exatamente conhecido, sobra essa de 300 metros, a qual, com permissão do Capitão do Pôrto, ficou depositada, dentro d'água, junto ao trapiche da Capitania.

"A Praticagem não pôde prestar vapor para rebocar a barcaça e auxiliar o lançamento do cabo por só ter um vapor, que, aliás, não serviria, pelo seu grande calado d'água; tendo sido o serviço levado a efeito com embarcações alugadas: vapor, barcaça para condução e descarga do cabo, e uma catraia para auxiliar o serviço e embarque e desembarque do pessoal no local.

"A Capitania pôs à disposição para o desembarque do cabo mais de uma embarcação, que não foram aceitas por não se prestarem para sua conveniente acomodação. S. e F. — D. A. Ferraz".

Quatro anos depois já êsse cabo se achava de novo avariado e o Chefe do Distrito pedia a sua substituição, como se vê do aviso urgente n. 458, de 27 de setembro de 1904, do Chefe da Secção Técnica: "Trabalhos de levantamento do cabo, que solicitastes em aviso n. 554/22, só permitiram recolher 500

metros até agora, pois cabo se acha sob outros, que estão funcionando.

"Peço informeis com urgência se o ponto da ruptura está próximo de terra e se há quem faça emenda, no caso de remessa de 500 metros serem suficientes. Cabo de um condutor, que estava preparado afim de seguir, é reclamado para consêrto urgente do que serve ao Lazareto. J. de Seiblitz".

E em outubro seguinte já era remetido outro cabo, como se vê do aviso n. 447, de 17 dêsse mês, do mesmo Dr. J. de Seiblitz: "Pelo paquete Destêrro seguiu um cabo com 1.700 metros, para servir na Barra do Rio-Grande. Foi necessário fazer uma emenda, mas antes de enrolado no tambor o cabo emendado achava-se em perfeito estado. Se chegar alí com isolamento duvidoso, será conveniente o lançamento junto da praia, para ser efetuada sua medição exata".

Assim trata dêste assunto o alludido Chefe de Distrito no seu relatório de 1904, no capítulo **Conservação, 4.ª Secção:** "O cabo da Barra do Rio-Grande tendo sido arrebatado da sua amarração por alguma embarcação, por ocasião do grande temporal da noite de 17 de setembro, só pôde ser novamente pescado e pôsto em serviço no dia 25, sendo necessário fazer-se duas emendas.

"Não oferecendo êsse cabo suficiente garantia para o tráfego, pois tornara a interromper-se a 7 de outubro pelos estragos que havia sofrido, por pedido feito à Diretoria veio do Rio um novo Cabo, que chegou ao Rio-Grande a 23, a bordo do paquete **Destêrro** e que só pôde ser lançado na Barra a 29, em conseqüência do mau tempo que reinou até então. Não começou, porém, o serviço por êsse cabo no mesmo dia pela necessidade de se fazerem novas guaritas, mais afastadas das margens, e assim mais ao abrigo da erosão constante das mesmas (margens) e também dos temporais, que fazem crescer extraordinariamente as águas.

"Convém notar que o aludido cabo, de um só condutor, não é novo, tem uma emenda e puderam ser contadas cinco

crocas [1] antigas e que foram desmanchadas quando o cabo foi enrolado no tambor, porém são bem visíveis.

"E' de justiça e de meu dever declarar que a Diretoria da Praticagem da Barra, sob a chefia do Sr. Contra-Almirante Teotônio Coelho Cerqueira, e a da Comissão de Melhoramentos da barra e pôrto do Rio-Grande, sob a chefia do Sr. Dr. Ernesto Otero, e o Dr. Antônio Azambuja prestaram à Repartição dos Telégrafos importantes serviços para o restabelecimento das comunicações da Barra em setembro e outubro últimos, assim como para o lançamento do novo cabo. A ambas as autoridades agradecí oficialmente os valiosos auxílios que nos concederam".

Dessa época em diante os meus relatórios anuais do 2.º Distrito do Rio-Grande-do-Sul referem-se a êsse cabo sempre que êle oferece qualquer alteração; porisso, vou transcrever em seguida o que dêles consta.

"**1906. 2.ª parte. Capítulo B. Cabos submarino e subfluviais.** Acha-se em más condições de conservação e de funcionamento o cabo submarino que liga a estação do Rio-Grande à da Barra do mesmo nome, apresentando uma derivação constante, que muito perturba o serviço, não o prejudicando, todavia, completamente, mesmo por ser tal serviço diminuto.

"A sua substituïção poderá, pois, ser adiada até novas observações, não só por aquele motivo, como sobretudo porque a colocação ou lançamento de um novo cabo talvez dependa dos trabalhos hidráulicos que começam a ser executados nos lugares em que êsse cabo ficou situado".

"**1907. 2.ª parte. Capítulo B. Cabos submarino e subfluviais.**

Depois de repetir o primeiro período da informação precedente, eu acrescento: "Agora, parece-me que já não pode ser demorada por muito tempo a sua substituïção, não só porque, dentro dos quatro últimos meses do ano findo, por duas vezes o mar e o vento arrancaram a sua guarita do lado da

---

[1] O mesmo que torcida ou nó aberto. Têrmo telegráfico usual. N. do A.

povoação da Barra, tendo, porisso, o chicote nesse ponto sido ligado diretamente à linha aérea, como ainda porque, até hoje, ao que consta, não foram começados, nesse lugar, os trabalhos hidráulicos que poderiam exigir a sua deslocação ou mudança".

"1908. 1.ª parte. Capítulo VIII. Inspeções do Distrito. 6.7. Em 14 de julho e em 7 de agôsto fui à Barra do Rio-Grande afim de providenciar sôbre os meios de levantar o cabo telegráfico submarino colocado na citada barra, e que fôra arrancado e levado em uma das suas extremidades por forte temporal e extraordinária enchente. Na primeira dessas viagens nem foi-me possível chegar ao local do cabo, devido às águas estarem ainda imensamente cheias (av. 702, de 14 de julho); na segunda, pôsto já houvesse sido recorrida grande parte do cabo pelo pessoal do Comando e da Praticagem da Barra, ainda não foi possível restabelecer as comunicações entre as duas estações, pelo referido cabo. (Adiante tratarei dêste assunto em capítulo especial).

"9). Em 25 de agôsto fui ao Rio-Grande e de lá à Barra, em companhia do inspetor de 3.ª classe Franklin Guimarães, para assistir ao lançamento do cabo telegráfico submarino entre aquelas duas estações. Êste foi efetivamente lançado, partindo do lado do Rio-Grande, mas não alcançou a margem oposta, necessitando, portanto, de uma emenda.

"10) Em 10 de setembro fui ao Rio-Grande, para providenciar sôbre a construção das guaritas nas extremidades do cabo lançado na Barra, e assistir ao serviço neste, voltando no mesmo dia a Pelotas.

"11). Ainda em 19 de setembro fui à Barra, para assistir ao mesmo serviço e examinar de visu a confecção da primeira emenda naquele cabo, tendo regressado a Pelotas no dia seguinte.

"12). Em 19 de outubro fui novamente à Barra, já então para determinar a locação das guaritas do referida cabo e assistir à conveniente construção das mesmas.

"13). Em 26 ainda de outubro tornei ao mesmo lugar, afim de assistir à conclusão daquelas guaritas, que ficaram

definitivamente prontas em 28 dêsse mês, dia em que regressei, à tarde, para Pelotas".

"1908. 2.ª parte. Capítulo B. Cabos subfluvial e submarino.

NOTA — Para não truncar êste capítulo, transcrevo-o integralmente, embora uma parte dêle se refira ao cabo no rio S. Gonçalo, de que mais adiante tratarei. Fica, assim, a história dêste antecipada em um dos seus pontos.

"Nos meus relatórios de 1906 e 1907 eu denunciara o mau estado de conservação e de funcionamento dos cabos telegráficos, subfluvial — no rio S. Gonçalo, entre Pelotas e Rio-Grande, e submarino — na barra do Estado, entre Rio-Grande e a povoação da Barra, e pedira a substituïção de ambos, acrescentando, quanto ao segundo, no último dêsses relatórios: "Agora (março de 1908), parece-me que já não pode ser demorada, etc".

"De fato, conforme em tempo vos comuniquei, "em 6 de julho um grande temporal e um forte vento arrebentaram os estais do poste do cabo submarino, do lado da Barra (povoação), derrubando o mesmo poste e enterrando-o a uma distância de mais de 40 metros pelo mar a dentro; até hoje (13) não foi possível apanhar o citado cabo", e acrescentava nesse aviso (n. 699, de 13 de julho, de Rio-Grande): "o cabo, além de velho, fraco, defeituoso, está já curto, não dando talvez, caso seja encontrado, para emenda fora d'água, nem para ser levado à terra em lugar conveniente".

"No meu longo ofício n. 196, de 30 de julho de 1908, em que ampliei essas informações com dados novos e valiosos, pedí a "pronta remessa de 2.300 metros de cabo submarino de dois condutores, sendo 1.950 ms. para a travessia do canal da Barra e 350 ms. para a do rio S. Gonçalo".

"Entretanto, e a-pesar-de todas essas exatas informações, por aviso n. 240, de 5 de agôsto, o Sr. Dr. Chefe da Secção Técnica comunicava-me: "Cabo do Rio-Grande tem de comprimento 1.500 ms. e de pêso 5.300 quilogramas. Para Pelo-

tas irá uma secção de cabo de um condutor, de 1.000 ms. de extensão, pesando 3.500 quilogramas".

"Com êsses cabos vieram do Rio, pelo paquete **Íris**, o inspector de 3.ª classe Franklin Guimarães e o guarda de 2.ª Frederico Francisco Coelho, designados, por portaria de 6 de agôsto, para o serviço de lançamento dos mesmos, e, se possível, de consêrto dos velhos existentes.

"O da Barra foi desembarcado, em uma chata graciosamente cedida pela Capitania do Pôrto, em 23 do referido mês de agôsto, na cidade do Rio-Grande; o de Pelotas foi desembarcado, nesta cidade, no dia imediato, em uma catraia especialmente alugada para êsse fim.

"Rebocada a chata por excelente lancha a vapor, gentilmente emprestada pela Comissão das Obras da Barra e do Pôrto do Rio-Grande, sendo aquella tripulada pelo praticomor e por marinheiros da Praticagem da Barra, foi lançada, em 25 de agôsto, a secção de cabo de 1.500 ms. destinada a ligar as estações de Rio-Grande e Barra. Essa secção, como eu previra, não alcançou a margem oposta, tendo a sua extremidade repousado em uma coroa de baixio, no meio da vasta bacia, o que, como me cumpria, comuniquei à essa Diretoria e à Secção Técnica em aviso n. 836, de 25 do referido mês de agôsto.

"Em 29 dêste mesmo mês foi efetuado o lançamento das duas secções de cabo, de 300 ms. de comprimento cada uma, no rio S. Gonçalo, do lado de montante da ponte da Viação Férrea; o respectivo serviço, dirigido pelo inspetor Franklin Guimarães, e por mim assistido, tendo sido executado com toda a facilidade e a maior regularidade, o que infelizmente não aconteceu na Barra, devido às condições desfavoráveis das águas e do tempo.

"Os 400 ms. restantes do cabo de Pelotas foram remetidos ao Rio-Grande para serem emendados ao cabo da Barra, que não alcançara a margem oposta do canal, como atrás ficou dito. Lançado êsse pedaço e feita a respectiva emenda em 3 de setembro, ainda não foi atingido o outro lado, conforme expus em meu aviso n. 885, de 4 do mes-

mo mês, no qual adiantava: "faltando ainda cerca de 100 ms. para alcançar o lugar determinado. Isto significa que o canal tem, pelo menos, em secção transversal, 2.000 ms. de largura, e que tal cabo ficará com duas emendas".

"Tendo, porém, essa Diretoria, em aviso n. 490, de 2 do citado mês de setembro, em resposta ao meu 836, acima referido, me comunicado que " — deve ter havido êrro de corte ou de lançamento. Entregou a Secção Técnica 5.000 ms. de cabo, sendo 3.500 ms. para Paranaguá e 1.500 ms. para Rio-Grande. Ora, a travessia do Rio-Grande mede apenas 1.300 ms. Se, pois, houve êrro de lançamento, bambeando em sinuosidades o cabo, melhor será refazer" — era imprescindível ressalvar a responsabilidade técnica e moral desta Chefia, o que fiz resolutamente em meu aviso n. 880, de 3 ainda de setembro: — "Rp. ao 490. Peço licença para ponderar respeitosamente que em meu ofício n. 196, de 30 de julho, reclamei 2.300 ms. de cabo, sendo 1950 ms. para Barra, baseado em informação fornecida pelo Engenheiro-chefe da Comissão das Obras da Barra, que dá 1.670 ms. de largura atual do canal, não incluindo as distâncias das margens às guaritas. Pessoalmente examinei a planta donde foi tirada essa largura. Posso afirmar que o lançamento foi bem feito, pois a êle assistí. Deve, então, ter havido engano no corte... Estes fatos servem para demonstrar que o cabo devera ter vindo inteiro para o Distrito, sendo aquí partido conforme a necessidade no local. Enfim, devo informar que a largura do canal da Barra varia extraordinàriamente cada ano, alargando-se, devido às fortes corrosões marítimas".

"A segunda emenda foi efetuada em 18 de setembro, com um pedaço de 200 ms. retirado do cabo velho, que tinha diâmetro menor do que o do cabo novo; nesse mesmo dia ficaram restabelecidas as comunicações entre as duas estações. Do cabo velho foram ainda aproveitados cerca de 400 ms. em bom estado, os quais vieram para Pelotas, sendo lançados, como reserva, no rio S. Gonçalo, em 28 de setembro.

"Em todos êsses trabalhos prestaram inestimável au-

xílio, cedendo lanchas e pessoal, por longos dias, a Comissão das Obras da Barra, a Capitania do Pôrto, a Inspetoria da Alfândega, a Praticagem e o Comando da Barra e a Companhia Lloyd Brasileiro.

"Em 5 de outubro foi dada por finda a comissão do inspetor Franklin Guimarães e do guarda Frederico Francisco Coelho, que em seguida regressaram para o Rio-de-Janeiro.

"Concluídas as sólidas e elegantes guaritas, feitas de tijolos, nas margens do rio S. Gonçalo, as comunicações entre Pelotas e Rio-Grande pelos novos cabos foram restabelecidas em 24 de setembro, com perfeita condutibilidade.

— "Desde 19 de setembro do corrente ano (1909) que o cabo da Barra apresenta uma derivação constante, já examinada e verificada mais de uma vez, inclusive no dia 18 de fevereiro pelo telegrafista de 1.ª classe Francisco Bethencourt Pires Ferreira, segundo comunica-me em aviso n. 42, dêsse dia, o encarregado da estação de Rio-Grande.

"E' possível que a leitura dêste capítulo induza a antever o aparecimento dêsse defeito. Só mais tarde poderei, em pessoa, examinar as emendas feitas nesse cabo, e as condições de condutibilidade dêle. Desde já, porém, afirmo que será mais conveniente e até mais econômico substituir tal cabo, sempre mudado e sempre defeituoso, por um outro, inteiro e de dois condutores, entre Rio-Grande e São-José-do-Norte. Êste servirá para a linha projetada entre Rio-Grande e Pôrto-Alegre, da qual mais adiante terei ocasião de ocupar-me; e a sua colocação em tal lugar fará dispensar a atual linha do Rio-Grande à margem direita do canal, com economia, portanto, de pessoal e material".

"1911. 2.ª parte. Capítulo B. Cabo submarino na Barra do Rio-Grande.

"Por aviso n. 466, de 6 de setembro, eu comuniquei a essa ilustre Diretoria que, segundo me informava o Sr. encarregado da estação do Rio-Grande, tinha se interrompido o cabo submarino da barra, que desde muito apresentava

defeito. No capítulo VII dêste relatório já me referí ligeiramente às tentativas feitas para determinar êsse defeito e para levantar o referido cabo.

"O meu ofício n. 338, de 26 de outubro último, que em seguida transcrevo, traz o histórico completo dêsse cabo, das providências tomadas para levantá-lo e das indicações e informações ministradas para substituí-lo.

"Ofício n. 338. Ilmo. Snr. Dr. Diretor Geral — Rio-de Janeiro. De acôrdo com o meu aviso n. 1.238, de 24 do corrente, venho informar-vos minuciosamente sôbre o cabo submarino que comunicava as estações de Barra e São-José-do-Norte com a de Rio-Grande.

"Segundo o capítulo **B** do meu relatório de 1908, êsse cabo tinha a extensão total aproximada de 2.100 metros, dividida em três secções, respectivamente de 1.500, 400 e 200 metros cada uma, cujas emendas foram feitas em 3 e 18 de setembro do ano anterior.

"Nesse mesmo relatório já eu declarava que desde 19 de janeiro de 1909 êsse cabo apresentava uma derivação constante, examinada e verificada mais de uma vez, e afirmava que "seria mais conveniente e até mais econômico, desde então, substituí-lo por um outro, **inteiro** e de dois condutores, entre Rio-Grande e São-José-do-Norte, o qual serviria também para a projetada **linha dos faróis.**

"Aquela derivação veio se acentuando cada vez mais, até que em 6 de setembro último transformou-se em verdadeira e invencível interrupção. Examinado o cabo, por balança de resistência e galvanômetro, conforme vos comuniquei em aviso n. 995, de 13 dêsse mês, foi determinado o ponto provável do defeito em uma das emendas feitas. Esta emenda, como uma grande, talvez maior parte do citado cabo, achavam-se, do lado da povoação da Barra, cobertas por uma camada de areia de cerca de dois a três metros de espessura, segundo se poude verificar pela altura de um trapiche próximo, camada essa criada pelos movimentos das águas do mar no decorrer do prazo de três anos, pois o cabo foi, nesse ponto da emenda, deixado sôbre uma coroa de terra (areia) apenas lavada superficial-

mente naquela ocasião do seu lançamento (setembro de 1908).

"Tentado por mais de uma vez o seu levantamento, primeiro pelo lado da povoação da Barra, a partir da respectiva guarita, único ponto em que êle era visível, e, depois, a partir do lado do Rio-Grande, no qual o canal ficava mais próximo, só no dia 19, após penoso e difícil trabalho, foi possível arrancá-lo, com o auxílio do poderoso rebocador **Albatroz**, gentilmente cedido pelo Sr. Comandante da Praticagem da Barra do Estado.

"Ou porque êsse cabo se achasse em mau estado, por ter sido lançado em lugar onde acaso existam ferros no fundo d'água, ou porque estivesse preso em algum ponto por qualquer pedaço de âncora ou casco de embarcação, e que, porisso, houvesse sido rebentado ao ser puxado por aquele rebocador, o fato é que dêle sòmente pudemos recolher pouco mais ou menos duzentos metros, tendo ficado o resto invisível, portanto perdido.

"Urgindo substituí-lo, julguei acertado ouvir, sôbre a sua extensão e o ponto mais conveniente do seu aterramento, a **Companhia Francesa das Obras da Barra e do Pôrto do Rio-Grande-do-Sul.** Nos meus relatórios anuais eu indicava constantemente, como sendo mais econômico e mais vantajoso, por estar próximo da cidade, que fôsse colocado entre o cais externo do **novo pôrto** e o lugar denominado **Cocuruto**, onde o seu comprimento teria aproximadamente dois mil e quinhentos metros. Dêste modo seria suprimida a despesa mensal com o guarda encarregado do trecho da linha terrestre entre o Rio-Grande e o atual ponto de aterramento (**Macaco**), e tornar-se-iam mais fáceis e rápidos quaisquer exames e providências sôbre a sua conservação.

"O Dr. Diretor dessa Companhia informou-me, porém, que lhe parecia impróprio êsse lugar, não só porque é um anteporto e, portanto, ponto de atracação de navios, como porque vai ser decerto aproveitado para futuras construções de defesa militar; além de que, em vista dos atuais trabalhos e constantes modificações que estes sofrem, não seria senão depois de quatro ou seis anos que se poderia de-

limitar com precisão o local definitivo para o seu lançamento.

"Nestas condições, e excluído êsse lugar, o mais conveniente, na sua opinião e segundo o meu próprio atual modo de ver, é nas proximidades do antigo, um quilômetro acima, como um ponto de aterramento junto do trapiche de que atrás falei, trapiche êsse ora abandonado e que servirá para colocação segura e duradoura da linha terrestre até a guarita do lado da Barra, a qual ficará onde hoje se acha.

"Nesse sítio o cabo terá mil e quinhentos metros de comprimento, e poderá servir também para a projetada linha do Rio-Grande a Pôrto-Alegre, passando pelos faróis da costa da Lagoa dos Patos e do Oceano Atlântico, assim como para a ligação da Capitania do Pôrto (sede no Rio-Grande) com o comando da Praticagem da Barra (sede na povoação dêste nome), de acôrdo com o pedido do Snr. Capitão Américo Brasil Silvado e autorização do Sr. Dr. Chefe da Secção Técnica em aviso n. 236, de 2 do corrente mês.

"Futuramente, e caso seja obtida, como espero, a indispensável licença da Companhia Francesa das Obras da Barra, a nossa linha terrestre até o ponto de aterramento dêsse cabo poderá ser colocada paralelamente à estrada de ferro que vai até o molhe de Oeste, aproveitando a ponte construída sôbre a bôca do Saco da Mangueira, o que reduzirá o seu percurso de 23.000 para 14.000 metros, com facilidade de vigilância e economia de material.

"Em resumo, o cabo deverá ter 1.500 metros de extensão e quatro condutores.

"Por fim, rogo-vos apressardes a remessa dêsse cabo, visto que causa sérios prejuízos ao comércio e à navegação a falta da estação da Barra, e informo que o seu lançamento poderá ser feito exclusivamente por pessoal dêste Distrito, sob a minha imediata direção.

— "A-pesar-do pedido final dêste ofício minucioso, até hoje o cabo novo não foi fornecido, de sorte que o serviço de correspondência telegráfica entre Rio-Grande e

São-José-do-Norte tem sido feito, com as inevitáveis demoras e dificuldades, por uma lancha-gasolina particular.

"Já está, porém, sendo construída a nova linha da nossa estação de Rio-Grande ao ponto de aterramento do futuro cabo, paralela à estrada de ferro da Companhia Francesa das Obras da Barra e do Pôrto dêste Estado, e com o fim de aproveitar um condutor do cabo submarino pertencente a essa Companhia, por ela gentilmente oferecido, por empréstimo, ao Telégrafo Nacional, para o tráfego entre aquelas duas estações. Essa nossa linha utilizará, para a longa travessia da bôca do Saco da Mangueira, a ponte de ferro construída por essa Companhia, que deu o seu indispensável consentimento para o respectivo serviço.

"Devo, entretanto, esclarecer que tenho lutado com imensa dificuldade para obter o material preciso para essa linha, aliás apenas de cerca de 14 quilômetros de extensão, sendo muito provável que o seu assentamento não termine, por falta de postes, senão depois que estes forem fornecidos pela Intendência da Repartição (o que não calculo quando terá lugar).

"1912. 2.ª parte. Capítulo B. Cabo submarino na Barra do Rio-Grande.

"No capítulo, sob o mesmo título dêste, do meu relatório de 1911, eu tratei minuciosamente do cabo submarino colocado na Barra do Rio-Grande, e que se interrompera desde 6 de setembro dêsse ano.

"Por aviso n. 277, de 27 de fevereiro de 1912, vos consultei sôbre a aceitação de um condutor do cabo submarino da Companhia Francesa das Obras da Barra e do Pôrto do Rio-Grande, gentilmente oferecido pelo Dr. Diretor da mesma, para o nosso serviço provisório, enquanto a Repartição não enviasse outro cabo para substituir o avariado.

"Por aviso n. 1.424, de 11 de março, foi por vós autorizada a aceitação dêsse oferecimento, sem ônus para o Telégrafo. Nessa ocasião estava sendo construída a linha terrestre entre as estações de Rio-Grande e Barra, parale-

lamente ao leito da estrada de ferro daquela Companhia, atravessando, em ponte, a bôca do Saco da Mangueira, tudo de acôrdo com o meu minucioso ofício n. 338, de 26 de outubro de 1911. Concluída tal linha (para a qual foram pedidas por empréstimo, ao 1.º Distrito dêste Estado, ferragens completas para 200 braços de madeira), em 29 de maio, pelo ativo inspetor de 3.ª classe Germano Schreiner, foi o serviço telegráfico restabelecido na mesma data, cessando o feito por embarcações entre Rio-Grande e São-José-do-Norte.

"Por aviso n. 922, de 14 de dezembro último, o Almoxarifado comunicou-me a remessa de dois pedaços de cabo submarino, de três condutores, cada um com 1.500 metros de extensão, destinados à Barra do Rio-Grande; foram desembarcados e colocados próximo à Capitania do Pôrto do Rio-Grande, em 17 dêsse mês.

"Por aviso n. 154-A, de 27 do mesmo mês de dezembro, o Sr. Dr. Sub-Diretor da Contabilidade — Alberto Couto Fernandes —, cientificou-me de que essa Diretoria autorizava-me a despender, pelo título "renovação", a importância de ..... 1:000$000 com o lançamento dêsse cabo, ficando para o futuro exercício de 1913 a despesa de 500$000 com a construção das duas guaritas necessárias.

"Êsse lançamento foi efetuado, com inteiro êxito, no dia 24 de fevereiro próximo passado, tendo cessado no dia imediato o valioso empréstimo de um condutor do cabo da Companhia Francesa.

"O ponto de aterramento, do lado do Rio-Grande, ficou próximo ao do cabo dos empreiteiros da citada Companhia; do lado da povoação da Barra, no antigo trapiche da extinta Comissão das Obras da mesma barra.

"A segunda secção de cabo, sobressalente, acha-se convenientemente enterrada na frente da guarita da margem pertencente à cidade do Rio-Grande".

1913. 2.ª parte. Capítulo B. Cabo submarino na Barra do Rio-Grande.

"Segundo expus no meu relatório anterior, no dia 24 de fevereiro do ano p. findo foi lançado um novo cabo submarino, de três condutores, com 1.500 metros de extensão, na Barra do Rio-Grande. Em setembro e dezembro dêsse ano inutilizaram-se dois dêsses condutores, que deixaram, porisso, de ser trafegados; o serviço está sendo feito pelo único restante.

"O Distrito possue, porém, uma outra secção de cabo, igual à inutilizada, convenientemente enterrada na frente da guarita onde entra a extremidade do lado da cidade do Rio-Grande".

"**1915. Título Cabos.** (Relatório apresentado ao Diretor Geral Dr. Euclides Barroso, em 14 de fevereiro de 1916, pelo chefe do distrito interino telegrafista-chefe Alexandre Gastand).

"O cabo submarino de 1.500 metros (3 condutores) que funcionava entre Barra e Rio-Grande tendo-se interrompido em agôsto, obrigou esta Chefia a fazer o lançamento de um outro, que tinha de reserva. Depois de feito êste trabalho, que correu sem novidade e com a máxima economia, foi reparado o primitivo, que melhorou, ficando, assim, as duas secções em serviço".

Desde essa época até 1920, quando foi fechada a estação de Barra do Rio-Grande, êsse cabo funcionou regularmente.

Desnecessários, então, os seus serviços, foi êle, por ordem do Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas, cedido à Capitania do Pôrto do Rio-Grande para as suas comunicações com aquela povoação.

Cabo no rio S. Gonçalo, entre Pelotas e Rio-Grande

Esta via de comunicação entre as duas importantes cidades deve datar da época em que ambas foram unidas pela linha telegráfica construída pelo inspetor Eduardo Laranja e Oliveira (1868). Segundo informa o inspetor aposentado Damasceno José de Miranda, residente na cidade de Rio-Grande, já êle a encontrou quando entrou para o Telégrafo Nacional em 1874.

Devia ser uma ligação do cabo a pequenas caixas no

tôpo de postes situados nas margens do rio, visto como nem vestígios existiram nunca de guaritas de material nesses lugares.

Poucos anos depois, em 1882, era levantada pela **Société de Constructions de Batignoles,** nas proximidades na cidade de Pelotas, a bela ponte com pião central e estrado giratório, sôbre o S. Gonçalo, pertencente à Estrada de Ferro de Rio-Grande a Bagé. Foi então mudada para ela, sôbre o seu lado de montante, a linha telegráfica de travessia do curso d'água, ficando o cabo apenas na largura do rio abrangida pela parte movediça da citada ponte.

Êste dispositivo não poderia deixar de ser inconveniente e precário, porque um pedaço do cabo teria que ficar descoberto fora d'água em ambas as extremidades da superstrutura metálica daquela obra darte.

Parece que por largo tempo, a-pesar-dessa circunstância desfavorável, êsse meio de comunicação manteve-se em condições regulares de tráfego.

Em 1904, conforme consta do relatório do Dr. Diogo Ferraz, no capítulo **Conservação,** 4.ª secção, "em fevereiro um dos condutores do cabo do rio S. Gonçalo negou serviço. Depois de estar isso bem verificado, mandei vir do Rio-Grande um pedaço das sobras do cabo lançado na Barra em 1900, o qual, colocado no S. Gonçalo, restabeleceu as comunicações; o que existia foi conservado por ter um condutor perfeito, só estando também em bôas condições um do que veio do Rio-Grande".

De 1906 até 1915 as informações sôbre êste cabo constam dos meus relatórios anuais apresentados ao Dr. Diretor Geral; transcrevê-las-ei em seguida:

"**1906. 2.ª parte. Capítulo B. Cabos submarino e subfluviais.** Acha-se em más condições de conservação e de funcionamento o cabo subfluvial do S. Gonçalo, junto a esta cidade, o qual às vezes apresenta demoradas derivações ou mesmo chapas.

"Êsse cabo tem, segundo o último relatório da Diretoria, a extensão de 400 metros; porém, de fato, a parte dêle imer-

sa n'água é apenas de 50 metros prováveis, os restantes ficando descobertos e encostados à ponte de ferro da Estrada de Ferro do Rio-Grande a Bagé; donde o seu inevitável deterioramento, que ocasiona defeitos em ocasiões de chuvas ou de cheias. Proponho, porisso, o lançamento de um novo cabo, de dois condutores, no rio S. Gonçalo, perto do atual, com o comprimento de 400 metros, atravessando toda a largura do mesmo rio, com guaritas de material nos extremos, para a ligação às linhas aéreas. Devo notar, como circunstância justificativa, que o atual cabo, antes de ser aquí lançado, já havia sido utilizado algures".

— Esta exposição anterior foi reproduzida no relatório do ano seguinte (1907), e a de 1908, em que descrevo o serviço de lançamento do cabo no rio S. Gonçalo, já foi transcrita no comêço dêste capítulo.

No relatório de 1917, do 2.º Distrito do Rio-Grande-do-Sul, apresentado pelo chefe interino do mesmo — telegrafísta Alexandre Gastand —, êste assim se refere, no capítulo Cabos, aos do rio S. Gonçalo: "Continuam a dar bom serviço os cabos subfluviais de 300 metros cada um, existentes no rio S. Gonçalo, ligando Pelotas a Rio-Grande".

E assim se mantiveram, de 1908 a 1925, essas duas secções de comunicação subfluvial; nesse último ano, conforme declara o operoso telegrafista José Manuel de Lima Júnior, em aviso n. 559, de 18 de outubro de 1926, "manifestando-se defeito no cabo, a Chefia do Distrito mandou o guarda-fio José Montelli fazer os necessários reparos: o 1.º, em abril de 1925, consistiu no levantamento da extremidade da margem esquerda, encontrando-se o defeito (descascado), a cincoenta metros, fazendo-se os precisos reparos; o 2.º, em janeiro do corrente ano, na margem direita, levantando-se vinte metros e encontrando-se o mesmo defeito, que foi reparado pelo citado guarda".

Cabo no rio Guaíba, entre Pôrto-Alegre e Pedras-Brancas.

Êste é o mais extenso e, sem dúvida, o mais importante cabo telegráfico do Rio-Grande-do-Sul.

Já ficou subentendido, no início dêste mesmo capítulo, que, antes do Govêrno Imperial, o da Província providenciara sôbre a aquisição de um cabo para a travessia do formoso e vasto estuário que banha a cidade de Pôrto-Alegre; destinava-se à linha de Uruguaiana, mas foi cedido para a travessia da barra do Rio-Grande.

O primeiro dêsses meios de comunicação foi decerto lançado em 1868, por ocasião de prosseguirem os trabalhos de construção da **linha-tronco** para o sul, em demanda de Pelotas; o seu ponto de aterramento na Capital era na extremidade da principal rua — a dos Andradas — e, no lado oposto, na ilha da Pintada, onde recomeçava a linha aérea, em postes de ferro, ainda hoje existentes, porém, já não pertencentes à Repartição dos Telégrafos.

Como vimos no comêço desta obra, ao tratar da artéria que liga o Rio-Grande-do-Sul ao Rio-de-Janeiro, e segundo o último relatório do eminente Sr. Barão de Capanema, êste cabo era, em 1888, de 3 condutores e tinha a extensão de 1.600 metros.

O lugar do seu primitivo aterramento tornara-se, com o progresso da navegação e a intensificação do tráfego telegráfico, não só inconveniente como também prejudicial, porque ficava no ponto de maior movimento de embarcações e porque o seu prolongamento em terra atravessava extensos banhados e braços de rios, onde os defeitos eram constantes e de difícil remoção.

No relatório de 1893, na interessante **exposição por secções, acompanhada de considerações sôbre melhoramentos necessários**, informa, a êste respeito, o Chefe do Distrito Dr. Guillon: "O meu antecessor consolidou as linhas desde a ilha da Pintada até as Dores-de-Camaquã. Desta forma melhoraram consideràvelmente as condições dos condutores neste trecho; mas incontestàvelmente só teremos serviço para o sul mais seguro e mais perfeito quando desprezar-mos o trecho que vai da Pintada à freguesia das Pedras-Brancas e conduzirmos as linhas pelo lado oposto do Guaíba até enfren-

tar com a dita freguesia, fazendo aí atravessar o cabo subfluvial.

"Êste melhoramento é de tanta necessidade e urgência quanto é certo que da ilha da Pintada às Pedras-Brancas as linhas atravessam enormes e profundos banhados, além de arroios, que muito dificultam a sua conservação, principalmente na estação invernosa.

"Como início do melhoramento que deixo apontado pode-se considerar o estabelecimento, já levado a efeito, de uma estação na referida freguesia das Pedras-Brancas".

Mas esta indicação não foi atendida, tanto que o sucessor do Dr. Guillon — Dr. Diogo Ferraz — na sua exposição bimensal de março e abril de 1901, no capítulo — **Dos trabalhos executados** — conta as providências tomadas para assegurar a conservação indispensável dessa via de comunicação: "Os mapas anexos contêm discriminadamente os serviços executados nas diversas secções que compõem êste distrito.

"Devo, entretanto, realçar um dêles, cujos detalhes não são referidos no mapa, ou que, sendo, não levam esclarecimentos necessários.

"Para evitar dúvidas, prejuízos futuros a esta repartição, enfim para que se possa cumprir a disposição do artigo 30, § único do nosso Regulamento, em 2 de abril último mandei que se aproveitasse uma grande bóia que existia aquí no depósito, afim de ser colocada no rio Guaíba, assinalando a travessia do cabo subfluvial nas proximidades do canal.

"A referida bóia, juntamente com outra semelhante, já prestou, em tempo, no mesmo local, idêntico serviço, sendo ambas arrastadas pela correnteza das águas numa grande enchente.

"Logo depois da última interrupção do cabo, produzida pela âncora dum rebocador, ao se reparar o defeito eu mandei colocar uma pequena bóia cilíndrica nas proximidades da guarita à margem esquerda do rio, de forma que hoje a direção do cabo fica bem assinalada.

"Do fato dei conhecimento em ofício à Capitania do

Pôrto, pedindo também providências para que de novo não ancorem vapores ou rebocadores nas proximidades do cabo, afim de evitar outro acidente e a perturbação do serviço dos Telégrafos.

"A mesma Capitania publicou edital em que anunciou aos navegantes o estado da nova bóia e os fins que ela preenche.

"Assim, parece, fica de novo garantida a estabilidade do cabo e cumprida uma disposição regulamentar".

Em 1907 o Chefe do 1.º Distrito Dr. Ildefonso Fontoura propunha a colocação de um novo cabo entre as duas estações e em local diferente daquele em que se encontrava o antigo, conforme se evidencia do seu aviso n. 215, transmitido em 26 de maio ao Chefe da Secção Técnica Dr. Leopoldo Weiss: "Considero de grande vantagem lançar novo cabo entre Pedras-Brancas e Ponta-da-Tristeza, retirando a linha da ilha da Pintada e dos banhados que a circundam. Vou remeter-vos um diagrama da travessia, com perfil do fundo do rio onde terá de ser lançado o mesmo cabo, com extensão total dêste, fazendo orçamento da linha que acompanhará a Estrada de Ferro da Tristeza até a estação de Pôrto-Alegre.

"Se aprovardes êste novo traçado, vos proporei a mudança da estação de Pedras-Brancas para Barra-do-Ribeiro, havendo conveniência geral nisto".

E no ano seguinte (1908), o mesmo funcionário insistia na sua proposta anterior, como se infere dos dois seguintes avisos da Secção Técnica: "N. 358. De Rio, em 22 de outubro. Sr. Chefe do Distrito, Pôrto-Alegre. No próximo exercício faremos o fornecimento do cabo de que trata vosso 3/5. Penso, porém, dever ser lançado no mesmo lugar do atual. Francisco Bhering".

"N. 478. De Rio, em 19 de dezembro de 1908. Sr. Chefe do Distrito, Pôrto-Alegre. Tendo a Diretoria de resolver encomendas de material na Europa, peço-vos esclarecimentos a respeito do comprimento do cabo de 3 condutores para ser lançado no rio Guaíba, entre os mesmos pontos em que o atual

se acha. Consta das tabelas publicadas ser a extensão do cabo 1.159 metros. Amarante".

Em 1909 já a Diretoria dos Telégrafos aceitara a indicação do Dr. Ildefonso Fontoura sôbre a localização do cabo, como se vê do seguinte aviso do Dr. Ajudante Técnico:

"N. 155. De Rio, em 5 de junho de 1909. Sr. Chefe do Distrito, Pôrto-Alegre. Já tendo sido encomendado o cabo para ser lançado entre a Ponta-da-Tristeza e Pedras-Brancas, conforme o projeto que apresentastes, peço-vos informeis se êsse distrito tem empregado habilitado para realizar o lançamento e as ligações com as linhas aéreas. Da vossa informação dependem as instruções que vão ser nesta data organizadas. H. Kingston".

O trabalho foi executado em 16 de novembro dêsse ano, exclusivamente por empregados do 1.º Distrito, como se evidencia dos seguintes avisos do Dr. Ildefonso Fontoura: "N. 271. Pôrto-Alegre, em 16 de novembro de 1909. Sr. Dr. Diretor Geral, Rio. Comunico-vos que acabei de aterrar o cabo telegráfico entre Ponta-do-Dionísio e Perdas-Brancas, na extensão de 5.200 metros, aguardando a remessa de postes para construir a linha aérea. O serviço correu sem nenhum acidente, devido às acertadas providências por mim postas em prática".

"N. 272. Pôrto-Alegre, em 16 de novembro de 1909. Sr. Dr. Vice-Diretor, Rio. Terminei o lançamento do cabo telegráfico de 3 condutores entre Ponta-do-Dionísio e Pedras-Brancas, na extensão de 5.200 metros. O serviço correu com o melhor êxito, pelo que congratulo-me convosco por mais êste acertado melhoramento. Aguardo postes para construção da linha aérea. Peço permitirdes utilizar o pedaço que sobrou para ligar Triunfo a S. Jerônimo, suprimindo a linha aérea, cujo vão, muito grande, é de 750 metros, arrebentando freqüentemente".

Em seguida, o mesmo engenheiro propunha vender o cabo velho à Intendência Municipal de Pôrto-Alegre e reiterava o pedido de permissão para colocar o resto do cabo novo entre Triunfo e S. Jerônimo: "N. 279. Pôrto-Alegre, em 20 de novem-

bro de 1909. Sr. Dr. Diretor Geral. Rio. A Intendência Municipal propõe comprar o cabo velho lançado entre a Ponta-da-Cadeia e a Ilha-da-Pintada. Acho conveniente a transferência por 1:800$000 (mil réis o metro corrente), visto a impossibilidade de retirá-lo daquele local, onde, ao fim de 30 anos, está completamente enterrado".

"N. 281. Pôrto-Alegre, em 20 de novembro de 1909. Sr. Dr. Bento Amarante, Rio. Sobraram 800 metros de cabo, que desejo aproveitar para lançamento entre S. Jerônimo e Triunfo, afim de suprimir a linha aérea, cujo vão é de 750 metros. Rogo falar ao Dr. Diretor, obtendo permissão. Não haverá acréscimo de despesa".

Poucos dias depois de lançado, já êste cabo apresentava o seu primeiro defeito, tão precario é tal meio de comunicação em rios navegáveis e sobretudo quando não se dispõe, como no caso presente, de objetos e ferramentas indispensáveis para consêrtos imediatos a rápidos: "N. 288. Pôrto-Alegre, em 1.º de dezembro de 1909. Sr. Dr. Chefe da Secção Técnica, Rio. Com grande vasante do rio Guaíba cessou o "B" (derivação) da linha "um" do cabo entre Pôrto-Alegre - Pedras-Brancas. O defeito está localizado em um dos chicotes que emergem do rio. Êste defeito não tem prejudicado o nosso tráfego. I. Fontoura".

Faltava ainda o necessário complemento desta linha submersa: a linha terrestre entre a Capital e a Ponta-do-Dionísio; esta só seis meses depois estaria pronta.

Para construí-la foi designado, por aviso n. 60, de 21 de março de 1910, transmitido de Dores-de-Camaquã, o inspetor de 3.ª classe Hipólito Pinto Ribeiro: "Estais designado por mim para construir a linha telegráfica entre a Ponta-do-Dionísio e a Estação de Pôrto-Alegre. O material está todo no depósito e ficam designados para servir convosco os guardas Olivério Magdalena e Pedro Militão, êste que está na Margem. Deveis começar o serviço em princípio de abril".

Concluída esta pequena linha, foi o novo meio de comunicação unido aos nossos condutores: "N. 177. Pôrto-Alegre, em 24 de maio de 1910. Sr. Dr. Diretor Geral, Rio. Hoje

ao meio-dia fiz a ligação dos três condutores do novo cabo telegráfico subfluvial de 5.200 metros de extensão, aterrado no rio Guaíba, entre a Ponta-do-Dionísio e a Povoação de Pedras-Brancas, com as linhas aéreas do Sul. A 1.50 ms. falamos com Pelotas pelos três condutores, dando excelente resultado, pelo que congratulo-me com V. Excia. por mais êste grande e importante melhoramento das linhas do 1.º Distrito, que está confiado à minha administração. I. Fontoura".

A discriminação dos trabalhos executados por êste alto funcionário consta do seu ofício n. 52, de 30 de junho de 1910, ao Dr. Diretor Geral: "Solicito-vos autorização para justificar 15 diárias feitas nos meses de setembro, outubro e novembro de 1909, em que estive encarregado do lançamento do cabo telegráfico entre a Ponta-do-Dionísio e a Povoação de Pedras-Brancas, pontos estes distantes de Pôrto-Alegre cerca de 20 quilômetros.

"O meu serviço consistiu em: medição de uma base do lado de Pedras-Brancas e triangulação entre os dous pontos destinados à construção das guaritas (extremos do cabo), para determinar a distância em linha reta, cerca de 6 quilômetros; sondagens do rio entre êsses dous pontos, de modo a poder determinar-se o seu perfil; cravação de 4 estacas de madeira de lei com o fim de assinalar os dous canais existentes do lado da Ponta-do-Dionísio e da Povoação de Pedras-Brancas, e ao mesmo tempo servir não só de amparo do cabo, devido à correntesa do rio, ficando êle a montante das estacas, como também de referência às embarcações que por alí transitam, para não lançarem ferro que possa pegar o cabo; lançamento do cabo, seu aterramento e segurança nos baixios marginais do rio Guaíba até as guaritas; marcação no terreno, construção das guaritas e colocação do cabo nestas, inclusive linha de terra.

"Todo êsse serviço, que sempre reputei delicado e de responsabilidade para o êxito do tráfego, foi dirigido pessoalmente por mim, que tive de fazer saídas sucessivas, ten-

do, aliás, comunicado à Diretoria em meu aviso n. 186, de 31 de agôsto de 1909".

Depois de concluído êste serviço, o Dr. Ildefonso Fontoura tratou, com interêsse, de colocar o cabo velho e a linha aérea existente na Ilha-da-Pintada. Transcrevo em seguida os avisos trocados a êste respeito.

"N. 56. Pôrto-Alegre, em 5 de março de 1910. Sr. Dr. Diretor Geral, Rio. Coronel Ganzo Fernandes propõe entregar-me o mesmo número de postes, braços, isoladores e a mesma extensão de fio da linha telegráfica entre a Ilha-da-Pintada e a Povoação de Pedras-Brancas, trecho que ficará substituído pela linha da Tristeza a Pôrto-Alegre.

"Disto resulta economia, porque nada terei de despender com a demolição daquela linha e o transporte do material.

"Consulto-vos se posso aceitar a oferta. Mando depois proceder à respectiva contagem dos postes, isoladores, braços, e medir a extensão do fio, afim de comunicar-vos. I. Fontoura".

"N. 101. Pôrto-Alegre, em 20 de abril de 1910. Sr. Dr. Diretor, Rio. Coronel Ganzo Fernandes, que vai ficar com a linha aérea da Ilha-da-Pintada a Pedras-Brancas, tendo de entregar-me igual material, deseja saber os preços dêste, inclusive frete, para entrar com o dinheiro, afim da Repartição fazer a encomenda para a Europa e ser oportunamente enviado para Pôrto-Alegre. Relação do material:

Postes de ferro completos n. 105	194
Postes de ferro completos n. 108	250
Postes de ferro completos n. 112	37
Centros de postes n. 105	90
Hastes de ferro n. 105	17
Pára-raios para postes de ferro	228
Braços duplos de madeira, com ferragens	256
Braços de ferro para isoladores Cp. n. 1	256
Isoladores Cp. n. 1	340
Isoladores Cp. n. 2	328

Fio de ferro galvanizado $0^{m},005$ 66390 metros. I. Fontoura".

"N. 366. Rio, em 26 de abril de 1910. Sr. Chefe do Districto, Pôrto-Alegre. O Sr. Diretor manda declarar que os

postes de ferro n. 105 custarão	4:551$240,
n. 180	773$000,
n. 112	1:504$420,
centros de postes n. 105	621$000,
hastes de ferro n. 105	156$400,
pára-raios para postes de ferro	42$180,
braços duplos de madeira	1:059$840,
ditos de ferro para isoladores Cp. n. 1	230$000,
isoladores Cp. n. 1	374$000,
ditos n. 2	255$840,
fio de 5 mm.	2:156$878,
total	11:665$198

Weiss".

"N. 147. Santa-Maria, 28 de abril de 1910. Sr. Chefe Laranja, Pôrto-Alegre. Nesta data telegrafo ao Coronel Ganzo Fernandes para vos entregar 11:665$198 réis, importância do material de linha da Pintada a Pedras-Brancas, conforme realação que enviei. Essa importância ficará em depósito até trafegarmos as linhas do Sul pelo novo cabo. Regularizado êste novo tráfego, enviaremos depois essa importância ao Dr. Contador Geral, para garantir a encomenda feita para a Europa. I. Fontoura".

"N. 148. Santa-Mria, 28 de abril de 1910. Sr. Coronel Ganzo Fernades, Pôrto-Alegre. Dr. Diretor Geral, em aviso de serviço n. 366, de 26, manda declarar-vos, por meu intermédio, que a importância do material, cuja relação vos enviei, é de 11:665$198 réis, que vos peço entregar ao Sr. Eduardo Laranja, para ser remetida à Contadoria no Rio-de-Janeiro, afim de fazer-se a encomenda para a Europa. Logo que comece o tráfego regular pelo novo cabo vos entregarei oficialmente a linha entre a Ilha-da-Pintada e o entroncamento nas Pedras-Brancas. I. Fontoura".

"N. 144. Pôrto-Alegre, 30 de junho de 1910. Sr. Dr. Diretor Geral, Rio. Coronel Ganzo Fernandes, diretor da Em-

prêsa Telefônica Rio-Grandense, acha excessivo o preço estabelecido por essa Diretoria em aviso n. 366, de 26 de abril último, para a venda do material de linha existente no trecho da Ilha-da-Pintada a Pedras-Brancas.

"Os motivos apontados pelo referido diretor são o estado de deterioração daquele material e a zona alagadiça onde se acha, o que tornaria muito dispendiosa a sua demolição.

"Julgando necessárias estas ponderações, peço-vos informar-me se é possível a concessão de abatimento do custo primitivo, e de quanto. I. Fontoura".

"N. 227. Pv., (1) 29 de junho de 1910. Sr. Chefe Ed. Laranja, Pôrto-Alegre.

"Peço-vos comunicar ao Coronel Ganzo Fernandes que o Dr. Diretor Geral dos Telégrafos, atendendo à reclamação sôbre o preço da linha da Ilha-da-Pintada a Pedras-Brancas, resolveu rebaixar a quantia de três contos de réis (3:000$000) no preço, devendo êle, porisso, entrar com a importância de oito contos seiscentos sessenta e cinco mil cento noventa e nove réis (8:665$199).

"Autorizo-vos a receber essa importância, recolhê-la ao cofre do Distrito e ordenar em seguida a entrega da linha ao Coronel Ganzo, notificando ao inspetor Alves. I. Fontoura".

"N. 183. Pôrto-Alegre, 19 de agôsto de 1910. Sr. Dr. Diretor Geral, Rio. Coronel Ganzo Fernandes entregou-me hoje a quantia de 8:665$198 réis, proveniente da avaliação do material a êle cedido entre a Ilha-da-Pintada e a Povoação de Pedras-Brancas, conforme vossos avisos ns..... 366/26/4/910 e 382/29/7/910.

"Consulto-vos se devo remeter à Contadoria a quantia acima referida para a aquisição do novo material que me será remetido, ou se devo recolher êsse dinheiro à Delegacia Fiscal. I. Fontoura".

E no relatório de 1910, na sua **Introdução**, êsse Chefe

---

(1) Pv. — Povinho, nome primitivo da vila de S. Tiago do Boqueirão.

de Distrito resume todas as informações sôbre o presente assunto: "Terminei a construção da linha da Ponta-do-Dionísio à estação de Pôrto-Alegre, 1.250 metros, assentando entre a Ponta-lo-Dionísio e a Povoação de Pedras-Brancas um cabo telegráfico inteiriço, de três condutores, numa extensão de 5.200 metros, melhorando consideràvelmente todo o tráfego para o Sul, visto como antigamente a passagem do rio Guaíba era feita entre a Ponta-da-Cadeia e a Ilha-da-Pintada por um velho cabo de 3 condutores, já estragado nos pontos de emegência, seguindo depois a linha aérea até Pedras-Brancas, em um percurso de 24 quilômetros, por banhados e brejos quase inacessíveis, no período das chuvas, ao guarda encarregado da conservação.

"O material velho foi todo vendido — o cabo de 2.000 metros à Intendência Municipal de Pôrto-Alegre, por dois contos de réis (2:000$000), e a linha aérea ao Coronel Ganzo Fernandes, dono de uma Emprêsa Telefônica, por oito contos ceiscentos sessenta e cinco mil cento e noventa e oito réis (8:665$198), sendo estas importâncias recolhidas à Delegacia Fiscal do Tesouro Federal, conforme comuniquei ao Dr. Contador Geral".

Em 29 de junho de 1914 apareceu o segundo defeito neste cabo, como consta do seguinte aviso ao Sr. inspetor de 1.ª classe Sezefredo José de Freitas, na ocasião chefe interino do 1.º Distrito: "N. 572. Pôrto-Alegre, 30 de outubro de 1914. Sr. Dr. Diretor Geral, Rio. No dia 28, com trabalho enorme, devido à enchente das águas do Guaíba, foi restabelecido o cabo para o Sul, que desde 29 de julho tinha um fio interrompido. Estive presente ao trabalho, observando verdadeira dedicação pelo serviço público manifestada pelos funcionários telegrafista de 1.ª classe Alfredo de Oliveira Mariante, encarregado desta estação, inspetor Ernesto Seixas, guardas Olivério Brígido Magdalena, Euclides Luiz da Cunha e Salustiano dos Santos, os quais, dentro d'água, com sacrifício de sua própria saúde, executaram o corte e a ligação do cabo, que foi necessário cortar para eliminar a parte danificada.

"O tráfego do Sul, que estava interrompido desde o dia

25, pelo litoral, foi logo restabelecido e acha-se agora normalizado".

De 1915 em diante trato detalhadamente dêste cabo nos meus relatórios anuais do 1.º Distrito, sempre no capítulo A da 2.ª parte — **Cabos telegráficos nos rios Guaíba, Jacuí e Urugui.**

"**1915.** Em novembro de 1909 foi lançado um cabo telegráfico de três condutores entre a Ponta-do-Dionísio (Pôrto-Alegre) e a povoação de Pedras-Brancas, na extensão de 5.200 metros, sem emendas nem defeitos. Êsse cabo tem funcionado perfeitamente, porém as suas guaritas não ficaram convenientemente colocadas e precisam ser substituídas e melhoradas ou removidas para outros pontos, se o chicote do cabo tiver comprimento suficiente para essa mudança".

1916. Os cabos telegráficos lançados nos rios Guaíba, entre Pôrto-Alegre e Pedras-Brancas, e Jacuí, entre Triunfo e São-Jerônimo, continuam a funcionar perfeitamente. Para melhor garantia do aterramento do primeiro, feito em lugar muito freqüentado por embarcações, pescadores e excursionistas, foi, pelo competente inspetor Germano Schreiner, em 27 de abril de 1916, modificada a casinha dos pára-raios, melhorado o pilar de alvenaria, feita uma valeta de pedras no comêço do leito do cabo e construído belo e sólido pontilhão de madeira, bases e hastes de postes de ferro, para acesso e exame da guarita em ocasião de enchentes.

"Êste importante trabalho, executado do lado de Pôrto-Alegre, precisa e deve ser completado pelo levantamento de um abrigo conveniente para o chicote do cabo e saída das linhas aéreas, do lado de Pedras-Brancas".

"**1917.** Os cabos telegráficos lançados nos rios Guaíba e Jacuí continuam a funcionar perfeitamente.

"Completando, conforme o meu último relatório, o belo o útil serviço feito no ponto de aterramento do primeiro dêles, na Tristeza (arrabalde da Capital), o Sr. Inspetor-ajudante do Distrito dirigiu a construção de uma sólida e elegante guarita de material em Pedras-Brancas,, junto ao cais de pedras, para o aterramento do segundo chicote da referido

cabo. Para isso foi necessária a mudança de direção de pequena parte do mesmo, serviço hàbilmente feito, sem a mínima alteração do tráfego.

"A guarita ficou terminada em 28 de abril, segundo comuniquei em aviso n. 444, dêsse dia ao Dr. Sub-Diretor Técnico.

"**1918.** Em 19 de abril uma draga do Estado, em serviço de desobstrução do pôrto de Pedras-Brancas, rebentou o cabo de três condutores que liga essa estação à de Pôrto-Alegre, conforme participei ao Dr. Sub-Diretor Técnico em aviso n. 358, dessa data. Logo no dia seguinte foi restabelecido o tráfego para o Sul (Pelotas) por um condutor gentilmente cedido pela Companhia Telefônica.

"Eficazmente auxiliado, nessa difícil emergência, pelo pessoal da Comissão de Dragagem, que foi muito solícito em fornecer as embarcações necessárias, e tendo obtido, generosamente, o material apropriado, com a citada Companhia e a **Força** e **Luz** (pois o Distrito absolutamente não possúe nem ferramentas para o trabalho em cabos), o ativo e competente inspetor Germano Schreiner fez uma emenda nos três condutores e restabeleceu completamente o tráfego entre os dois distritos no dia 23 daquele mês.

"De todo êste importante caso e do valioso serviço feito enviei ao Sr. Dr. Sub-Diretor Técnico minucioso ofício, n. 326, de 30 ainda do referido mês, acompanhado de um completo relatório apresentado pelo funcionário incumbido dos respectivos trabalhos".

"Ofício n. 326. Pôrto-Alegre, 30 de abril de 1918. Ilmo. Sr. Dr. Sub-Diretor Técnico, Rio-de-Janeiro. Tenho a honra de enviar-vos junto a cópia do relatório apresentado pelo Sr. inspetor Dr. Germano Schreiner sôbre o serviço de restabelecimento, pelo mesmo executado, do cabo telegráfico entre esta Capital e Pedras-Brancas, cortado no dia 19 do corrente por uma draga do Estado em trabalho de desobstrução do pôrto daquela localidade.

"Foi um importante e valioso serviço prestado por aquele dedicado e competente funcionário, que torna-se me-

recedor do justo elogio proposto pelo meu aviso n. 366, de 22 dêste mês".

"1.ª secção de linhas telegráficas. Pôrto-Alegre, 29 de abril de 1918. Ilmo. Sr. Engenheiro-chefe do 1.º Distrito, nesta Capital. Ponho à vossa disposição junto o **Relatório** sôbre o serviço do restabelecimento do cabo subfluvial entre Pôrto-Alegre e Pedras-Brancas.

"No dia 19 dêste, às 8 am., recebí comunicação do Sr. encarregado desta estação de que Pedras-Brancas avisou ter a draga do Estado, em serviço de desobstrução do canal daquela povoação, cortado o nosso cabo, ignorando-se a distância.

"Imediatamente tomei providências, pedindo à Gerência da Companhia Telefônica um condutor no cabo da mesma (ex-cabo do Telégrafo). Conseguido isto, com o compromisso de sòmente trabalhar em Morse, estabelecí em seguida as comunicações com a estação de Pôrto-Alegre; partindo para Pedras-Brancas, onde fiz o mesmo serviço, dando às 11 h. am. do mesmo dia cd entre Pôrto-Alegre e Pedras-Brancas para Pelotas. Depois seguí numa lancha a vapor até a draga, onde achei o chicote do cabo do lado de Pôrto-Alegre amarrado na proa da mesma. Tomei as providencias para conseguir chatas e pessoal para no dia 20 procurar o cabo do lado de Pedras-Brancas. Iniciada esta pesquisa, só ás 12 am. conseguí achar o cabo, faltando 30 metros para unir as pontas. Assim mesmo dei ligação, com fios isolados, em duas linhas, deixando para o dia 21 o serviço de recolher o cabo, numa extensão de 800 metros do lado de Pedras-Brancas; serviço dificílimo, devido às areias acumuladas por cima do cabo. Recolhido êste, verifiquei que a culpa única é da nossa Repartição ou do Chefe do Distrito que dirigiu o lançamento do cabo em 1909, pelo modo seguinte: no lançamento do cabo, ou, segundo informações colhidas, dias depois do lançamento colocaram-se as balizas com a respectiva tabuleta proïbitiva de lançar ferros, mas sem ter certeza da posição do cabo, resultando disto que o cabo ficou águas acima (montante) 60 metros. A draga, com receio do cabo, afastou-se justamente 60 me-

tros da estaca, pelo lado de montante, absolutamente convencida de estar longe do cabo, quando, ao contrário, se achava bem por cima dêle; notando-se no dia 18, às 19 horas, as primeiars perturbações no cabo, dando derivações fracas, e só depois de trabalhar toda a noite por cima do cabo, no dia 19 às 8 am. se conseguiu cortar a armação e os 3 condutores.

"Recolhido e lançado de novo o chicote do cabo de 800 metros, cheguei a juntar as pontas, sobrando ainda mais de 20 metros, que deixei depositados em volta da emenda.

"Sem nenhum recurso, a não ser o pouco Chaterton, guta-percha e borracha que o Sr. inspetor Franklin me deixou; sem ferramenta apropriada, fiz as respectivas emendas, resguardando-as depois de acabadas numa tartaruga gentilmente cedida pela Companhia dos Telefones, conseguindo dar comunicações definitivas e sem prejuízo nenhum para a condutibilidade dos cabos no dia 23 às 14 horas.

"A comissão das Obras Públicas do Estado prestou-me todo o auxílio preciso, pondo à minha disposição lancha e pessoal. S. e F. Germano Schreiner".

1919. Em 14 de janeiro apareceu uma ligação do 1.º com o 2.º condutor e uma derivação do 3.º, no cabo telegráfico subfluvial entre Pôrto-Alegre e Pedras-Brancas; no dia 15 havia uma indução no 2.º e uma ligação dêste com o 3.º; no dia 16 estavam ligados os três condutores. Pôde-se, todavia, manter o tráfego para o Sul pelo condutor resultante do laço, até que no dia 18, às 9 horas, desapareceu por completo êsse meio de comunicação. Ainda assim, não interrompeu-se o tráfego para Pelotas, pois a Companhia Telefônica Rio-Grandense teve a gentileza de ceder-nos um condutor entre esta Capital e a povoação de Pedras-Brancas.

"Graças aos esforços e à dedicação do Sr. inspetor Germano Schreiner, foi êsse cabo restabelecido completamente em 24 de fevereiro, e a propósito dêsse importante serviço dirigí ao Sr. Dr. Sub-Diretor Técnico o seguinte ofício, sob n. 182, de 25 dêsse mês:

"Tenho a honra de enviar-vos junto a cópia de uma informação do Sr. inspetor Germano Schreiner sôbre o ser-

viço, que êle acaba de executar, de uma nova emenda no cabo telegráfico subfluvial entre as estações de Pôrto-Alegre e Pedras-Brancas.

Mais uma vez êsse ativo e competente funcionário torna-se credor de justo elogio pelo completo desempenho dado à comisão de que foi por mim encarregado, através de todas as dificuldades que ressaltam das suas declarações. Porque o Distrito não possúe, de fato, nem ferramentas nem qualquer material para trabalhos dessa natureza, e é preciso andar pedindo-os, por gentileza, a diversas emprêsas e estabelecimentos dêste Estado".

"A informação do Sr. inspetor Germano Schreiner é esta: "Restabelecidos no dia 24, às 9 h. os três condutores do cabo subfluvial entre esta e Pedras-Brancas. Foram feitas três emendas, cortando-se três metros de cabo no lugar onde se manifestou ligação dos três fios, produzida por faísca.

"Comunico-vos que êste serviço foi feito com o material técnico que conseguí da Companhia Western, do Rio-Grande, ferramenta emprestada pela Companhia Fôrça e Luz e vapor cedido pela Alfândega desta Capital, portanto sem despesa para a Repartição.

"Afim de evitar que futuramente sejamos ameaçados de ficar sem estes recursos, rogo pedirdes, com urgência, à Diretoria, o material técnico e as ferramentas indispensáveis para serviços em cabos, visto que os dois distritos do Rio-Grande-do-Sul têm cinco cabos, quatro subfluviais — e um marítimo. S. e F. Germano Schreiner".

"O meu ofício n. 183, a êsse respeito, nunca mereceu uma solução qualquer, nem as ferramentas e o material uele reclamados foram jamais fornecidos".

NOTA — O último trecho da exposição precedente deveria dispensar o comentário escrito desta NOTA, porque o comentário espontâneo surge logo ao espírito do leitor. Mas é infelizmente verdade que êste, como o 2.º distrito dêste Estado, não possúe a mínima aparelhagem para o trabalho dos seus cabos telegráficos.

Quando surge um acidente, veem-se os chefes de serviço constrangidos a andar medingando, aquí e alí, os objetos necessários às reparações dos defeitos.

Já em Pelotas, quando na direção da outra zona da Repartição, reclamei contra essa notável falta, sem lograr melhor resultado.

Depois do último consêrto até a presenta data, êste cabo tem funcionado regularmente.

Cabo no rio Jacuí, entre Triunfo e São-Jerônimo

Vimos anteriormente que, por aviso n. 271, de 16 de novembro de 1909, o Chefe do 1.º Distrito pedira permissão ao Dr. Vice-Diretor para colocar entre Triunfo e São-Jerônimo o resto — 800 metros — do cabo telegráfico de 3 condutores que fôra lançado entre Pôrto-Alegre e Pedras-Brancas.

Essa permissão foi-lhe concedida por aviso n. 4.022, de 22 do mesmo mês: "Ficais autorizado pelo Sr. Diretor a aproveitar os 800 metros de cabo que sobraram, lançando-os entre São-Jerônimo e Triunfo, afim de suprimir a linha aérea de 750 metros, sem acréscimo de despesa. Weiss".

E a êste respeito informa o Dr. Ildefonso Fontoura na já mencionada **Introdução** do seu relatório de 1909: "Da parte restante do cabo de Pôrto-Alegre a Pedras-Brancas obtive permissão da Diretoria para utilizá-la ligando Triunfo a São-Jerônimo e convertendo em telegráfica a estação telefônica existente nesta última localidade.

"A troca de correspondência telegráfica ficará assim perfeitamente garantida, tendo sido suprimido o vão aéreo de 750 metros sôbre dois mastros Siemens de 25 metros de altura".

O serviço de lançamento dêsse cabo foi dirigido pelo inspetor de 3.ª classe Armindo Lima e pelo telegrafista de 2.ª Joaquim da Luz Cunha (ambos já falecidos) e executado pelos guardas-fios Job Inácio dos Santos, Pedro Guilherme, José do Carmo Cruz, José Roberto de Freitas e Pedro Mili-

tão; e a estação telefônica de São-Jerônimo foi transformada em telegráfica por portadia de 17 de janeiro de 1910.

De 1915 em diante a história desta via de comunicação consta dos meus relatórios anuais do 1.º Distrito, no capítulo A da 2.ª parte — **Cabos telegráficos nos rios Guaíba, Jacuí e Uruguai.**

"**1915.** O restante dêsse cabo, 800 metros, foi aproveitado entre as vilas de São-Jerônimo e Triunfo, para suprimir o vão livre de 750 metros entre dois postes Siemens de 25 metros de altura. Êsse serviço foi executado em março de 1910, porém os dois mastros só foram retirados, por mim, em maio de 1915, sendo que o do lado de São-Jerônimo já havia sido derrubado por uma carrêta de bois, tendo ficado com a base quebrada; algumas de suas escadas haviam sido roubadas.

"O do lado de Triunfo nada sofrera decerto por estar colocado em uma ilhota.

"**1918.** Em 10 de junho apareceu interrupção em dois dos três condutores do cabo que liga São-Jerônimo a Triunfo. Êste defeito persiste até hoje, porém o tráfego é mantido pelo fio ainda disponível".

"**1919.** Continua a interrupção de dois dos três condutores do cabo que, atravessando o rio Jacuí no ponto de embocadura do Taquarí, liga as estações de São-Jerônimo e Triunfo.

"Como é indispensável e até urgente mudar o locol de aterramento e a respectiva guarita do lado de São-Jerônimo, nessa ocasião deverá ser levantado o cabo para exame e, se possível, para consêrto.

"**1920.** Continua a interrupção de dois dos três condutores do cabo que, atravessando o rio Jacuí no ponto de embocadura do Taquarí, liga as estações de São-Jerônimo e Triunfo. Levantado o chicote de aterramento dêsse cabo pelo inspetor Dr. Germano Schreiner, do lado de São-Jerônimo, não foi nele descoberto defeito, nem foi possível a mudança da guarita para melhor e mais elevado local devido ao pequeno comprimento do citado chicote. Foram ape-

nas feitos alguns trabalhos de consolidação da mesma guarita".

"**1923.** No segundo cabo, conforme consta do meu relatório de 1918, desde 10 de junho dêsse ano interromperam-se dois dos três condutores que ligam São-Jerônimo e Triunfo. O tráfego entre essas duas estações continua a fazer-se precàriamente, pelo terceiro condutor disponível, que, entretanto, desde muito tempo, apresenta um grande desvio".

"**1924.** Transcrevo a informação anterior e acrescento: Há necessidade, portanto, de levantá-lo, afim de concertá-lo, fazendo as emendas acaso precisas; mas o Distrito absolutamente não possúe ferramentas e materiais especiais para tais serviços, pôsto que em tempo, e por mais de uma vez, já os houvesse reclamado.

E' indispensável também a construção de uma boa guarita, de tijolos, para o aterramento do chicote do lado de São-Jerônimo; porém esta obra depende naturalmente da primeira, visto ser curta a sobra de cabo, que teria de avançar um pouco terra a dentro".

"**1925.** O segundo cabo, lançado na confluência do rio Taquarí com o Jacuí, entre as vilas de São-Jerônimo e Triunfo, apresentava interrupção completa em dois condutores e desvio inconstante no outro, desde 1918; êste, por sua vez, interrompeu-se de todo, também, em princípio do corrente ano.

Por aviso n. 132, de 25 de fevereiro, eu comuniquei êste fato e propus as necessárias providências para salvá-lo: "Dr. Sub-Diretor Técnico. Estando interrompido o cabo entre São-Jerônimo e Triunfo, peço seja designado o Sr. inspetor Germano Schreiner para ir tentar levantá-lo, afim de examiná-lo, bem como autorizardes a despesa com o material acaso preciso, esclarecendo por que título correrá a mesma".

"E por outro aviso, n. 194, de 27 de março, ao mesmo Dr. Sub-Diretor, cientifiquei-o do resultado dessa tentativa: "Inspetor Germano regressou hontem à tarde de Triunfo, onde fôra levantar o cabo para concertá-lo. A-pesar-do au-

xílio da draga **Farrapo** e do rebocador **Marechal Floriano**, pertencentes ao Estado, só conseguiu arrancar e examinar 250 metros do mesmo cabo, que se achavam em perfeito estado de conservação. Restantes 550 metros estão muito enterrados nas areias depositadas ao lado do canal, em profundidade de três a quatro metros, faltando água para o avanço das embarcações. Logo que o rio cresça será continuado o trabalho".

"Depois, tendo sido êsse inspetor removido para o Distrito de Santa-Catrina e eu chamado ao Rio-de-Janeiro, foram interrompidas essas tentativas, recomeçadas novamente em novembro, em virtude do seguinte aviso do meu substituto provisório em Pôrto-Alegre. "N. 475. Em 7 de setembro de 1925. Sr. Dr. Sub-Diretor Técnico, Rio. Desde março último que acha-se interrompido o cabo entre Triunfo e São-Jerônimo, tendo a Companhia Telefônica Rio-Grandense nos cedido um dos seus fios afim de não ser prejudicado o tráfego daquelas estações. Acontece, porém, que agora a Companhia, necessitando daquele fio, nos solicita seu desembaraço. O Sr. Inspetor Germano Schreiner, atualmente lecenciado nesta Capital, ofereceu-se para restabelecer êsse cabo. Consulto-vos e peço ordens".

E como eu já estivesse de regresso a êste Distrito, foi por vós resolvido que, após a minha chegada, se reiniciassem as operações. Obtive que o condutor emprestado pela Companhia Telefônica continuasse à nossa disposição e providenciei para que o serviço de levantamento do cabo fôsse recomeçado imediatamente. Emprestado gentilmente o rebocador **S. Paulo** pela Companhia Minas do Jacuí, aquele inspetor trabalhou nos dias 2, 3 e 4 de novembro para levantar e concertar o referido cabo, segundo se vê dos seguintes avisos: "N. 190. São-Jerônimo, 3/11/925. Consegui levantar 200 metros de cabo no lado desta, achando uma volta fechada (croca), que forçosamente é defeito. Às 14 horas farei exame com Triunfo, para saber resultado, que vos comunicarei. Insp. Germano".

"N. 191. São-Jerônimo, 4/11/925. Recolhidos 260 metros, encontrei duas voltas fechadas, provindas do lançamen-

to do cabo. Cortei neste lugar e, por falta d'água, deixei de levantar o resto do cabo, que calculo em 400 metros aproximadamente. Insp. Germano".

"Afim de nos pouparmos ao incômodo e ao vexame de andar sempre pedindo favores de empréstimos de embarcações, julguei mais conveniente e talvez mesmo mais econômico contratar pela quantia de um conto de réis ..... (1:000$000), com um proprietário de rebocadores e lanchas, na vila de São-Jerônimo, o levantamento e o lançamento do cabo, depois de consertado, em lugar mais apropriado e mais estreito, prèviamente escolhido.

"Cumpre-me informar aquí que êsse cabo foi mergulhado em lugar inconveniente e muito largo, justamente na embocadura do rio Taquarí no Jacuí, sendo o respectivo serviço dirigido por um telegrafista e executado por pessoal sem a necessária prática".

Feito o contrato para execução dêsse trabalho, não foi possível levá-lo a têrmo, porque o empreiteiro não conseguiu levantar o cabo e, porisso, desistiu da combinação que realizara. Neste sentido o Sr. telegrafista Otacílio Alves Massena, encarregado da estação de Triunfo, telegrafou ao Sr. inspetor Germano Schreiner: "N. 102. Em 5 de abril de 1926. Elói Morais procurou-me hoje, pedindo dizer-vos que fazendo experiências, constatara a impossibilidade de retirar o cabo, conforme propôs".

Pouco antes dêste fato, entretanto, a Diretoria dos Telégrafos resolvera mandar fechar algumas estações, cuja falta não prejudicasse o tráfego geral: "N. 319. Rio, 23 de março de 1926. Sr. Chefe do Distrito, Pôrto-Alegre. Diretoria resolveu informeis quais as estações que podem ser fechadas sem prejuízo do tráfego. Sdc. (Sub-Diretor da Contabilidade).

A êste aviso contestei pelo meu n. 145, de 29 do mesmo mês: "Sdc. Rio. Rp. 319. Sem prejuízo do tráfego da Repartição e do progresso dos respectivos munícipios, podem ser fechadas neste Distrito as estações telegráficas de Santo-

Amaro e São-Jerônimo, e transformada em pôsto telefônico de conservação o de Viamão".

NOTA — Pela assinatura do remetente, a consulta da Diretoria parecia envolver um caso de economia do Telégrafo ou talvez uma falta de verba para a manutenção de estações.

Na minha resposta, calcada sôbre essa hipótese, procurei ressalvar o meu velho ponto de vista a respeito da extinção de estações telegráficas, o que reputo sempre, em geral, prejudicial ao nosso País.

A estação de São-Jerônimo foi fechada por portaria de 14 de abril dêsse ano (1926), e o cabo a ligava à de Triunfo ficou sepultado no seu leito arenoso e pedregoso.

Cabo no rio Uruguai, entre Uruguaiana e Libres

Conforme vimos anteriormente, no capítulo **Circuito Pôrto-Alegre — Buenos-Aires,** em 4 de janeiro de 1883 foi lançado, **pelos argentinos,** o primeiro cabo entre Uruguayana e Paso de los Libres, ligando os dois países limítrofes.

Foi nessa época, segundo declara o ex-Diretor Dr. Caetano César de Campos na sua já mencionada interessante **Notícias sôbre o desenvolvimento do telégrafo no Brasil,** que iniciou-se o serviço de tráfego mútuo telegráfico com a República Argentina: "O movimento de telegramas acusou acentuado aumento depois de estabelecida a comunicação entre Rio e Recife (1876), fato de grande importância para os interêsses do telégrafo, porque autorizava a participação das linhas terrestres no serviço internacional mantido pelas Repúblicas do Sul. Tinha-se providenciado a respeito com a concessão de 3 de abril de 1875, que autorizou Santiago Bettini a prolongar até as proximidades de Jaguarão a linha do Estado-Oriental de que era empresário;

e para se completar o proveito com a manutenção de uma nova via de encaminhamento do serviço procedente das Repúblicas do Sul ou a elas destinado, cogitou-se de efetuar uma convenção telegráfica sul-americana, na qual ficasse assentada a ligação das linhas brasileiras às argentinas, a partir de Uruguaiana, além de outras providências de interêsse geral.

"A convenção não foi realizada; em virtude, porém, de ajuste entre o Brasil e a República Argentina, começou em 1883 a ser utilizada a via Uruguaiana para a correspondência a que era prescrito êsse encaminhamento".

As bases dêsse ajuste ou acôrdo foram firmadas em Buenos-Aires a 15 de junho de 1899 e aprovadas por aviso do Ministério da Indústria, sob n. 17, de 26 de junho de 1900.

Parece que por essas bases a Administração Argentina encarrega-se da manutenção do cabo internacional submerso no rio Uruguai, porque é sempre Ela quem providencia o lançamento de novos ou o consêrto de velhos cabos telegráficos nesse lugar.

De 1906 a 1914 a história desta via de comunicação consta dos meus relatórios do 2.º Distrito dêste Estado, e de 1915 até a presente data de documentos semelhantes do 1.º Distrito; algumas dessas narrações, porém, já foram transcritas no capítulo referente ao **Circuito Pôrto-Alegre Buenos-Aires.**

"**1918.** Em 3 de março manifestou-se interrupção em um dos condutores do cabo que liga Uruguaiana a Libres, não sendo, porém, necessário levantá-lo para exame, por possuir mais dois fios em bom estado. As comunicações foram encaminhadas, provisòriamente, via Alvear, até que no dia 5 recomeçaram por Libres. O Sr. encarregado de Uruguaiana informa em 31 de dezembro: "Defeito do lado argentino. Funcionando bem dois fios".

"**1919.** Continua com defeito um dos três condutores do cabo que, atravessando o rio Uruguai, liga a nossa estação de Uruguaiana à argentina de Libres. Êsse acidente manifestou-se em 3 de março de 1918, porém até hoje o tráfego internacional tem sido feito sem prejuízo algum pelos

dois restantes condutores. Êste cabo foi lançado pela Administração Argentina em 22 de julho de 1916".

"**1920** O cabo de três condutores que, atravessando o rio Uruguai, liga a nossa estação de Uruguaiana à argentina de Libres, interrompeu-se em 30 de junho. O serviço entre Pôrto-Alegre e Buenos-Aires passou a ser penosamente feito (conforme declarei ao Sr. Dr. Sub-Diretor Técnico em aviso n. 581, de 8 de junho) via Alvear, não tanto pela diversidade de circuito como por falta de pessoal em Alegrete e mau estado das linhas para Itaquí, e ainda pela má-vontade dos funcionários argentinos.

"Por aviso n. 355, de 5 de agôsto, o Sr. Dr. Sub-Diretor Técnico mandou-me informasse qual o motivo da interrupção dêsse cabo. Respondí pelo meu n. 640, de 5 dêsse mês: "O encarregado de Uruguaiana diz ignorar o motivo que ocasionou a interrupção, mas está informado ter sido o cabo consertado por um inspetor argentino, no lado de Libres, em 24 de julho".

"**1921.** O cabo do rio Uruguai, segundo aviso n. 419, de 15 de agôsto, que dirigí ao Sr. Dr. Sub-Diretor Técnico, ficou nessa data com dois dos seus condutores inutilizados, restando apenas um que dava tráfego.

"A êsse aviso obtive a seguinte resposta: "N. 391, de 18 do mesmo mês, do Dr. Ajudante Técnico. Na maioria das vezes os defeitos são nos pontos de aterramento ou nas suas emendas, quando mal feitas. Conviria medir, no cabo, os condutores defeituosos, para verificar isso. Peço, em seguida, informar quais são as providências necessárias da nossa parte".

"Por aviso n. 426, do dia seguinte, declarei que êsse cabo pertence à Administração Argentina, que acha-se ciente do seu estado.

"Posteriormente foram restabelecidos os condutores defeituosos, segundo comunicação do Sr. encarregado da estação de Uruguaiana".

"**1923.** O cabo de três condutores que liga a nossa estação de Uruguaiana à argentina de Libres, através do rio Uruguai, estava com dois dêsses condutores inutilizados desde 15 de agôsto de 1921. Restabelecidos em 1922, no ano seguinte os três apresentavam ligação entre si, até que em 17 de junho interromperam-se todos completamente, ficando o mesmo cabo em inteiro abandono, tudo conforme comuniquei em ofício n. 470, de 18 de julho, ao Sr. Dr. Sub-Diretor Técnico.

"Foi restabelecido em 12 de janeiro do corrente ano (1924).

"**1924.** Em 20 de outubro dois dos condutores do cabo Uruguaiana-Libres apresentaram completa interrupção, às 9 horas; no mesmo dia, às 16,30 horas, apareceu a estação argentina por um dos fios, e a 25 ficou restabelecido o outro. O defeito fôra no lado dos nossos vizinhos e o cabo foi consertado pelo seu pessoal.

"Como esta mesma via estivera impossibilitada de funcionar no comêço do ano (tendo sido, entretanto, restabelecida em 12 de janeiro, conforme o meu anterior relatório), em 28 dêsse mês, por aviso n. 100 o Dr. Ajudante Técnico interino Antônio Ramalho consultou-me sôbre a sua substituïção pela ligação Itaquí-Alvear, nos seguintes termos: "Peço enviardes informações urgentes do que necessitais para assegurar a travessia aérea entre Itaquí-Alvear, pela conveniência dêsse serviço provisório até que se resolva o restabelecimento do cabo Uruguaiana-Libres".

"A minha resposta, em aviso n. 65, da mesma data, foi esta: "A linha aérea Itaquí-Alvear está em boas condições e acha-se pronta para funcionar regularmente. Em 12 do corrente foi restabelecido o cabo Uruguaiana-Libres, conforme o meu n. 24/15 ao Dr. Sub-Diretor Técnico".

QUADRO DOS CABOS TELEGRÁFICOS NO RIO-GRANDE-DO-SUL

N.º 15

Distrito	Secção	ENTRE		Extensão	OBS.
2.º	4.ª	Rio-Grande	Barra	1.500	Não funciona
2.º	3.ª	Pelotas	Rio-Grande	400	
1.º	1.ª	Pôrto-Alegre	Pedras-Brancas	5.200	
1.º	2.ª	Triunfo	São-Jerônimo	800	Não funciona
1.º	5.ª	Uruguaiana	Libres	1.200	

O Rio-Grande-do-Sul possúe, dois, 9.100 metros de cabos telegráficos subaquáticos, dos quais apenas 6.800 em funcionamento.

Rio, fevereiro de 1936.

Amaro Batista.

Filiação Linguística Serrana

Pelo **Dr. Antônio Serrano,**

Diretor do Museu de Entre-Rios, Paraná, Rep. Argentina.

O panguaranismo que se tem feito sentir e continua influindo nos estudos étnicos do Rio-da-Prata, atrofiou o sentido crítico de nossos investigadores. Em alguns países tem-se feito do panguaranismo um culto e bem sabemos que todo o culto cega.

Os estudos toponímicos realizados tanto no Uruguai como no este argentino e no Brasil meridional, realizaram-se influenciados, ou obsecados pela língua guaraní: quasi sem excepção caïmos todos no panguaranismo. Felizmente alguns rebelaram-se a tempo e essa reação abriu novos horizontes.

Onde mais nefasta se mostrou a influência do panguaranismo, foi na investigação lingüística dos charruas. Entretanto há quem se esforce em provar que o idioma dos charruas foi o guaraní! E' verdade que à primeira vista notam-se circunstâncias favoráveis para tal argumentação, qual seja a toponímia guaraní do antigo território ocupado pelos charruas.

Quando as línguas indígenas desaparecem, a toponímia é um auxiliar de primeira ordem — para não dizer único —

na investigação lingüística. Mas a toponímia é uma arma de dois gumes que só deve ser esgrimida por quem pode esgrimí-la e não por quantos queiram esgrimí-la.

Em 1933 referindo-me à toponímia e toponomástica do território charrua, disse o seguinte (1):

"Não devemos desprezar a crítica e sistematização da toponímia e nomes indígenas dos antigos padrões de encomendas. Supre a falta de um conhecimento direto de nossas línguas aborígenas perdidas desgraçadamente para sempre. Seu estudo constitue a base de uma disciplina nova, com métodos próprios de investigação e resultados de interêsse real. E' a chamada Toponomástica cujo verdadeiro criador entre nós foi o erudito padre Paulo Cabrera. Fecundíssima é sua obra neste particular, mas circunscrita infelizmente à jurisdição do antigo Tucuman.

Tão importante é essa disciplina que o sábio Raimundo Ronze disse: "Os historiadores de França e Alemanha reconstroem atualmente, com êxitos inequívocos, o passado europeu, esclarecendo alguns acontecimentos não elucidados até hoje de seus séculos do ferro, de suas épocas mais obscuras, e muitos dêles, se não todos, graças às notícias subministradas pela toponímia e toponomástica, correspondente àquelas idades remotas". (2)

Os estudos toponímicos realizados em nossa região são deficientes e por desgraça os investigadores trabalharam sempre sob a obsessão do idioma guaraní, complicando com suas falsas deduções o problema que os arqueólogos propõem resolver.

Falseiam o conceito fundamental desta disciplina os que utilizam a toponímia de um país sem uma crítica prévia de suas origens e sem uma sistematização escrupulosa de seus elementos.

---

(1) ANTÔNIO SERRANO, **Arqueologia del Rio Uruguay** (Conferencia en la Escuela Normal de Concordia), Paraná, 1933.

(2) PABLO CABRERA, **Ensayos sobre etnologia argentina**,, Buenos Aires, 1931. Pág. 32.

No que respeita à filiação étnica do grupo indígena mais importante do Uruguai, os charruas, equivocam-se os que pretendem ver na toponímia guaranítica do território uruguaio e entrerriano a prova irrefutável de uma origem guaraní. A guaranização toponímica de nosso território deve-se em grande parte aos jesuítas, guaranizadores por excelência, tal como foram no noroeste quichuízadores decisivos. Por outro lado os espanhóis entraram fàcilmente a tratar com os guaranís do delta e êles mesmos, os índios escravos guaranizados já, serviam-lhes de guias nas explorações pelo interior do território. Estes índios que conheciam perfeitamente a região, pois mantinham relações com seus irmãos do norte, indicaram aos conquistadores o nome guaraní dos rios, arroios, cerros, etc. A filiação étnica guaraní dos charruas deve ser desprezada por infundada. A ela opõem-se o caráter não guaraní de sua cultura material desenvolvida por êsse povo e a crítica dos dados consignados em documentos históricos. E si isso não bastasse, a língua güenôa que foi idêntica ao yaro, bohan, charrua e minuano, afasta-se tanto do idioma guaraní — conforme um pequeno fragmento publicado por Outes, — que se torna impossível procurar semelhanças".

De minha parte, não me limitei a formular essas observações, mas entrei num campo de investigações de caráter crítico. Cheguei, assim, a estabelecer que a língua falada pelos charruas vincula-se ìntimamente à dos Kaingangs e que ambas devem provir de um tronco lingüístico comum. No decurso de minhas investigações tive uma grande satisfação. Meu distinto amigo Valter Spalding facultou-me cópia de um trabalho de investigação toponímica de Aurélio Pôrto. (3) Pôrto chega a estabelecer que o único toponímico, que com absoluta certeza é minuano, vincula-se ao idioma dos bugres.

Mas o que estabelece Pôrto não é obra do acaso mas o produto de uma bem definida orientação. Isto é conforta-

---

(3) AURÉLIO PÔRTO, **O minuano na toponímia rio-grandense,** no "Diário de Notícias", de 27 de julho e 1 de agôsto de 1931. Pôrto-Alegre.

dor, maxime sendo todo o seu trabalho uma salutar reação contra o panguaranismo.

Uma crítica severa e cotejo de informações nos leva a estabelecer que os yaros, bohans, güenôas, minuanos, chanás e charruas falaram o mesmíssimo idioma. A unidade desta língua foi comprovada por F. F. Outes, em 1913. (4)

O idioma falado por êste complexo étnico apresentava, evidentemente, formas dialectais. Através os manuscritos do padre Larrañaga (5) estamos bem informados do idioma dos chanás; dos güenôas conhecemos o que foi exumado por Outes no trabalho já citado, e dos minuanos a palavra **baumaxhate** que significa "sêrro frio".

Outra circunstância que retardou o esclarecimento do problema lingüístico dos charruas e afins, foi o esfôrço feito para descobrir vinculações entre charruas e povos **chaqueños.**

Encerrou-se a discussão entre um guaranismo exagerado e uma hipotética vinculação com povos "chaqueños" do tipo guaicurú. A isto agrega-se a vinculação — evidente — entre charruas e povos da planura buenairense e patagônica.

No quadro seguinte ponho uma correlação entre palavras charruas e kaigangs (6). A última é guaraní e figura tão sòmente para demonstrar quão equivocada está a escola do guaranismo charrua.

Esta breve nota tem por objeto ùnicamente ilustrar aos investigadores brasileiros sôbre êste novo aspecto do problema lingüístico charrua.

Agregue-se à vinculação lingüística a semelhança de cultura material e espiritual entre charruas e gês meridionais,

---

(4) FELIX F. OUTES, **Sobre las linguas indígenas rioplatenses. Materiales para su estudio,** en Revista de la Universidad de Buenos Aires, tomo XXIV, pag. 231, Buenos Aires, 1913.

(5) DAMASO ANTONIO LARRAÑAGA, **Compendio del idioma de la nación chaná,** en **Escritos de,** tomo III, pag. 163, Montevideo, 1924.

(6) Tomadas do **Dicionário Kaingang-Português,** de Frei Mansueto Barcatta de Val Floriana, Revista do Museu Paulista, tomo XII, pág. 1, São Paulo, 1920.

	Chaná	Güenôa	Kaingang	Guaraní
si	kan	an	han	ta, jheé
quem é?	guarepté?	guareté?	.....	abá?
que é?	.....	.....	hörike tag?	mbaé?
pai	.....	on	iong'	vu, tuba
por qual	.....	retanle	.....	maba rejhe
qual	.....	.....	tándene	maba
nosso	am, aim	.....	ein, en	ñande (nhande)
bôca	heck	.....	etki	yurú
arena	han	.....	laranha	ibicuí
êle	ti	.....	ti	jha'é
ser (verbo) ..		.....	.....	jha'é
estar feita	ten	.....	.....	
tal cousa		.....	ten	
eu (*)	iti, i	.....	i	che
vós	empti, em	.....	en	pee
nós	ampti, an	.....	eng	ñandé (nhandé)
meu	ûmpti, ûm	.....	in	che mbaé
memória	oienden	.....	.....	manduá
recado		.....	ien	

e veremos à evidência de que aqueles integravam a grande família brasileira dos gês.

Estas novas investigações dão foros de veracidade às anotações de Charlevoix. Êste autor escrevia em 1751 que güenôas eram confundidos com os gualachies (guaianás de Missões) e que havia "muitos indícios para pensar que ambos os povos formavam originàriamente um único". ([7])

Os investigadores mais sérios da atualidade, no que se

(*) Em chaná no falar sincopam-se êstes pronomes transformando se em **i, em, an, ûm.**

([7]) P. FRANCISCO XAVIER DE CHARLEVOIX, **Historia del Paraguay,** Madrid, 1910, tomo II, pag. 265.

refere a línguas, entre êles Rivet ([8]) e Schmidt ([9]), consideram o linguajar charrua idioma isolado.

A contribuïção dos investigadores brasileiros que possuem bibliografia mais completa sôbre línguas de seu país, do que nós, é de interêsse e ardentemente os convido a continuar o caminho já iniciado.

Paraná, maio de 1935.

Antônio Serrano ([10])

([8]) PAUL RIVET, **Langues américaines,** em "Les langues du monde", Paris, 1924, pag. 597.

([9]) SCHMIDT W. P., **Die Sprachfamilien und Sprachenkreise der Erde,** Heidelberg, 1926, pag. 260.

([10]) NOTA DA REDAÇÃO: — Êste artigo que o ilustre Dr. Antônio Serrano, uma das maiores mentalidades em matéria arqueológica da América-do-Sul, especialmente escreveu para nossa Revista, foi traduzido pelo nosso confrade Prof. Walter Spalding.

Agradecemos efusivamente a deferência do Sr. Diretor do Museu de Entre-Rios pela gentileza de sua espontânea colaboração e esperamos continue a nos honrar.

Batoví

Celso M. Schröder

A estância de Batoví, antiga e tradicional fazenda do município de São-Gabriel, é incontestàvelmente um dos estabelecimentos pastorís mais importantes e bem aparelhados para o fim a que se destina, não só daquele município como de todo nosso Estado.

Comprehendendo, entre campos arrendados e próprios, a vasta área de 216 quadras de sesmaria, divide-se nas invernadas denominadas Sêrro, Serrinha, Cemitério, Coronilha de São-João, Coronilha-de-Batoví, Campo-de-Fora, Capão-da-Ronda, Figueira, Plantel, Lajeado, Arroz, Fundo, Bragancinha, Corticeira, Invernadinha, Rincão-do-Ruivo, Ruivo-de-Cima, Sanga-Funda-do-Talhaço, Sanga-Funda-da-Caieira, Salso-da-Caieira, Boiada-Mansa, Telefone e Sanguesuga e em sub-divisões menores, chamadas potreiros da Frente, Restinga, Sogueiro, Figueira, Novo, Vacas-Mansas e Lajeado.

Possue campos excelentes, servidos de aguadas abundantes e permanentes, das quais sobresaem o rio Vacacaí e os arroios Sanga-Funda, Lajeado e Água-Santa, que são auxiliadas por numerosos açudes. Pascem em seus campos cerca de 14.000 vacuns, das raças Durham e Hereford, e 8.000 lanígeros Romney Marsh, padreados, os primeiros, por 200 e tantos touros das referidas raças, sendo 3 de galpão, e os segundos por 160 carneiros da excelente raça Corredales.

Para se fazer uma idéia da vastidão da estância é suficiente lembrar que sua área é superior à superfície de Es-

tados soberanos da Europa, como os Principados de Liechtenstein e de Monaco e a República de São-Marino, — a de distrito federal de Colombia, nos Estado-Unidos-da-América, — a da famosa ilha de Santa-Helena, onde morreu Napoleão, — a das nossas ilhas oceanicas da Trindade e Fernando-de-Noronha e até a de um município rio-grandense: o de Novo Hamburgo.

A sede da fazenda, situada nas proximidades do sêrro de Batoví, à distância de 5 léguas da cidade, é um estabelecimento modelar, dotado de todo confôrto e aparelhamento necessário, próprio de um estabelecimento do seu gênero, como seja — iluminação elétrica própria, linha telefônica para a cidade, com ramais, para uso privado, para diversos postos da fazenda, instalações sanitárias e hidráulicas, sendo notável esta última pela abundância d'água, que é captada por dois vastos reservatórios sitos nas encostas do mencionado sêrro e conduzida por excelentes encanamentos pela inclinação natural do terreno, existindo amplas instalações para banho de animais vacuns e cavalares.

Possue também a sede da fazenda um banheiro sarnicida para ovelhas, outro, carrapaticida, para vacuns, habitações próprias, para carneiros, vastos galpões, mangueiras, brétes, duas excelentes quintas que ostentam grande número de árvores frutíferas como laranjeira, comuns e de umbigo, ameixeiras, pessegueiros, parreiras, limeiras, marmeleiros, bergamoteiras, coqueiros, butiazeiros, etc., etc.

Em outros pontos da fazenda existem mais dois banheiros carrapaticidas.

Anexa ao estabelecimento existe uma elegante e bem cuidada capela. Êsse pequeno templo é muito antigo; em 1920 foi reconstruido e em 1932 o atual proprietário da fazenda, sr. Alfredo Faria, mandou reedificá-lo a bem dizer por completo, dotando-o de todas as alfaias e paramentos necessários ao culto e adquirindo no Rio-de-Janeiro as imagens do orago, Nossa Senhora da Conceição, e de outros santos nele venerados, como São José, Santo Antônio de Lisboa, Santa Teresa do Menino Jesús e Sagrado Coração de Jesús, as quais ocupam artístico altar, também provindo da capital

da República, juntamente com uma série de quadros que representam scenas da Via Sacra.

Situado no âmbito da fazenda, eleva-se o sêrro de Batoví, que tem 273 ½ metros de altitude e é um acidente orográfico de importância na região, tendo sido organizado pelo seu meridiano, em 1859, pelo Dr. A. J. da Silveira, um roteiro do nascimento e ocaso do sol, que foi muito difundido, outrora, no Rio-Grande-do-Sul, sendo tido em grande aprêço pelos nossos antepassados. No cume do sêrro ergue-se um marco de pedra, da Carta-Geral, de forma cúbica, lendo-se, com alguma dificuldade, na face voltada para cima, os seguintes dizeres: Saüdações da 7.ª turma — 29.12.1912".

Ao lado do sêrro de Batoví existe um outro sêrro, chamado "do Cemitério" por causa de uma antiga necrópole que existe no alto do mesmo.

Logo que se iniciou a colonização portuguesa no Rio-Grande-do-Sul, Batoví era um dos lugares em que os índios Minuanos estacionavam.

Quando foi assignado em La Granja ou San Ildefonso o tratado de limites de 1.º de outubro de 1777, que fixou a fronteira entre o Brasil e as possessões hispânicas do Rio-da-Prata, ficou determinado que, na região de que estamos tratando, pertenceriam a Portugal as águas que corressem para o rio Vacacaí e portanto para o Jacuí e Lagoa-dos-Patos, e que ficariam sob o domínio da Espanha as vertentes tributárias do rio Santa-Maria e que pelo Ibicuí vão alimentar os rios Uruguai e da Prata.

A linha divisória estipulada por êste tratado passava pelo sêrro de Batoví, pois de suas encostas nasce um pequeno córrego que pertence à bacia do grande rio das areias, enquanto uma meia dúzia de vertentes, que delas também surgem, vão engrossar com suas águas o sinuoso tributário do Jacuí.

As autoridades espanholas, reconhecendo a importância da região, fizeram o célebre naturalista e escritor espanhol Félix da Azara fundar, nas proximidades do sêrro de Batoví, em 1801, uma povoação, que recebeu o nome de San-Gabriel, talvez em homenagem ao então vice-rei de Buenos-

Aires, que se chamava Gabriel de Avilés y del Fierro, marquês de Avilés, de quem dependiam êsses territórios e sob cujo patrocínio foi o povoado fundado.

Essa fundação originou-se da Real Cédula de 18 de janeiro de 1800, pela qual o govêrno espanhol resolveu que diversas famílias que haviam embarcado na Espanha para povoar a costa da Patagônia, fôssem estabelecidas em Batoví, como único meio de conter a expansão portuguesa pelas terras espanholas, incumbindo dessa tarefa ao capitão de navio da Real Armada, Dom Félix de Azara.

Na "Memória" que escreveu em 21 de maio de 1801 o referido vice-rei marquês de Avilés, diz que foram estabelecidas em "San-Gabriel-de-Batoví", nas imediações do rio Santa-Maria (que era chamado Ivicuí), 80 pessoas, estando já concluída a igreja e nomeado capelão para esta.

Sobrevindo, meses depois, nova guerra entre Espanha e Portugal, o comandante da fronteira de Rio-Pardo, tenente-coronel Patrício José Corrêa da Câmara (depois 1.º visconde de Pelotas), determinou que o comandante da guarda de São-Francisco, situada na costa do rio Jaguarí, tenente Francisco Barreto Pereira Pinto, fizesse uma fôrça nossa avançar sôbre a "vila e guarda de Batoví", onde estavam 90 soldados espanhóis.

Em julho de 1801 foi a guarda de São-Francisco reforçada com a companhia do distrito de São-Rafael, dirigida pelo capitão Joaquim Severo Fialho de Mendonça, e da qual faziam parte Antônio Monteiro Mâncio, como furriel, e João Martins de Oliveira, como soldado, ambos proprietários de sesmarias em terras hoje sepeenses e gabrielenses, vindo o último (José Martins de Olvieira) a ser trisavô do autor destas linhas.

O capitão Antônio Adolfo Charão que com 30 homens acorrera também em auxílio da guarda de São-Francisco, foi encarregado de surpreender Batoví e quando se aproximava do local, soube que os espanhóis o haviam abandonado precipitadamente.

No dia 27 do citado mês de julho de 1801, o referido capitão Joaquim Severo Fialho aprisionou na cochilha da li-

nha divisoria um bombeiro espanhol, pelo qual soube do abandono da povoação de São-Gabriel-de-Batoví; para ela se dirigiu imediatamente e ocupou-a com sua companhia e ainda em 3 de agôsto aprisionou mais 5 espanhóis que ignorando o abandono de Batoví pelos seus compatriotas, traziam instruções para o comandante do destacamento.

No mesmo ano de 1801, em novembro, vemos o capitão Sebastião José de Oliveira incumbido de defender Batoví, com 400 homens, quando os espanhóis projetaram recuperar a povoação e no seguinte mês de dezembro achava-se a defesa dela confiada a 150 homens, no número dos quais contava-se a fôrça do capitão Charão, quando houve segunda tentativa dos espanhóis para retomá-la e que fracassou, como da primeira vez, por ter Corrêa da Câmara enviado de Piraí um major com 150 praças em socorro da guarda ameaçada, indo êle próprio um dia depois com mais 60 homens.

Parece que o governador do Rio-Grande-do-Sul, conde de Rio-Pardo, interessava-se pelo reerguimento da antiga povoação espanhola porque em 1810 vemos o referido Corrêa Câmara escrever de Rio-Pardo àquele governador dizendo:

> "Estou presentemente na determinação de V. "Exia para auxiliar os moradores de Batoví na "sua pretensão de erigirem ou reedificarem a ca- "pela que havia naquele lugar no tempo dos es- "panhóis, porém se faz de muita precisão que V. "Excia. lhes mande designar o terreno afim de "requererem os estabelecimentos das suas cháca- "ras e casas".

Em 1811, no mês de janeiro, achava-se em Batoví, reünindo milicianos para a próxima campanha no território uruguaio, o tenente-coronel João de Deus Mena Barreto (depois visconde de São-Gabriel), o qual, em novembro e dezembro de 1812, organizou, ainda em Batoví, o 1.º Regimento de Cavalaria Miliciana.

Os moradores circunvizinhos de Batoví participaram do

requerimento dirigido em 1813 ao dito governador, conde de Rio-Pardo, expondo os embaraços trazidos para a fundação da povoação pela "incapacidade do terreno denominado Batoví" e solicitando que ela fôsse localizada onde está a atual cidade e quando viram o seu desejo satisfeito foi ainda de Batoví que o juiz das sesmarias de Rio-Pardo, capitão Paulo Nunes da Silva Jardim, mandou intimar em 5 de dezembro de 1814 a Antônio Alves Trilha para assistir à demarcação da meia légua em quadro que foi desapropriada para êsse fim junto ao rio Vacacaí.

Sôbre êste assunto prestou em 1852 o sr. Fidelis Nepomuceno Prates as seguintes informações ao provedor da Irmandade do Anjo Gabriel:

> "No sêrro de Batoví ainda hoje devem existir "as ruínas de uma capela com paredes de taipa "em que esteve a imagem do Anjo Gabriel. No "mesmo sêrro ou nas suas imediações, no ano de "1801, existia acampada uma guarda espanhola, "a qual, precipitadamente, um dia abandonou aque-"las paragens, então regularmente povoadas. Adol-"fo Charão, depois da retirada da guarda espa-"nhola, à frente de alguns homens armados, foi "à mencionada capela, de onde retirou a imagem "que alí havia, conduzindo-a em rico nicho para "sua estância de São Rafael. Algum tempo de-"pois os proprietários dessa estância cederam meia "légua de campo na própria sesmaria ao referido "Anjo Gabriel e o govêrno ordenou em seguida "que aí se criasse e levantasse a povoação de São-"Gabriel.
>
> "Por circunstâncias especiais, que ocorreram "àqueles que se achavam encarregados da missão "de fundar a povoação, não foi ela criada no lugar "indicado e sim em campos da sesmaria de Vaca-"caí, pertencentes ao falecido Antônio Alves Tri-"lha".

Onde estaria localizada a incipiente povoação espanhola de São-Gabriel é difícil saber-se com certeza, a-pesar-de ainda hoje mostrar-se, num lugar denominado "Figueiras" (porque aí se encontram algumas dessas antigas árvores), em campos de propriedade do Desembargador Anápio Jobim, cerca de uma légua ao sul do sêrro de Batoví, restos de alicerces, no sentido leste-oeste, que é tradição terem pertencido à igreja ou capela então fundada. Em nossa recente estada no sêrro de Batoví e suas imediações, tivemos ocasião de falar sôbre êste assunto e sôbre a existência outrora de antigos marcos de pedra na região, com diversos moradores desta, antigos uns, mais recentes outros, como os srs. Manuel Pedro de Moura, Ricardo Bica Neto, Camilo Souto, Cacíldo Antunes de Lima, Dionísio Pereira da Rosa, João Borges, Olinto Dias da Fonseca, Ataliba Rodrigues das Chagas, etc., porém nada pudemos averiguar de positivo pela existência de outra versão que dá a capela de Figueiras como sido feita no "tempo dos Jesuítas", o que faria remontar a sua fundação a uma época muito anterior à da povoação espanhola.

À gentileza do sr. Ataliba Rodrigues das Chagas devemos o ter tido a satisfação de visitar o citado local de Figueiras, de cujo campo é arrendatário o sr. Chagas.

Talvez esta questão fôsse dirimida com uma busca nos arquivos públicos de Montevidéu e Buenos-Aires, que devem conservar cartas ou ofícios dirigidos aos seus superiores pelos encarregados da fundação, conservação e abandono do povoado.

Continuando nossa digressão pelos fatos históricos relacionados com Batoví vemos em 8 de fevereiro de 1827 acampado junto ao sêrro o exército invasor argentino que, sob o comando do general Alvear, marchava do rio Jaguarí para São-Gabriel, dias antes da batalha do Passo-de-Rosário.

Veio depois a Revolução Farroupilha de 1835, no início da qual foi sitiada pelos revolucionários a guarnição legalista de São-Gabriel.

O marechal Sebastião Barreto Pereira Pinto, que co-

mandava a Região ou, como então se dizia, era "Comandante das Armas", saíu de sua estância de Taquarembó, com elementos vindos de Bagé sob o comando do major Jorge de Mazarredo e do tenente Manuel Luiz Osório (depois marquês de Herval), e foi reünir-se na estância de Jaguarí com o coronel José Rodrigues Barboza marchando todos em socorro da praça cercada.

A guarnição desta já se havia rendido quando o marechal chegou na altura do sêrro de Batoví, onde foi atacado à uma hora da madrugada de 5 de outubro de 1835 pelos coroneis João Antônio da Silveira, Afonso José de Almeida Côrte Real e tenente Manuel José Pires da Silveira Casado, do que resultou a dispersão de sua gente, indo Barreto e Rodrigues Barboza se refugiar no território uruguaio.

Outro feito do decênio farroupilha verificou-se em Batoví com a derrota de uma fôrça legalista em 23 de fevereiro de 1841 e nesse mesmo ano, a 19 de junho, esteve acampado na estância o Exército Imperial comandado pelo general João Paulo dos Santos Barreto, que daí datou sua ordem no dia n.º 72, na qual descreve dois combates que sustentou contra as fôrças revolucionárias, sendo o primeiro entre o passo de São-Borja e a estância de Boa-Vista e o segundo na coxilha da Estância do Meio, registando-se neste último uma perseguição de mais de légua às fôrças farrapas.

Em 1843, quando o general revolucionário João Antônio da Silveira ocupou São-Gabriel e pôs em sítio as fôrças legais que se achavam no acampamento do Trilha, o general Daví Canabarro veio da fronteira para auxiliar aquele chefe e no dia 18 de abril já se encontrava no sêrro de Batoví, quando a aproximação da vanguarda do Duque de Caxias, comandada pelo coronel Manuel Marques de Souza (depois conde de Pôrto-Alegre), que já passara o rio Santa-Maria, fê-lo desistir do seu intento: evitou a luta e retirou pelo passo de São-Borja.

Vamos mencionar agora as antigas cartas de sesmaria que fazem referência a Batoví.

Em 1791 Manuel Inácio Henrique obteve um campo nos últimos galhos do rio Vacacaí, com 1 ½ léguas de frente

por 3 de fundo, que confrontava ao norte com uma vertente que nasce do sêrro de Batoví, ao sul com uma coxilha que entronca na Coxilha-Grande da antiga linha divisória, a leste com um arroio que sai da dita coxilha e a oeste com o sêrro de Batoví.

O tenente José Constantino Lobo Botelho obteve em 1792 do conde de Rezende, vice-rei do Brasil, um campo com 1 légua de largura e 3 de comprimento, que se dividia ao norte com o rio Vacacaí, ao sul com a coxilha que vai para Batoví, a leste com o arroio do Salso e a oeste com uma vertente que sai dessa coxilha e faz barra no rio Vacacaí.

Em 1814 o conde de Rio-Pardo concedeu duas sesmarias, a saber: A primeira a José Pinto da Fontoura com 1 légua de frente e 3 de fundo na parte meridional do rio Vacacaí, dividindo-se ao norte com êsse rio numa barra que faz o Banhado-Grande; ao sul com o boqueirão que faz a coxilha em frente ao sêrro de Batoví; a leste com o rio Vacacaí na volta que faz êsse rio; a oeste com o Banhado-Grande que vem de Batoví e desagua no rio Vacacaí. A segunda a José Antônio Fernandes de Lima, correspondente à metade do campo de que estava de posse Fortunato Luiz Barreto, na margem oriental do rio Santa-Maria e que se dividia ao sul com êste rio e uma sanga grande ou ribeirão, cujas águas lançam-se no rio Jaguarí, onde fazem encontro com o rio Santa-Maria; ao norte com uma vertente ou banhado que nasce dos sêrros de Batoví e vai desaguar no rio Santa-Maria; a leste com o boqueirão que forma a primeira sobredita sanga ou ribeirão, que nasce na Coxilha Grande da antiga linha divisoria.

Em 1815 o marquês de Alegrete concedeu a Francisco Xavier César um campo na costa do rio Cacequí, com ½ légua de frente e 1 ½ légua de fundo, confrontando ao norte com Severino Antônio da Silveira; ao sul com um arroio que divide o campo de Laureano José; a leste com o rio Cacequí e a oeste com a coxilha que vem de Batoví a finalizar no campo de São Simão e as sangas que, separando o dito campo, nascem da mencionada coxilha.

O mesmo governador, marquês de Alegrete, concedeu

em 1816 mais duas sesmarias, que são: A primeira, a Severino Antônio da Silveira, com 1 légua de frente e 3 de fundo, dividindo-se ao norte com a estância de São-Simão; ao sul com o campo de Francisco César; a leste com uma coxilha que vem de Batoví e entra na estância de São Simão, separando as terras de José Gonçalves Dias; a oeste com o rio Cacequí. A segunda, confirmando a João Gomes Barroso o campo que lhe foi adjudicado na execução movida contra Teotônio José Lopes, com 1 légua de frente e 3 de fundo, dividindo-se ao norte com a viúva Maria Inácia da Pureza por uma vertente que formando banhado desagua no rio Santa-Maria; ao sul com José Vieira da Cunha por uma sanga, juncada de salsos, que também desagua no rio Santa Maria; a leste com o general João de Deus Mena Barreto (depois visconde de São-Gabriel), pela coxilha que segue de Batoví para São-Simão; a oeste pelo rio Santa-Maria, onde faz fundo.

Quanto à etimologia do nome indígena "Batoví", as opiniões divergem : enquanto uns cultores da Língua Tupí acham que essa palavra significa "sêrro alto", "sêrro comprido", "montanha verde", outros afirmam que sua significação é sêrro da "anta lubuna", "rio do pomar", "rio do Canavial", "frutal verde", havendo ainda a opinião de ser Batoví uma corruptela de "batuvira", que quer dizer "acinzentado", "pardacento". De todas essas definições a que nos parece mais de acôrdo com o aspecto do acidente orográfico em aprêço é o de "serro verde", conforme opina o ilustre Gabrielense, general João Borges Fortes.

Do alto do sêrro de Batoví desfruta-se um admirável panorama, avistando-se terras dos municípios de Lavras, Livramento, Dom-Pedrito e Rosario.

E' atual proprietário da estância de Batoví o sr. Alfredo Faria que, pela sua tenacidade, tino administrativo e alto descortino em assuntos pecuários, tornou-se um dos principais fazendeiros do Rio-Grande-do-Sul, possuindo, além da fazenda de Batoví, mais a do Trilha, nas proximidades da cidade, onde está organizando uma moderna "cabaña" de animais finos, e a de Santa-Adelaide, constituída por 58 qua-

dras de sesmaria de campo, além de 70 quadras de sesmária nas proximidades de Cacequí, onde está localizado o estabelecimento saladeril que arrendou aos srs. Saenger, Vinhas & Lima.

E' administrador da vasta fazenda de Batoví o sr. João Borges, cuja laboriosidade, dedicação ao trabalho, atividade e cavalheirismo o tornam um dos genuínos representantes dos antigos campeiros gaúchos.

O mesmo sentimento, mixto de enternecida alegria e de comovida saudade, que nos assalta quando visitamos, depois de longa ausência, os lugares trilhados em nossa infância, nos empolga o ser, quando perlustramos os sítios consagrados pela história primitiva de nosso torrão natal, fazendo surgir de cada recanto as figuras evocadoras daqueles que por êle lutaram, sofreram e morreram, impelindo a raia fronteiriça das verdejantes encostas de Batoví mais para o sul, sempre para o sul, até fixá-la, definitivamente, onde se encontra.

São Gabriel, 10 de maio de 1935.

Cientista brasileiro

Ao Dr. Artur Caetano da Silva

Nos antigos estudos científicos em que se especializaram ilustres brasileiros tem relêvo o nome do dr. Joaquim Caetano da Silva, escritor.

Filho do casal Antônio José Caetano da Silva e dona Ana Maria Floresbina, o seu nascimento foi a 2 de setembro de 1810, na povoação da Guarda-do-Cerrito, em Jaguarão, província de S.-Pedro-do-Rio-Grande-do-Sul.

Desde a infância, nessa pequena localidade da fronteira com o Uruguai, na instrução primária que adquiriu revelava-se talentoso e dedicado aos estudos.

Partiu Joaquim Caetano de sua terra natal para a Europa aos dezasseis anos de idade, destinando-se a cursar a Faculdade de Medicina de Montpellier, na qual entregou-se assìduamente, às ciencias naturais, à filosofia e ao conhecimento de idiomas clássicos; à literatura e à história.

Pela operosidade intelectual nesse curso universitário tornou-se polígrafo e teve nome firmado nos círculos de seus contemporâneos.

Diplomou-se doutor em 1837 em seguida à defesa de teses em que deu provas de sabedoria e aproveitamento, pois em 1826, êle, increveu-se membro da Associação de História Natural, fundada em Montpellier e no ano seguinte sendo secretário da mesma sociedade, apresentou uma grande lista de palavras portuguesas que não constavam dos dicionários existentes. Assim fez um suplemento do Dicionário de Morais e Silva.

Com a mentalidade ocupada em estudos de filologia, o estudioso brasileiro Joaquim Caetano adquiriu conhecimento profundo dos escritos clássicos do vernáculo.

Laureou-se em 1831 na Faculdade de Literatura da Universidade francesa, e no ano de 1836 apresentou numa sessão do Círculo de Medicina de Montepllier uma "Memória sôbre a queda dos Corpos", escrita em francês corretíssimo e que lhe valeu receber o diploma da aludida sociedade e também a publicação no Boletim mensal da mesma.

Em 1837 foi-lhe concedida a nomeação de membro da Sociedade Real de Medicina de Gand, na Bélgica.

Para fazer as despesas com os materiais de que necessitava para instruir-se convenientemente — a pensão de que dispunha era insufisiente — então, êle ficou professor no ensino particular, não só de francês, história e geografia como também de literatura.

Prosseguia no curso dos estudos superiores e já se mostrava proficiente em humanidades como explicador dos alunos das aulas que abrira.

Doutorado em Medicina veiu para o Rio-de-Janeiro, obtendo logo a nomeação de professor do Imperial Colégio D. Pedro II no qual lecionou gramáticas: grega e portuguesa; poética e retórica e em 1839 sucedeu ao Bispo de Anemuria na reitoria daquele Instituto de ensino.

Pertenceu também, ao professorado do Liceu Provincial de Niterói; nesse ano de 1838 foi escolhido e eleito membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Além destas honras ao seu mérito científico e literário o dr. Joaquim Caetano teve outras que lhe vieram do exterior; entretanto, nenhuma dessas despertou ao seu íntimo idéias e sentimentos de vaidade.

Por índole, a modestia e a simplicidade dos costumes constituiu a rigidez de seu caráter de Rio-Grandense.

——::——

— O imperial Colégio de D. Pedro II, de que era reitor e professor, converteu-se em Eremitério de que êle, fora das horas de aula, era o Anacoreta da ciencia; só quebrava

o silêncio e deixava os livros quando a dedicação da família impunha-lhe algum descanso — ou a amizade lhe trazia em conversações sempre correntes sôbre letras e artes a distração que mais lhe agradava". Biog. escrita pelo dr. Joaquim Manuel de Macedo.

Uma noite em que êste romancista da "Moreninha" se retirava de uma visita ao geógrafo e filólogo brasileiro, disse ao pintor e literato Araújo Pôrto Alegre "eis um homem que estuda vinte cinco horas por dia..."

Mantendo-se num modo de viver excessivamente retraído, êste pensador notável convertido em oficiante do ritual dos estudos a que aplicava a inteligência em produções de extraordinário merecimento e utilidade pública, evitava outras distrações.

Em reüniões do Instituto Histórico, de setembro a outubro de 1851, presididas honorariamente pelo Imperador Pedro de Alcantara, o dr. Joaquim Caetano procedeu a leitura da questão brasileira dos limites com a França e que foram elementos para o célebre livro, **"Oyapock e Amazonas"**, publicado em idioma francês, e que tantos louvores teve dos geógrafos, diplomatas e engenheiros.

Foi esta publicação sôbre os rios e os limites com a Güiana francêsa muito apreciada pelo Barão do Rio Branco e embaixador Joaquim Nabuco; o primeiro declarou que o livro de autoria do dr. Joaquim Caetano, valia por um exército de duzentos mil homens que defendesse o Brasil naquela fronteira.

Confecionou duas monografias sôbre a História e Geografia do Continente Meridional; uma com o nome de **"Antilia"** e a outra **"Brasil"**, opulentas de observações e averiguações documentárias, que revelaram os seus conhecimentos superiores de Orientalista.

Produziu, também, a cultíssima intelectualidade do professor Joaquim Caetano da Silva estudos de **"Questões Americanas"** e uma **Gramática Portuguesa,** que deverá ter merecimento, não só pelos conhecimentos filológicos do escritor, devido a sua inclinação pela crítica e análise das derivações de vocábulos do nosso idioma.

Êle foi um humanista versado nas fontes das ciências e da filosofia. — O govêrno do Império acertou aproveitá-lo em duas importantes comissões na Europa, quando enviou-o como ministro residente na Holanda em 1851 e depois deu-lhe o cargo de consul geral em Amsterdam ou em Roterdam. No exercício dêstes postos, o erudito patrício ainda mais se dedicou a diversos estudos e a pesquisas científicas que foram proveitosas ao país e aos seus interêsses de ser representado por individualidade de tão alto mérito moral e espiritual.

——::——

O dr. Joaquim Caetano da Silva quando regressou da Europa em 1863 estava alquebrado orgânicamente pelo excesso de trabalho do seu pensamento.

Padecia de enfermidade dos olhos que dificultava-lhe a leitura e o hábito de escrever. Esgotado de fôrças necessitava de repouso e quietação.

Mesmo nesta situação doentia ainda exerceu os cargos de Inspetor geral da Instrução Pública e Diretor do Arquivo Nacional, até que se recolheu à residência de Niterói, onde, na placidez da linda praia, raras vezes saía a passeio.

Não escrevia nem lia. O abatimento não permitia mais que fizesse esfôrço desta natureza. "Hoje não posso..." era como respondia ao oferecimento do sr. João Antônio de Oliveira, seu genro e amigo que se propunha auxiliá-lo, no que resolvesse ditar ou corrigir alguma produção. O esgotamento nervoso não lhe permitia mais esforços mentais.

Adoentado viveu ainda uns dez anos. Exalou o último alento de vida contando sessenta e três anos.

Ornavam-lhe o peito as condecorações honoríficas de cavaleiro de Cristo do Brasil, a comenda da mesma ordem de Portugal, o oficialato e depois a dignátario da imperial Ordem da Rosa; teve muitos diplomas de instituïções oficiais e científicas do estrangeiro e do nosso país.

O magnânimo imperador Dom Pedro de Alcantara distinguiu-o sempre com afetuosa estima e conceito intelectual.

— O dr. Joaquim Caetano da Silva era consorciado na

França com mme. Suzana Clotilde de Moinac, filha do diretor da Academia de Belas Artes de Montepllier, pintor Antônio Moinac, e do seu casal teve uma filha mlle. Laura Moinac da Silva, que se casou com o sr. João Antônio de Oliveira, funcionário provincial em Niterói.

Fìsicamente o cientista brasileiro era alto de estatura, magro de rosto comprido e oval, fronte bonita e espaçosa, cabelos alourados e penteados cuidadosamente; olhar miope nos últimos anos, andar vigoroso, afigurando-se indiferente, entretanto afável no trato com os seus íntimos, mas raramente risonho.

A opinião pública teve-o como homem originalmente exquisito e "conhecendo as ruas da cidade para ir às bibliotecas e livrarias, muito raras vezes às casas de suas amizades".

Mas, foi prodigioso cultor do estudo, vivia para os livros, dedicava-se constantemente às ciências e literatura.

Não tinha vaidade dos conhecimentos que adquiriu a custa de muitíssimos esforços, desde a época de estudante da Universidade de Montepllier e de explicador de alguns companheiros.

Êle honrava pelo talento e preparo sòlidamente adquido a civilização dos brasileiros.

A-pesar-de ausente muitos anos da província natal, sempre lhe consagrou sincero amor e teve entusiasmo pela glória cívica e militar dos seus conterrâneos.

A sua honrada memória merece veneração.

Leopoldo de Freitas

Nótulas bibliográficas

ETNOGRAFIA DE LA ANTIGUA PROVINCIA DEL URUGUAY, — pelo **Dr. Antônio Serrano.** — Paraná, 1936 (1).

Bastante raros são, entre nós, os estudos etnográficos. Aparecem, contudo, de quando em vez, pequenos estudos isolados pela imprensa e em revistas.

Já o mesmo não acontece na Argentina, onde seguidamente aparecem obras de valor sôbre etnografia e línguas indígenas.

Entre os estudiosos da República irmã, lugar de destaque merece o Professor Antônio Serrano, diretor do Museu de Entre-Rios.

Os seus estudos sôbre o assunto, — já quase uma dezena, em volumes, — são trabalhos de grande mérito e indispensáveis, hoje, para o estudo da etnografia e lingüística indígena sul-americana.

Entre as obras do ilustre Professor Serrano menção especial merece a que acaba de publicar: **Etnografia de la antigua Provincia del Uruguay.**

Obra de fôlego, nela estuda, em cinco alentados capítulos, todos os **tipos, etnias** ou **clans** indígenas que habitavam

---

(1) A Secretaria do Instituto encaminhará pedidos dessa obra ao preço de 20$000. Pelo correio mais 2$000.

a antiga província do rio Uruguai, isto é, os atuais territórios da República Oriental do Uruguai, norte da República Argentina, e os Estados brasileiros do Rio Grande-do-Sul, Santa-Catarina e Paraná.

Não cabe nesta nota uma crítica à obra do Professor Serrano e, mesmo, falta-nos capacidade para tal. Registando-a queremos, apenas, congratular-nos com seu aparecimento, pois **Etnografía de la antigua Provincia del Uruguay** é trabalho de grande e incontestável valor.

Nela são estudados: No primeiro capítulo, o rio Uruguai e a antiga província do Uruguai, passando em revista as "nações" que a habitavam.

No segundo estuda os guaianás e os tupís de Azarra, que não são mais que **kaiguaes** e outros, inimigos dos guaranís e, culturalmente, inferiores.

No capítulo terceiro são examinados os chanás-charruas com profusão de dados e informes.

O capítulo quarto é dedicado à classificação dos tupís, guaranís, em especial os guaranís de "nuestra provincia", divididos em várias tribus e designados por vários nomes como **yarris, tapes,** etc.

Finalmente, o quinto capítulo é dedicado ao estudo das jazidas etnográficas, sambaquís, túmulos, indústria lítica, pictografias, e cultura em geral de cada "nação" ou **clan** que habitava a velha província do Uruguai.

Como se vê, é obra indispensável, — profusamente, ilustrada, com vários inéditos, — que muito recomendamos. Aliás, o nome do Professor Antônio Serrano já é, por si só, a melhor recomendação.

W. Sp.

EL FUERTE DE SAN MIGUEL (notas en el segundo centenario de su fundación), por **Buenaventura Caviglia (h.)** — Imprenta "El Siglo Ilustrado", Montevidéo, 1935.

Há uma palavra que, hoje, muito se usa e da qual, também, muito se abusa.

Entretanto, nenhuma que melhor defina a atividade de certas pessoas, como, por exemplo, a do ilustre causídico uruguaio e nosso grande amigo Dr. Buenaventura Caviglia (h.)

E' êle, realmente, legítimo representante do dinamismo intelectual, pois o Dr. Buenaventura é um dinâmico intelectual sob todos os pontos.

Poeta, humorista, historiador, filólogo, jornalista, advogado, rotariano e... comerciante.

Todos êsses títulos, significam alguma cousa na vida de uma pessoa, mòrmente quando, em todos êles, essa pessoa é brilhante afirmação.

Para prova temos, aquí, algumas de suas obras, cada qual mais expressiva, mais eloqüente, mais patriótica, mais americana.

Mirim, rapsódia romântica, vigoroso poema de infindas belezas; **Alguns poemas** de Paul Fort, traduzidos para o espanhol; **Francis, Thomasy y John Drake en el Plata,** estudo histórico sôbre os célebres aventureiros do mar que visitaram o Prata em 1578; **Pró-Patria,** discurso sôbre o 18 de julho, no Rotari de Montevidéu; **Gaucho de garrucho,** belo e erudito estudo etimológico; **Sobre el origen y difusión del Bovino en nuestro Uruguay,** estudo admirável sôbre a introdução bovina no Uruguai, tema estreitamente ligado ao Rio-Grande-do-Sul; **Farrapos,** discurso no Rotari de Montevidéu sôbre a revolução de 1835, e o que deu motivo a esta nota, — **El fuerte de San Miguel,** além de outros, e de infinidade de poemas, notas e estudos publicados na imprensa diária e na **Revista do Rotari de Montevideo** e em **El Terruño,** que guarda, do Dr. Caviglia, verdadeiras preciosidades.

Ora, para um comerciante vitorioso, para um advogado não menos vitorioso, tal atividade literária é, em verdade, demonstração do mais robusto dinamismo humano, tanto mais acentuado quando os trabalhos não são simples produtos de fantasia, mas requerem, como o estudo sôbre o forte de São Miguel, pesquisa e exame de documentação.

Nesse seu excelente estudo o Dr. Caviglia prova que o Forte de S. Miguel foi fundado em 1734 pelos espanhóis e no-

vamente fundado em 1737 por Silva Pais. E' êste um trabalho sumamente interessante que bem merece comentário mais amplo, que aquí não podemos fazer.

Queremos, entretanto, reproduzir aquí o apêlo do Dr. Caviglia, no final do seu estudo:

"Como preparação ao outro segundo centenário, o da fundação portuguesa de "San Miguel" em 1737, esta **Revista** (a do Inst. Hist. e Geogr. do Rio-G.-do-Sul, do qual citou o trabalho do Gal. Borges Fortes sôbre Silva Pais e a fundação do Ri-Grande) faria obra interessante, dedicando em seu próximo número uma centena de páginas na reprodução de documentos,... que se refiram à história do forte de San Miguel" em 1737.

W. Sp.

APONTAMENTOS PARA A HISTÓRIA DAS ESTRADAS DE FERRO RIO-GRANDENSES, por **Átila do Amaral** — Pôrto-Alegre, 1935.

Interessante estudo êsse do Dr. A'tila do Amaral, pelo qual vemos que nove anos após ter sido inaugurada a primeira estrada de ferro da Inglaterra, já no Brasil se cuidava dêsse assunto.

Pelo decreto 101, de 31-10-1835 do então Regente do Império Diogo Antônio Feijó, referendado por Limpo de Abreu, concedia o "privilégio por 40 anos à companhia ou companhias que se organizassem, para construção, uso e gôzo de um caminho de ferro que ligasse a capital do Império às capitais das províncias de Minas-Gerais, Baia e Rio-Grande-do-Sul".

Nada, porém, foi feito com relação ao Rio-Grande-do-Sul, em conseqüência da Revolução Farroupilha.

Porisso, sòmente em 1867 foi inaugurada a primeira via férrea no Rio-Grande-do-Sul, ligando Pôrto-Alegre a Novo-Hamburgo, e nesse mesmo ano a segunda ligando Rio-Grande a Candiota.

Em 1871 ficou Pôrto-Alegre ligado a Santa-Catarina, e Pelotas foi ligada a Alegrete.

Em 1873 foi feito contrato para a construção das linhas Pôrto-Alegre — Uruguaiana.

Iniciando o trabalho em 1874, sòmente em 1909 ficou totalmente pronta a linha; no mesmo ano de 1873 foi iniciada a construção da linha Rio-Grande-Bagé, que sòmente foi inaugurada em 1884.

Em 1873, foi também iniciada a construção do ramal Couto-Santa Cruz, que só em 1905 ficou concluído.

Ainda em 1873 é construída a linha férrea das Minas de Carvão de São-Jerônimo onde já em 1807 eram conhecidas as jazidas carboníferas.

Em 1874 foi feita concessão de construção de uma linha férrea de S.-João-do-Montenegro a Lagoa-Vermelha.

Os concessionários, porém, falharam.

Da Barra-do-Quaraí a São-Borja foi feita a estrada de ferro por concessão obtida por José Candido Gomes, em 1877. Essa linha só ficou completa em 1913.

Bagé-Cacequí. Obtida a concessão em 1881 só em 1900 foi concluída a construção.

Outra tentativa que falhou foi a da via férrea Pelotas-São-Lourenço (1889), cujas obras foram porém iniciadas.

Daí por diante o movimento construtivo de linhas férreas augmentou consideràvelmente.

Santa-Maria-Rio-Uruguai (1889). — Bazílio-Jaguarão (1890-1931). — Itaquí-Santo-Ângelo-São-Borja, cujos trabalhos foram iniciados (privilégio de 1890, transferido em 1891 a The Brazil Great Southern Santo Angelo Extension Railway C.º Ltd.), mas, paralizados foi a concessão considerada caduca em 1893. — Pôrto-Alegre-Tôrres, projeto conforme privilégio de 19-7-1890.

E assim por diante, uma infinidade tendo havido até em 1891, concessionários para a construção de via férrea Pernambuco-Rio-Grande-do-Sul.

E', como se vê, precioso o estudo do Dr. Amaral, que termina com um histórico da encampação, em 1920.

W. Sp.

A NOSSA GENTE, PAISANDU' E LEANDRO GOMES, pelo **major F. de Paula Cidade.** — **Rio, Imprensa Nacional, 1930.**

Grande tem sido a produção de obras sôbre a guerra contra o govêrno paraguaio de 1865. Entretanto, não há repetição. Do mesmo modo o que se refere à intervenção brasileira no Prata.

Grande estudioso de nossa história, o major Francisco de Paula Cidade já nos deu várias obras de mérito, e enviou-nos, agora, trabalho publicado em 1930 sôbre Paisandú e a atitude de Leandro Gomes.

"Êste trabalho, — diz o próprio autor na advertência, — não pode ser considerado num grito de guerra, nem uma acusação contra os adversários de ontem".

Realmente, a história, mesmo a das guerras, não é provocação. Reviver tais fatos não é querer menosprezar a paz. Não. E' apenas, mostrar o que as guerras tem de ignominioso, por mais justas que sejam, e ensinar o povo a amar a paz e tudo fazer pela fraternidade. Somos todos irmãos, especialmente nós, povos americanos, e como irmãos, devemos tudo fazer para que nossa vida de povos livres americanos, seja de paz fecunda, seja, enfim, verdadeira vida de família cristã, unida e laboriosa.

Dentro dêste princípio, louvamos e louvaremos toda a obra histórica, fiel e imparcial, que tiver po rfim mostrar os horrores da guerra a que, não raro, são arrastados os povos por um êrro ou precipitação de seus governantes.

O Sr. major Francisco de Paula Cidade, publicando o seu interessante e valioso estudo sôbre Leandro Gomes e Paisandú, produziu trabalho que muito o recomenda.

Encerrando esta breve nota, transcrevemos os últimos parágrafos de sua obra, que mostram a intenção honesta do ilustre militar e historiador:

"A guerra do Paraguai já produziu até hoje sessenta anos de paz entre os povos mais belicosos dêste continente e nesse lapso de tempo desapareceram quase todas as prevenções que punham em perigo a paz sul-americana. A riqueza pública

augmentou em qualquer dos paises interessados e a América-do-Sul passou a ser um elemento ponderável na vida econômica do planeta.

Os ruídos das fábricas, a agitação das estâncias e fazendas, os silvos das locomotivas sucederam-se aos estrépidos das armas. Os compassos nervosos dêsse hino não podem ser perturbados pelos écos dolorosos dos que condenam um passado que mal conhecem.

Conheçamo-nos cada vez melhor e perdoemos os recíprocos agravos, para podermos marchar paralelamente para os grandes destinos do mundo. Deus o quer."

W. Sp.

BENTO MANUEL RIBEIRO, por **Olinto Sanmartin.** — Pôrto-Alegre, 1935.

Estudioso como os que mais o são, o Dr. Olinto Sanmartin, contabilista de renome, vem se dedicando de um tempo a esta parte, aos estudos de sociologia e história. Rica, embora pequena, é a sua bagagem literária, e seus livros são procurados e lidos com verdadeiro afã.

Bento Manuel Ribeiro, que o A. modestamente denominou "ensaio", é obra de fôlego e marca uma nova etapa na vida intelectual do distinto historiador.

O grande, e tão malsinado quão elogiado cabo de guerra Bento Manuel Ribeiro encontra no Dr. Olinto Sanmartin o seu legítimo biógrafo, sereno e imparcial.

Todos os pontos, todas as atitudes do sorocabano ilustre são, nessa obra, examinados, com carinho e critério verdadeiramente notáveis.

O ensaio biográfico sôbre Bento Manuel Ribeiro, da autoria do Dr. Sanmartin é, em suma, obra que nada deixa a desejar.

G.

INSTITUTO PANAMERICANO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA

Como foi tornado público, realizou-se em Washington, E. U. A., no período de 14 a 19 de outubro do ano próximo passado, a Segunda Assembléia Geral dessa Instituïção científica, funcionando sob as presidências do sr. professor Dr. William Bowie e dr. Salvador Massip.

A Comissão executiva estava constituída pelos exmos. srs. Dr. Wallace W. Atwood, presidente do Instituto; do sr. Conde de Afonso Celso, presidente perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Instituto Panamérico; dos srs. drs. Roberto de Andrada; Scipião Llona e Ricardo Fernandez Guardia, nomes de destaque social e político, respectivamente nas Repúblicas do Equador, Perú e Costa-Rica.

Agora, chegam à Secretaria do nosso Instituto as primeiras publicações dêste certame cientíifico.

1) **"Evolución de la geografia"** pelo engenheiro dr. Pedro C. Sanches — Interessante monografia, na qual o autor faz uma síntese do desenvolvimento atingido pela geografia, à partir da mais remota antiguidade até aos nossos dias.

O citado trabalho está divido em seis capítulos, intitulados:

1) Geografia na antiguidade
2) Geografia na idade-média
3) Mapas medievais
4) Geografia na época dos grandes descobrimentos, até a metade do século XVII
5) A Geografia no período de 1650 a 1800
6) A Geografia no século XIX e XX.

Ao concluir o seu trabalho, o autor, presta homenagem aos fundadores da geografia moderna, exaltando o valor de Alexandre de Humboldt e de Carlos Ritter, graças aos quais, a **geografia** passou a ser considerada como **"ciência da vida na superfície do globo"**, deixando de ser simples disciplina de abstração e de erudição.

Faz precisas referências aos modernos estudos geográ-

ficos, realizados por Richthofen, Oscar Peschel, Ratzel e Vital de la Blanche.

Diz dos progressos da cartografia, à partir de 1870, quando o Estado-Maior Francês organizou a carta da França, na escala de 1:80000 e a Inglaterra a sua carta na escala de 1:63360.

Ressalta o aparecimento de cartas geográficas onde estão assinaladas as formas do relêvo terrestre, dando grande importância ao ensino da geografia, nas Universidades, pelas facilidades de um contato mais íntimo com as ciências afins.

2) **"Métodos Geofísicos de Prospección"** pelo engenheiro Pedro C. Sanches.

O autor põe em evidência a importância dos métodos geofísicos, orientadores das pesquisas mineralógicas, tão imprescindíveis ao progresso de uma nação. — Demonstra a importância que, os técnicos oficiais ou à Serviços dos industriais, dão aos métodos geofísicos, principalmente na pesquisa de jazidas de petróleo, quando as investigações são orientadas pelo conhecimento geológico dos terrenos, em obediência aos princípios da estratigrafia e da tectônica.

O autor informa que nos Estados-Unidos-da-América-do-Norte e na República do México, a área estudada com o auxílio dos métodos geofísicos, atingia a 1683000 quilômetros quadrados; que, desta área noventa e seis por cento (96%) foi objeto de investigações sôbre estruturas de terrenos capazes de produzir petróleo e sòmente quatro por cento (4%) visando encontrar outros minerais.

As investigações científicas foram realizadas, em oitenta e cinco por cento (85%), com o magnetômetro e as restantes, quinze por cento (15%) com os sismógrafos e a balança de torsão.

A monografia, em questão, constitue interessante trabalho informativo do valor da técnica usada pelos peritos geofísicos, dando a conhecer os gastos realizados nos Estados-Unidos, com o método antigo de perfuração ou aplicação de sondas. — Assim, nos Estados-Unidos foram abertos 25623 poços, não dando resultado 6734, sendo gastos (171000000 de dólares) cento e setenta e um milhões de dólares; — no Mé-

xico, cincoenta por cento de perfurações não deram resultados e na República Argentina foram gastos (2000000) dois milhões de dólares", sem se obter um só litro de petróleo. Finalmente, ressalta os ótimos rendimentos obtidos, nas pesquisas de petróleo, com o "método sísmico" do prof. Schweyder e de "medidas elétricas" dos engenheiros H. Lundburg e C. A. Heiland.

3) **"Eje volcanico"** pelo engenheiro dr. Pedro G. Sanches.

Excelente monografia sôbre a cordilheira que atravessa o território da República Mexicana, de oeste para leste, com orientação sensível ao paralelo de 19.° O autor procura demonstrar a identidade dos fenômenos orogênicos, estudados particularmente nas montanhas da América-do-Norte e do México; afirma, que a "meseta mexicana" oferece grande semelhança com a "grande meseta da América-do Norte", da qual é evidentemente um prolongamento.

O estudo geológico, dessas montanhas mexicanas, reconheceu que as mesmas são formadas de terrenos primários e secundários, sendo freqüentes os estratos cretáceos e as formações vulcânicas, sobretudo, do tipo do traquito.

E' sôbre essas cordilheiras, que se abrem as crateras dos vulcões Citlaltepetl, Popocatepetl, Ajusco, Nevado de Toluca, Jorulo, Tancitaro e Colima; assim, o "Eixo-vulcânico" divide o território mexicano em duas zonas distintas: 1.ª) a que está voltada para o norte, zona de notável estabilidade; 2.ª) a orientada para o sul, zona de absoluta instabilidade, na qual estão localizados os principais focos sísmicos, que abalam periòdicamente o território mexicano.

As monografias escritas pelo dr. Pedro G. Sanches constituem magnífica contribuïção para o esclarecimento de importantes teses, discutidas na "Segunda Assembléia Geral do I. P. G. H."; nelas, os leitores encontrarão informações criteriosas e justas sôbre a momentosa questão de pesquisa de petróleo, na América, bem como a demonstração de que as investigações no campo da geografia e da história concorrem para estreitar os laços de amizade entre as Nações Americanas.

T. C.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

Recebemos e agradecemos as seguintes publicações:

REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ. — Sob a direção do Barão de Studart. Tomo XLIX — Ano XLIX. — 1935. — Fortaleza, Ceará.

REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAÍA. — Comissão de redação: Dr. Bernardino José de Souza, Dr. Francisco da Conceição Menezes, Dr. Carlos Chiacchio, Dr. Deraldo Dias de Moraes e Dr. Francisco Hermano de Sant'Ana. — N.º 61. — 1935. — Cidade do Salvador, Baía.

REVISTA DO MUSEU PAULISTA. — Direção do Dr. Afonso de E. Taunay. — Universidade de S. Paulo. Tomo XIX. 1935. — São Paulo.

BOLETIM DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. — Departamento de Estatística e Publicidade. — N.º 17. Ano II. — Janeiro de 1936. — Rio de Janeiro.

REVISTA CUBANA. — Editada por la Dirección de Cultura, Secretaria de Educación. — La Habana, Cuba. — Vol. III. — Julio-Agosto-Septiemhre, 1935. — N.º 7.

UNIVERSIDAD. — Publicación de la Universidad Nacional del Litoral. — N.º 1, Octubre de 1935. — Director: Dr. Josué Gollan H. — Santa Fé, Argentina.

REVISTA DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. — Redator: Fernando de Magalhães. — Ano 27. — Ns. 167 e 168. Novembro e Dezembro de 1935. — Rio de Janeiro.

PUBLICAÇÕES DA ACADEMIA CARIOCA DE LETRAS. — Ano I. — Ns. 1 e 2. — 1935. — Rio de Janeiro.

REVISTA MILITAR BRASILEIRA. — Comissão de redação: Cel. Manoel Alexandrino Ferreira da Cunha, Tte.-Cel.

Ademar Alves Brito e Major Danton Garrastazú Teixeira. — Ano XXV. — Ns. 2 a 4 — Setembro a Dezembro de 1935. — Vol. XXXIV. — Imprensa do Estado Maior do Exercito. — Rio de Janeiro.

BOLETIN DE HISTORIA Y ANTIGÜEDADES. — Organo de la Academia Colombiana de Historia. — Director: Gustavo Otero Muñoz. — Volumen XXII. — Ns. 251 a 255, Junio a Octubre de 1935. — Imprenta Nacional, Bogotá.

BOLETIN DE LA ACADEMIA PANAMEÑA DE LA HISTORIA. — Año III. — N. 8. — Enero, Abril y Julio — 1935. Imprenta Nacional, Panamá.

BOLETIN DEL MUSEO NACIONAL. — Direción del Museo Nacional de Historia Natural. — Tomo XIV. — Santiago de Chile. — 1935.

BOLETIN DE LA SOCIEDAD GEOGRAFICA DE COLOMBIA. — Año II. — Bogotá, Noviembre de 1935. N. III. — Redactor: Jorge Alvarez Lieras. (Publicação da Academia de Ciencias Geograficas, presidente — José Miguel Rosales. Bogotá, Colombia.)

SENDEROS. — Director: Daniel Samper Ortega. — Vol. III, Ns. 16 y 17, Mayo y Junio de 1935. — Vol. IV, Ns. 18, 19 y 20, Julio, Agosto y Septiembre de 1935. — Publicación de la Biblioteca Necional de Bogotá, Republica de Colombia.

ÍNDICE

A tragédia do Pirapó — Padre Luiz Gonzaga Jaeger S. J. 3

Invasões de Ceballos e Vertiz — 1.° tenente H. O. Wiederspahn.... 21

Cabos telegráficos submarino e subfluviais no Rio-Grande-do-Sul — Dr. Amaro Batista 59

Filiação Linguüística Serrana — Dr. Antônio Serrano 103

Batoví — Celso M. Schröder 109

Cientista Brasileiro — Dr. Leopoldo de Freitas 121

Nótulas bibliográficas 127

61071

GEOGRAFIA:

Prof. Afonso Guerreiro Lima.

. . . . . .

Cel. Aurelio Porto.
Dr. Alcides Maya.

ARQUEOLOGIA, ETNOGRAFIA E PALEONTOLOGIA:

Dr. Alfredo Clemente Pinto.
Dr. Leonardo Macedonia.
Prof. Jorge Bahlis.
Dr. Armando Dias de Azevedo.

FOLCLORE E LÍNGUA DOS INDÍGENAS:

Cel. Manoel de Faria Correia.
Prof. Valter Spalding.

. . . . . .

Dr. Darcy Azambuja.

ESTATUTOS E COMISSÃO DA REVISTA:

Dr. Adroaldo Mesquita da Costa.
Cel. E. F. de Souza Doca.
Prof. Othelo Rosa.
Dr. Eduardo Duarte.

ADMISSÃO DE SOCIOS:

Dr. Armando Dias de Azevedo.
Prof. Afonso Guerreiro Lima.
Cel. Gaston Hasslocher Mazeron.
Dr. Eduardo Duarte.

Condições de assinatura:

Por ano	15$000 rs.
Por fascículo trimestral	4$000 rs.
Preço da coleção até 1930	1:000$000 rs.

Fascículos atrasados, preço da tabela existente na secretaria.

Para assuntos da Revista dirigir-se diretamente ao Dr. Eduardo Duarte, á rua Duque de Caxias n.º 1231. Pôrto Alegre — Rio Grande do Sul — Brasil.